

{ capítulo 6 }

Saneamento



Há uma interdependência entre as condições económicas das pessoas, os seus hábitos de higiene e a salubridade dos ambientes que habitam. Ao sistema de conexão recíproca entre estes três elementos é associado um outro: a água. A escassez de água em certas zonas, e a falta de iniciativa para recorrer a sistemas de captação de água agrava a falta de condições de higiene das habitações.

Uma grande parte da população africana vive em ambientes rurais ou periferias, onde as instalações sanitárias e as infra-estruturas de saneamento são escassas.

Os aglomerados familiares são, na maior parte dos casos, numerosos e, muitas vezes, as habitações comportam não só as famílias, mas também os animais que estas possuem. A vivência em condições de higiene precárias provoca doenças, como a febre tifóide, e agrava ainda mais o estado económico destas famílias.

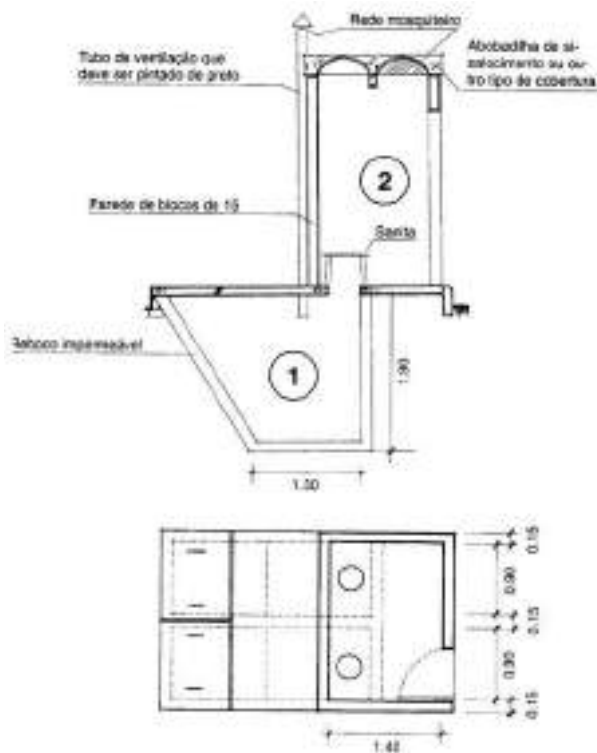
Os resíduos são fontes de contaminação do ambiente natural e como tal devem ser confinados e eliminados, para evitar focos de infecção.

Uma resposta eficaz e económica para o isolamento e tratamento dos resíduos orgânicos é o recurso a latrinas secas.

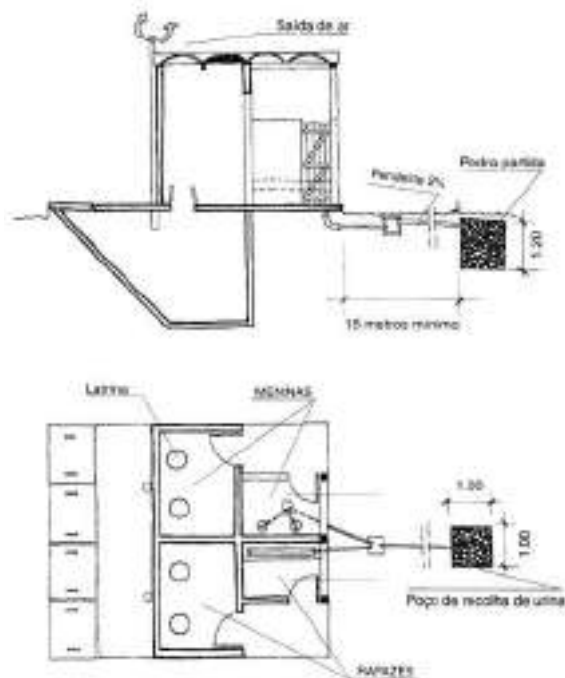
6.1 Latrina seca

As experiências feitas com latrinas secas têm tido resultados muito positivos. A latrina seca, de forma económica, resolve o problema do isolamento e da eliminação das fezes humanas.

Este sistema é de fácil manutenção e especialmente indicado para habitações e escolas em zonas rurais ou de periferia sem uma rede de abastecimento de água. A utilização de materiais locais torna esta solução mais sustentável.



{ FIG. 6.1 } Auto-construção de uma latrina seca.



{ FIG. 6.2 } Auto-construção de uma latrina seca com tanque duplo.

Processo de auto-construção da latrina seca com tanque duplo

Estruturas

Sub-estrutura: a parte da construção abaixo do nível do terreno ou a sub-estrutura da latrina, que também chamamos de tanque, fosso ou fossa, deve ser: rectangular com 1.30mx0.90m (medidas para cada tanque) e a altura recomendada é de 1.80m.

A fossa deve ser revestida com blocos e rebocada para impermeabilização.

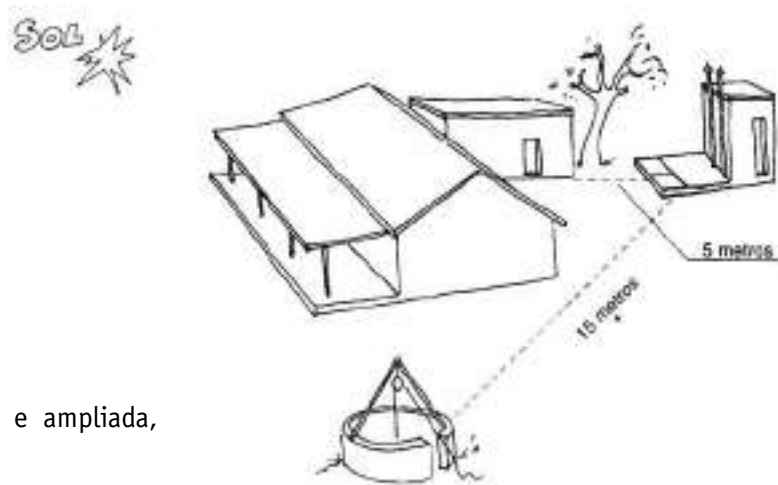
Sobre-estrutura: O abrigo deve conter uma porta

para protecção das condições climatéricas adversas, um sistema de ventilação e uma sanita.

O tempo de utilização de um poço para uma família de seis pessoas, segundo as experiências já desenvolvidas, pode ser de cinco a seis anos.

No entanto, independentemente deste tempo que é meramente indicativo, logo que o nível das matérias fecais chegue a cerca de 50cm, deve-se cobrir o fosso com terra, tapar o buraco e criar um novo tanque. A transferência do tanque, deverá ser feito no interior da casinha ou abrigo que, para este caso, terá dimensões apropriadas.

{ FIG. 6.3 } Localização da latrina seca.



Esta latrina pode ser geminada e ampliada, para utilização numa escola.

A localização da latrina deverá ter em conta as seguintes condicionantes:

- } A distância mínima entre a latrina e a casa deverá permitir uma orientação voltada a sul, de modo a haver uma maior incidência do sol sobre a tampa dos tanques;
- } Em terrenos com pendentes, a latrina deve estar situada na parte mais baixa;
- } Quando há poços no terreno de implantação, a distância mínima deverá ser de 15 metros.

As regras de manutenção para o correcto funcionamento da latrina devem incluir as seguintes acções:

- } Proteger todas as entradas de ar com rede de mosquiteiro para evitar a entrada de moscas na latrina;
- } Não guardar nada dentro do abrigo e manter a porta sempre fechada;
- } Tapar o buraco quando este não está a ser utilizado;
- } Não deitar água ou outro líquido dentro do fosso, incluindo desinfectantes;
- } Deitar cinzas dentro do fosso.

6.2 Fossa séptica

A fossa séptica é um método eficaz e de baixo custo para a eliminação de resíduos orgânicos e de pequenas quantidades de águas negras em habitações unifamiliares ou de um conjunto de habitações, quando não existem sistemas de esgoto.

A instalação da fossa séptica numa habitação implica água corrente em quantidade suficiente para garantir o bom funcionamento do sistema.

Compartimentos

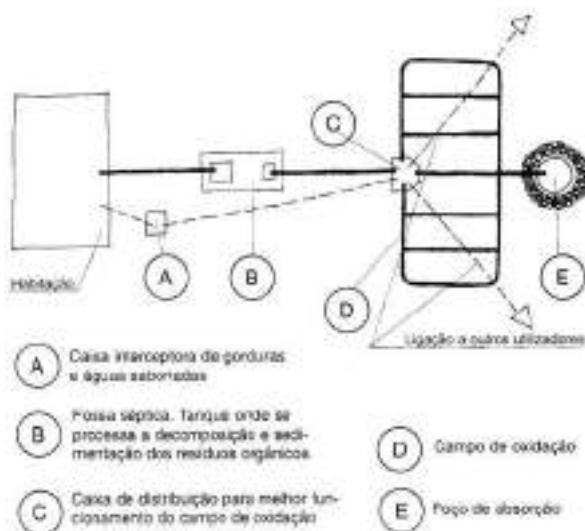
Tanque séptico: É um tanque impermeável, geralmente subterrâneo, construído segundo determinados requisitos, que mantendo as águas em repouso, provoca a sedimentação e a formação de natas. Com o tempo, o volume de natas e a sedimentação tendem a desaparecer deixando uma água entre as duas camadas pela acção de seres microscópicos que se desenvolvem no tanque.



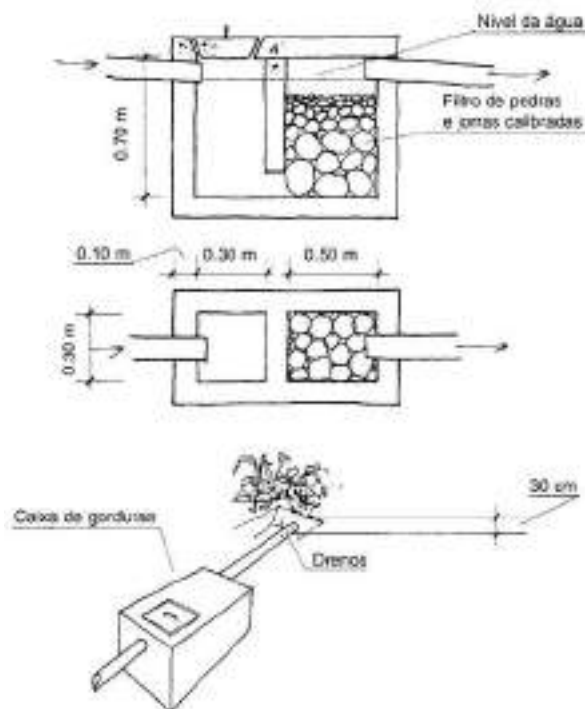
O ambiente interior tem de ser favorável ao desenvolvimento destes seres – sem oxigénio nem luz. Esses seres, que se chamam de anaeróbios, sobrevivem nos resíduos orgânicos, transformando-os em líquidos e em gases. Com essa transformação, as águas ficam de tal forma expostas ao ar, que rapidamente oxidam, tornando-se inofensivas pela acção de outras bactérias que precisam de oxigénio para sobreviver.

Campo de oxidação e poço de absorção: Instalação para oxidar o efluente, ou seja, as águas negras que saem do depósito séptico. O campo de oxidação consiste numa série de drenos instalados no subsolo de um terreno poroso e pelos quais se distribui o efluente, que oxida em contacto com o ar contido nos poros do terreno. O poço de absorção substitui o campo de oxidação, quando não se dispõe de terreno suficiente para a instalação articulada do campo de oxidação e do poço.

Caixa de separação de gorduras e sabão: Entre a habitação e a fossa séptica deve-se construir uma caixa para reter as gorduras das lavagens da cozinha. Esta caixa também recebe as águas dos banhos e da lavagem da roupa que poderão ser reaproveitadas para regar um jardim. Neste caso, este sistema intermédio deve ser montado sem ligação à fossa nem ao poço de absorção. A água sem gorduras passa pela caixa, que também funciona como filtro, e depois é conduzida para o jardim.



{ FIG. 6.4 } Esquema de instalação de uma fossa séptica.



{ FIG. 6.5 } Caixa de separação de gorduras e sabão.

{ capítulo 7 }

Casos de Estudo

7.1 Arquitectura de Terra: dois projectos desenvolvidos pela UAN

É com enorme prazer que pela primeira vez o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto conduz um processo de Teses de Licenciatura de alguns projectos que serão desenvolvidos com base em tecnologias em terra ou tecnologia mista. Esta ideia foi lançada informalmente em "conversa de amigos", professores e estudantes e qual não foi o nosso espanto quando verificámos, emocionados, uma significativa adesão a essa tecnologia.

Realmente "construir em terra" nos países do 3º Mundo, significa pobreza, significa precariedade, significa insanidade, enfim, significa que é uma solução quase sempre rejeitada. É preciso mostrar e demonstrar como a terra é natural, moldável, salutar, económica e, sobretudo, renovável e, sobretudo, renovável – e de que forma o Homem deve aproveitar esse bem precioso. A construção

em terra, ou com terra, é uma arte tradicional muito antiga que se vem transmitindo de geração em geração. O conhecimento da técnica de construir das Grandes Civilizações – Egipto, Mesopotâmia, Mali, entre outras – que a História da Arquitectura traz até nós, leva-nos a reflectir sobre uma das mais remotas tradições de habitar o mundo.

A invenção da construção em terra é tão natural quanto o acto de uma criança fazer um castelo de areia. Tentar saber onde nasceu a construção em terra é quase como tentar saber onde nasceu o primeiro Homem, já que desde os primórdios da humanidade o Homem tem tendência para se apropriar dos bens que a Natureza lhe oferece.



{ FIG. 7.1 } Produção de adobe (lama moldada).



Esta arte, desenvolvida na antiguidade como a forma de arquitectura mais universal e mais acessível, foi e é aquela que utilizou, basicamente, a terra em variadas formas quer seja crua ou cozida. O barro e os materiais vegetais entrançados, juntamente com pedra, foram as formas mais elementares de estruturar um abrigo contra as intempéries. A terra pode aparecer na construção de várias formas: baseada na taipa (terra prensada dentro de cofragem), no adobe (unidades modulares de terra crua, secas ao sol), ou no pau-a-pique ou tabique (estruturas de madeira engradada, preenchida por adobe).

A construção em terra possui um enorme potencial ecológico, pois para além de usar materiais biodegradáveis, a construção em terra permite rentabilizar o conforto ambiental no interior dos edifícios; pode, também, ser uma alternativa do futuro para reduzir a acumulação de lixos, o consumo de energia e as emissões de gases.

No mundo 30% das pessoas vivem em habitação em terra.

Não podemos deixar de referenciar o Arquitecto egípcio Hassan Fathy que se destaca na promoção e aplicação sistemática da terra como mate-

rial de construção preferido para a solução do *habitat* popular. Com mestria inigualável, Hassan Fathy utiliza elementos arquitectónicos da cultura popular egípcia como as coberturas abobadadas, vazamentos geométricos, etc., com a integração dos materiais e técnicas locais na construção.

Estas razões justificam, sem qualquer tipo de dúvida, a utilização da terra nas suas variadas formas para a construção e daí o enorme interesse no estudo dessas técnicas: a consciência de que a arquitectura em terra é mais ecológica e menos dispendiosa na produção de obras inovadoras e de grande qualidade e conforto; a noção de que muitos sítios arqueológicos, designados anteriormente como sendo arquitectura em pedra, são realmente construídos em terra sobre embasamentos de pedra. É, neste sentido, uma pesquisa riquíssima e interdisciplinar que deve ser aprofundada e que tem um futuro que queremos desenvolver para Angola, com toda a criatividade e inovação.

O Departamento de Arquitectura da UAN está empenhado nesta pesquisa e com muita vontade pretende incentivar todos os estudantes no aproveitamento dessa energia sustentável, sempre renovável e renovada, para a criação de uma arquitectura própria, inovadora e, sobretudo, angolana capaz de resolver os problemas sociais com qualidade e bem estar. Nesse contexto vamos apresentar a experiência de estudantes nesta matéria, na realização dos seus projectos de Tese de Licenciatura.

Isabel Maria Martins

Ph.D. em História da Arquitectura



{ FIG. 7.2 } Técnicas de aplicação: Taipa.



7.1.1 Habitação de alta renda com tecnologia de terra

- *Estudante* Francisco Amaro

Tecnologias renováveis: a terra como componente integrante

Desde há algum tempo que a expressão «construir em terra» passou a significar sabedoria e noutros casos sobrevivência, pois em ambas as circunstâncias manifesta-se um conhecimento minucioso e um respeito diligente pelos materiais vindos da natureza, que acabam por se associar à capacidade de renovação das energias actuautes neste processo, à diversidade climática, às técnicas e materiais locais, e às diferentes comunidades nacionais, que manifestam as suas próprias tradições culturais e valores simbólicos e estéticos que as caracterizam e identificam. Este conceito não é inteiramente novo pois sempre se construiu com terra utilizando, para o efeito, técnicas e diferentes procedimentos de acordo com cada região, o que quer dizer que esta Arquitectura, assente numa forte base ecológica e sustentável, tem a qualidade de perdurar e de ser o sinónimo mais visível quando tratamos da interligação meio habitat e natureza.

Realidade Angolana

Na realidade Angolana, com o agravar das condições habitacionais caracterizada pela crescente degradação e escassez do *habitat*, devido ao custo elevado dos materiais de construção, como tam-

bém, pela inexistência de políticas de Estado que fomentem o crescimento acelerado da componente habitacional, torna-se imperioso, a exemplo de vários países das mais diversas regiões do mundo, adoptar políticas que incentivem a recuperação e inovação dos princípios que tornaram, ao longo dos tempos, a arquitectura tradicional indispensável e considerada como a nossa verdadeira herança.

Com os olhos virados para a resolução deste grave problema que enferma a nossa sociedade, o Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, em associação com um dos maiores centros de estudo das propriedades construtivas da terra – o centro CRAterre – EAG, localizada em Grenoble, França, incluiu no seu programa de licenciatura uma abordagem mais exaustiva e científica sobre o tema, procurando desta forma contribuir para o bem estar da população e a melhoria gradual das condições de vida de todos os Angolanos, fazendo deste plano ambicioso um instrumento sério que com certeza vai criar as condições científicas de abordagem para o problema social e balizas úteis para a concretização de projectos com esta tecnologia.

Os projectos poderão ser considerados protótipos, quer do ponto de vista das tipologias contempladas, quer da maneira como podemos aplicar a tecnologia da terra aproveitando toda a sua capacidade renovável, estética, moldável e construtiva.

Concretamente, estamos a referir-nos a uma Arquitectura que, de uma forma geral, tenta interpretar, com dinamismo, as funções corporativas e



a satisfação tecnológica, possível em cada região do mundo, pondo em prática a valorização dos materiais locais dentro de um contexto natural e regional. Desta forma preenche-se uma lacuna que se agrava cada vez mais, estabelecendo um contraponto entre a representação da cultura arquitectónica contemporânea e as estruturas urbanas espontâneas, tecnicamente aceites e solucionáveis. Podemos dizer que esta tendência se torna valorizada e renovável desde o momento em que verificamos que a aproximação dos materiais de construção ao local de intervenção a torna mais económica e por conseguinte contextualmente melhor enquadrada com a geografia do lugar e o clima correspondente, possibilitando um maior e melhor aproveitamento dos materiais disponíveis ao longo dos anos vindouros.

Objectivos

Como projecto universitário piloto em Angola este estudo, para além do descrito, vai acabar por dar aos intervenientes, também, a possibilidade e a capacidade de concentrar os seus esforços na procura de novas técnicas de produção e construção com terra, em conexão com alguns grupos que trabalham isoladamente, dando-lhes a base científica preponderante para o desenvolvimento almejado. O objectivo primordial é de levar a cabo um plano de capacitação a nível nacional como estratégia para incentivar, de forma efectiva, a utilização da tecnologia de terra para a construção e

de despertar a consciência de todos do valor que as energias renováveis desempenham nos dias de hoje, fazendo delas uma mais valia quando falamos de desenvolvimento sustentado.

De acordo com o plano traçado pelos docentes e discentes deste departamento, esta experiência deve garantir as seguintes premissas:

- } A divulgação deste tipo de Arquitectura um pouco mais virada aos aspectos ligados ao conforto, economia, e o que é ecologicamente correcto;
- } A criação de modelos protótipos ricos em conteúdo científico e habilitados a serem utilizados em planos de desenvolvimento sustentado nos campos da Arquitectura e Urbanismo;
- } A caracterização dos diferentes tipos de solos, suas propriedades construtivas e por conseguinte avaliar o carácter renovável que estes possuem dentro do contexto nacional;
- } Dar maior atenção às energias e tecnologias renováveis empregues em todo o mundo e que podem ser amplamente utilizadas em Angola;
- } A criação e capacitação de especialistas no ramo do uso da tecnologia de terra servindo de coadjuvantes às diferentes associações já existentes no país enriquecendo mais o cenário de pesquisa e produção desta Arquitectura.

Esta prática foi amplamente divulgada na América Latina, África, Ásia, e Europa, e resultou num autêntico sucesso, um processo que fez com que a terra, como material essencial e tecnologicamente renovável fosse cada vez mais estudado em países como a Nigéria, Colômbia, Kenya, México, Irão, Ará-

bia Saudita, Mali, Índia, África do Sul, Chile, Iémen, França, Egipto, Marrocos, ilhas Comores, os quais dentre outros, destacam-se pela constante abordagem sobre as propriedades construtivas da terra.

Técnicas

Um edifício construído utilizando a tecnologia de terra na Província do Kwanza Sul (Gabela). Tal como em todo o país, grupos organizados tentam a todo custo tornar esta hipótese uma realidade. E o Departamento de Arquitectura está interessado em integrar e ajudar estes grupos.



{ FIG. 7.3 } Habitação de construção em Terra, em Gabela.

Propriedades e vantagens

A terra é um material abundante, de fácil moldagem e em termos construtivos pode apresentar-se em três estados físicos: húmido, plástico e líquido. Estes diferentes estados fazem com que haja também métodos e técnicas de trabalhar a mesma para que o resultado final seja o almejado.

Destacam-se as seguintes técnicas:

} **A técnica BTM** – blocos de terra moldada (vulgarmente conhecido por adobe), e do pau-a-pique (estado plástico);

} **As técnicas da taipa e da compressão** (estado húmido) – por sinal uma das técnicas a utilizar no meu projecto de licenciatura.

} **As técnicas do BTC** – blocos de terra comprimida.

} **A técnica da terra** – palha (estado líquido), todas elas ostentando propriedades únicas como: forte capacidade isolante, acústica e térmica, importantes para o bem-estar de todos os utentes que se reflecte nos procedimentos, hábitos e costumes dos mesmos.

É importante esclarecer que o uso de diferentes materiais e técnicas, depende das condições em termos de recursos naturais que cada região apresenta. Nas distintas regiões que compõem o território Angolano, de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste, acabamos por encontrar (só que de uma forma desordenada) uma variedade de maneiras de aproveitar o solo e todo material natural para a construção, indicador mais do que suficiente para pensarmos que a superação destas dificuldades terá que feita a nível local e de acordo a um programa bem elaborado e convenientemente estruturado, onde o respeito pela natureza e a integração de cada modelo à paisagem, tenha em comum este grande objectivo: deixar o ser humano experimentar e participar nas alegrias e na beleza natural; hoje chamamos-lhes planeamento do local, estudo ambiental e empregamos uma sé-



rie de termos complicados que na realidade significa a mesma coisa: o respeito pela terra. Em relação a essa problemática, podemos distinguir os estudos realizados por importantes antropólogos junto às populações e o seu habitat, que nos podem ser úteis quando abordamos aspectos relacionados com as características do *habitat* tipicamente angolano. A destacar o antropólogo José Redinha, que se evidenciou mais propriamente na comunidade Lunda-Tshokwé, que pensamos ter encontrado vestígios consolidados da habitação tradicional daquela região, outro grande estudo é do antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, que estudou, analisou e caracterizou o *habitat* dos diferentes povos de Angola e sintetiza todos os aspectos relacionados com a habitação da região sul do nosso país, e em ambos os estudos, se referencia que em termos de materiais empregues, constatou-se que o tipo de material predominantemente aplicado é o adobe reforçado com matéria vegetal, deixando bases de estudo importantes para as futuras gerações de pesquisadores como é o nosso caso.

Dentro do quadro do uso das tecnologias ou energias renováveis, há um aspecto muito vantajoso a ser salvaguardado que é a biodiversidade, também chamada de diversidade biológica, já que pelo facto de serem utilizados materiais não poluentes ao meio ambiente, acabam por garantir que não haja grandes alterações no que diz respeito ao equilíbrio já que essa diversidade de espécies é imprescindível para o funcionamento na-

tural dos ecossistemas e, portanto, é um indicador do estado de saúde de determinado meio, acabando por garantir uma recuperação natural dos sítios de extracção ou aproveitamento da matéria natural necessária para um determinado fim, bem como à diversidade de climas, relevos e tipos de solo.

Creio que as bases estão lançadas para que a arquitectura de terra encontre nas energias renováveis um parceiro indispensável, procurando a partir desta a auto sustentabilidade das soluções e programas emergentes e que possam concorrer para o necessário equilíbrio da qualidade de vida de todos os habitantes da Terra e em particular de todos os angolanos.

7.1.2 Hospital de 2º nível

- *Estudante* Venceslau Calvino Mateus

A terra é, desde tempos remotos, um dos principais materiais de construção usado pelo Homem, pois, se por um lado, estava à mão de semear, por outro, era facilmente conformada e naturalmente seca. Sobre este seu uso, perdido nas dobras do tempo, existem hoje diversos estudos arqueológicos que o atestam, indicando até construções em terra de aproximadamente dez mil anos. A construção em terra parece imparável, abrindo perspectivas na economia de meios, na qualidade ambiental e mesmo na variedade e equilíbrio de volumes, tão necessários a uma requalificação da arquitectura num contexto rural é claro, por opo-

sição, a uma sociedade de consumo, em que a eficácia do cimento e a arrogância do betão armado tudo dominam.

O presente artigo tem como objectivo a promoção e colaboração no domínio da investigação relativa à construção e conservação da arquitectura em terra, contribuir para a melhoria na qualidade de construção, contribuir para a formação e consequentemente preparação adequada dos técnicos nacionais, regionais e locais intervenientes na construção e conservação da arquitectura em terra, aprofundar a investigação em todos os domínios da arquitectura e construção em terra, contribuir para um desenvolvimento local mais sustentável, promover o uso de materiais tradicionais com maior eficiência energética, assim como estratégias para formação e informação local, com maior integração social, visa ainda explicar que não é só o factor económico que nos leva a construir.

O Desenvolvimento Sustentável

Na maioria das vezes, a construção civil convencional não considera os efeitos que causa ou possa causar aos recursos naturais. A formação de uma nova consciência surge a partir da responsabilidade de tomar decisões integradas e sustentáveis durante o processo de produção das edificações. É necessário que os técnicos e empreendedores possuam uma visão abrangente em relação ao sistema maior em que estão inseridos.

As principais razões que levam a propor soluções sustentáveis são as seguintes

- } Proporcionar uma moradia/imóvel com melhor qualidade para a população de baixa renda;
- } Dar oportunidade à população de baixa renda de também se sentir responsável pela conservação do meio ambiente;
- } Dar autonomia às comunidades carentes;
- } Economizar recursos naturais (energia e materiais)
- } Evitar grandes quantidades de resíduos.

Motivo da escolha

No que se refere o lado académico é um desafio a encarar com responsabilidade. Como tema de licenciatura instalações sanitárias, mais concretamente um hospital em que será projectado utilizando a tecnologia de terra como técnica de construção. Será um hospital de 2º nível com dois pisos no máximo que se desenvolverá com dois blocos laterais interligados com corpo principal de acesso facilitado.

Os argumentos fundamentais empregues na defesa desta técnica têm partido do facto de a terra ser um material abundante e reutilizável, não processado industrialmente e, por comparação com outros materiais, ecológico. O seu uso pressupõe economia de meios, de recursos, de material, de tempo, não tem aquilo que se chama energia intrínseca. Desta forma podemos adequar realidade angolana ou seja unir o útil ao agradável num



contexto económico e social. Quero com isso dizer que o facto de termos muita falta de serviços básicos em quase todo o país, com essa técnica de construção poderíamos colmatar esse mal, até porque com essa técnica a população poderá ser mais activa e participativa na construção e conservação da arquitectura em terra.

Aprofundar a investigação em todos os domínios da arquitectura e construção em terra, contribuir para um desenvolvimento local mais sustentável, promover o uso de materiais tradicionais com maior eficiência energética, assim como estratégias para formação local, com maior integração social – esse seria o papel das universidades.

A meu ver para que esses pontos possam ser cabalmente exequíveis passaria por conjunto de estudos a nível universitário em contacto com as autoridades locais, para que os meus projectos e estudos não caíssem no esquecimento. Desta forma acho que esse é apenas um ponto de partida para um futuro da arquitectura que se quer mais vernácula. Foi assim então que surgiu a ideia de construir um hospital em terra, para apoiar as populações que se encontram em zonas carentes e de difícil acesso

Diversidade Tecnológica

A construção em terra é basicamente a utilização do material terra, sem transformação, a que chamamos terra crua, por oposição à terra cozida. E, idealmente, tira-se do próprio terreno e constrói-se utilizando técnicas tradicionais, que são: a taipa, o adobe, BTC

(bloco de terra comprimida) e o tabique. Muitas das edificações do nosso património histórico foram executadas com essa técnica. Infelizmente, em função da industrialização, esse antigo saber fazer foi adulterado e preconceituosamente associado à pobreza e insalubridade. Porém, as propriedades das construções em terra indicam uma óptima alternativa para as comunidades de baixa renda.

Taipa

É a técnica de construção com terra crua mais antiga. Jogamos a mistura de terra que é apinhada em camadas dentro de uma forma tipo sanduíche, tornando-se um bloco monolítico. Nos últimos 20 anos, a taipa tem ganho novas versões com tecnologia actualizada, permitindo uma construção mais racional e limpa, reduzindo a mão-de-obra. As paredes construídas com taipa de pilão são extremamente resistentes à compressão, podendo ser usadas como partes estruturais da edificação.



{ FIG. 7.4 } Construção em Terra: Taipa.



Taipa de mão ou pau-a-pique

Sistema leve, autoportante, ideal para paredes de vedação. Executada por quadros de madeira onde são presos por arames, cordas ou pregos nas ripas de madeira, onde o barro é colocado manualmente em camadas. Matéria-prima: terra local, areia ou argila, estabilizante: cal, baba sintética

Adobe

Termo de origem árabe ("thobe"), significa pequenos tijolos de terra não cozida, secos ao sol e ao ar. A terra utilizada neste tipo de construção é muito arenosa e bastante argilosa (até 30%). Mistura-se terra com água até se obter uma mistura plástica, capaz de ser moldável. Geralmente, os "adobeiros" amassam o barro com os pés descalços, o que permite uma massa mais homogênea. Em alguns locais, além da terra e da água, utilizava-se o capim cortado como estabilizador por armação e o estrume de gado fresco como estabilizador químico. Depois de amassado, o barro é colocado em uma forma de madeira ou metal e ao deformar-se o bloco é colocado ao sol para secagem. Matéria-prima: solo local, água, estabilizante (estrume, capim, palha para adobe).

Tabique

Consiste na construção de uma grelha de madeira, cana ou vime, formando um entrançado, onde posteriormente se aplicará uma fina camada de terra. Nes-

te caso, a terra, muito argilosa, é misturada com grandes quantidades de palha ou fibras vegetais locais. O tabique é mais utilizado em edifícios de vários pisos, uma vez que é um material de baixo peso.

Embora seja diminuta a utilização desta técnica em Portugal (apenas em paredes divisórias ou de compartimentação interior), foi praticada em várias regiões do mundo. A acrescentar ainda um tipo específico de taipa designado por taipa militar, à qual são adicionadas grandes quantidades de cal, de modo a possibilitar uma maior resistência.

BTC – bloco de terra comprimida

O BTC é um material de construção feito com um certo tipo de terra que se adapta à compressão. Para aumentar a resistência mecânica e a resistência à humidade do solo é possível agregar um estabilizante. Há dois tipos de tijolos de terra, o Adobe e o BTC (Bloco de Terra Comprimida). A diferença entre os dois tipos de tijolos é que o Adobe é feito manualmente e o BTC utiliza prensas. Ambos secam com o sol, sem a necessidade de fornos. Por isso, são ecologicamente correctos. Não utilizamos madeira nem emitimos gás carbónico na atmosfera, além de ser muito mais barato. Se pegarmos a terra do terreno no qual a obra será construída, o custo cai a praticamente zero, pois acrescentaremos só água.

Na confecção do BTC, ao invés de ser moldado manualmente, é usada uma prensa. No entanto, é gasto o mesmo tempo para a fabricação. Em am-



Em todos os casos, prédios até três pisos podem ser construídos. A única diferença da construção com tijolos convencionais é que o projecto arquitectónico tem que ser um pouco diferente, mas nada que impeça nenhuma obra de ser realizada. Esse tipo de tijolo não é queimado, deixa uma sensação térmica mais agradável, um frescor muito melhor do que em prédios de betão armado ou tijolo queimado. Por ser mais frio, é mais económico relativamente ao consumo de energia eléctrica, pois o uso de ventilador e de ar-condicionado e o número de vezes que se abre a geladeira diminuem.

Vantagens e inconvenientes

Em virtude da consistência dos blocos de adobe ser inferior à dos tijolos correntes, as paredes com este material apesar de terem espessura maior do que as paredes de tijolo, não resistem – mesmo assim – com a igual segurança aos esforços horizontais. Por isso, a arquitectura pura e crua de

terra tem tipologias que apresentam regras gerais contrafortes exteriores de grandes dimensões, de modo a transformar a intersecção de paredes. O maior inconveniente dos adobes e taipas resulta da sua fraca consistência, sobretudo quando sujeitos a vibração das acelerações sísmicas.

Em termos de vantagens estão bem patentes a sua facilidade de construção, economia, isolamento térmico e acústico e acima de tudo a integração ambiental. Em qualquer técnica de terra, as características do solo são fundamentais. A proporção entre areia e argila deve ser corrigida. A quantidade e a qualidade da água devem ser controladas. Testes em amostras devem ser feitos para evitar fissuras, garantir estanquidade e resistência. Também é de essencial importância os cuidados com impermeabilizações e revestimentos. A construção de terra, executada com as devidas preocupações técnicas, apresenta resultados mais que satisfatórios de resistência e durabilidade.



{ FIG. 7.5 } Construção de parede com BTC no centro do Bairro Palanca, dirigido pelo arquitecto Argentino Maurício Banguilia.

7.2 Projecto Cacuo Esperança

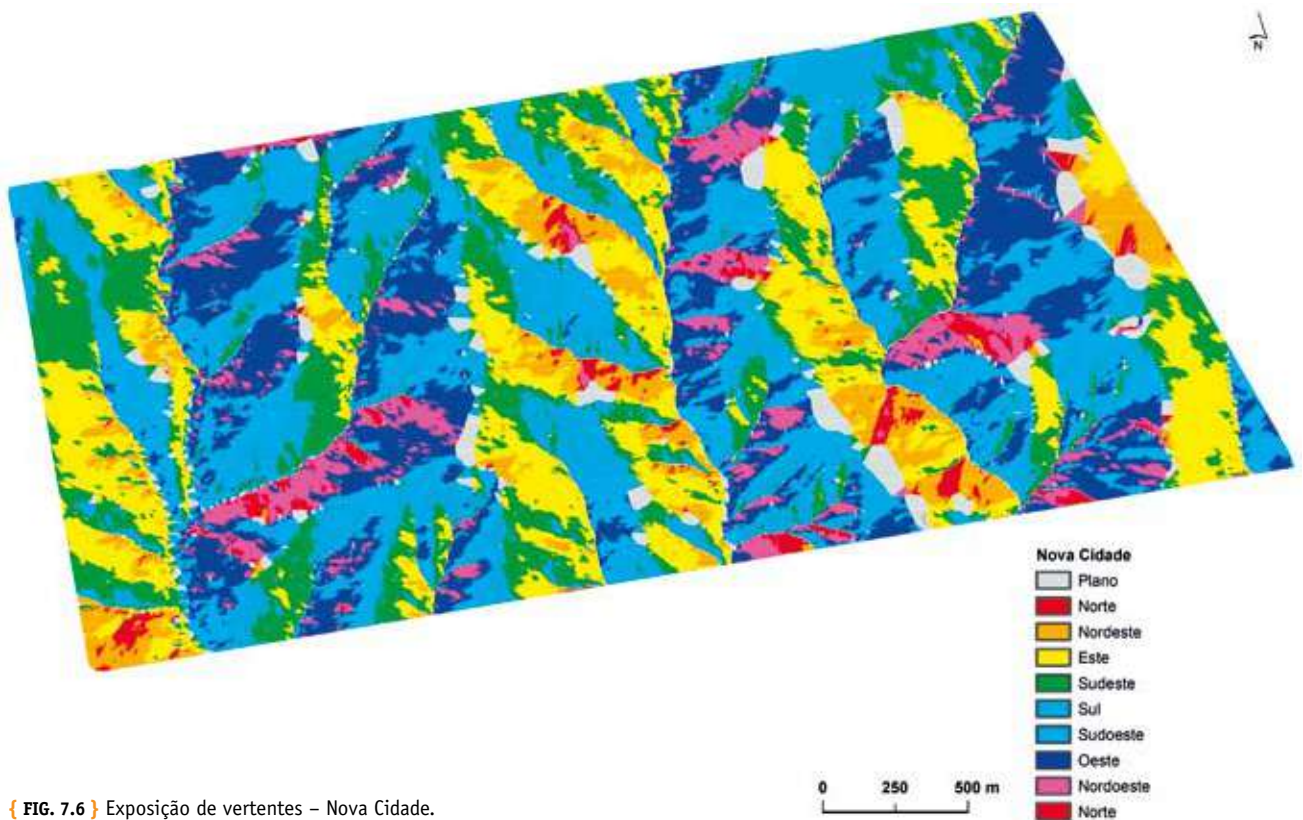
O projecto Cacuo Esperança é aqui apresentado como um exemplo ao nível do planeamento urbano em Angola, pelas preocupações ambientais, sociais, económicas e políticas que inclui nos seus estudos e propostas. É feita uma descrição breve das suas principais características e parâmetros implícitos no ordenamento e planeamento do território em causa, evidenciando questões como a equidade social e económica, o equilíbrio do espaço urbano e construído e ainda a salvaguarda de aspectos ambientais.

Descrição do projecto

O Projecto tem como programa o planeamento e construção de três novas áreas urbanas na região do Cacuo em Angola.

A área de intervenção total das três áreas urbanas é de 838 ha, distribuídos do seguinte modo: Cacuo Histórico 70 ha; Sequel 136 ha; Cidade Nova 632 ha.

A vontade de contribuição para criar um novo modelo urbano de cidade, levou a que o projecto fosse estruturado tendo por base os princípios do desenvolvimento sustentável.



{ FIG. 7.6 } Exposição de vertentes – Nova Cidade.



Essa intenção permitiu a reunião de uma equipa multidisciplinar bastante alargada e dotada de uma visão estratégica sobre o que será uma cidade no futuro do planeta tendo em consideração os efeitos do aquecimento global do planeta e do fenómeno da globalização económica.

O projecto na sua elaboração várias entidades públicas e privadas, abrangendo as áreas técnicas de Ambiente, Ciências Sociais e Políticas, Economia, Infra-estruturas, Urbanismo e Arquitectura, entre outras.

Capacidade de carga e vocação de uso

Com a efectiva caracterização do território, realizada através da análise *in loco*, os recursos naturais e as suas capacidades, e as fragilidades identificadas, considerou-se que o modelo de ocupação do território deverá garantir, na sua base, a sensibilidade ambiental do território, a qual condicionará o modelo de ocupação do solo adequando-o à capacidade de carga do sistema receptor de modo a garantir a sustentabilidade da solução que a concessão de terrenos irá concretizar. Tendo em consideração as inúmeras metodologias existentes para realizar esta avaliação, garantindo a preservação da biodiversidade e a criação de ambientes urbanos e actividades económicas sustentáveis, fez-se uso da utilização de uma metodologia expedita, através da identificação da Estrutura Ecológica Territorial, que se adequa à rede de Corredores Verdes Vitais garantindo deste modo uma ocupação ambientalmente eficiente e duradoura no território das actividades do Homem.

Modelo territorial

Para articulação com os pressupostos do projecto foram desenvolvidas várias sessões no *workshop de startup* do projecto em que foi reunida toda a equipa, grupos de entidades oficiais e civis angolanas, públicas e privadas e estabelecido um programa adaptado à realidade vista e sentida no terreno, ao longo de uma semana de trabalho, exclusivo sobre a temática. O modelo de participação da construção do programa foi sujeito a técnicas de participação específicas tendo por base a alargada equipa de intervenientes.

Pelo carácter social e económico que o projecto pretende garantir foi considerado que a articulação com a envolvente pré-existente assumia um papel determinante não só na fase pós construção, mas desde logo na fase de concepção.

Pela equipa foram, por outro lado e de modo articulado, estabelecidos os princípios e definidos os objectivos que no campo da sustentabilidade iriam ser avaliados e posteriormente monitorizados ao longo de todo o projecto. Como tal foram realizadas compilações teórico-práticas sobre sustentabilidade; cidade sustentável; construção sustentável e governança da cidade.

Numa segunda fase, foi estabelecida a visão estratégica a alcançar através do projecto e dos factores de sustentabilidade para a implementação dessa mesma visão, que considerou os riscos naturais e as medidas de prevenção dos mesmos um factor determinante.

Na terceira fase e com base na caracterização social, económica e ambiental, foram determinadas as funções da cidade essenciais a ser previstas e simuladas desde o início do processo: habitação; educação; formação; mobilidade; água; energia; saúde; sistemas sociais; justiça; alimentação; indústria; comércio; serviços gerais; agro-indústria; agricultura social; pesca; cultura; desporto; lazer; segurança; informação e comunicação.

Concluídas as fases anteriores foi desenvolvida a primeira abordagem ao modelo urbano que respondia aos pressupostos programáticos iniciais, às contribuições do workshop e à compilação teórica efectuada.

O modelo sustentável delineado apresenta, face à particularidade do território e às premissas definidas, números que traduzem uma densificação e multifuncionalidade dos futuros centros urbanos, bem como a sua adequabilidade face às características ambientais e económicas do sítio onde se irão inserir.

Usos	Área (m ²)	Casarão Histórico			Sequel			Cidade Nova		
		Construção		Terreno	Construção		Terreno	Construção		Terreno
		m ²	%	%	m ²	%	%	m ²	%	%
Residencial	335.050,0	43,4%	43%	492.326,2	49,2%	10,0%	1.588.044,8	53,9%	53,0%	
Comercial/ Uso Misto	286.467,8	36,7%	17%	230.258,4	28,1%	17,0%	632.080,0	21,4%	4,8%	
Varejo/ Uso Misto	47.833,0	6,6%	4%	80.342,0	9,8%	8,0%	158.080,0	5,0%	1,3%	
Educação	43.525,0	5,6%	4%	44.916,6	5,5%	3,2%	379.280,0	12,9%	4,3%	
Saúde	21.000,0	2,8%	2%	23.780,0	2,9%	3,9%	84.800,0	3,2%	1,8%	
Comunidade/Equip. Públicos	21.270,0	2,8%	2%	36.920,6	4,5%	2,8%	47.400,0	1,6%	0,5%	
Religiosos/Culturais	10.500,0	1,4%	1%		0,0%	0,0%	47.400,0	1,6%	0,5%	
Estradas e Infraestrutura			18%		0,0%	18,0%		0,0%	16,0%	
Parques e Recreação/Terreno Vazio			18%		0,0%	15,1%		0,0%	40,0%	
TOTAL Construção	726.051,8		100%	818.554,6		100,0%	2.947.644,6		100,0%	
TOTAL Terreno	700.000,0			1.368.000,0			6.120.000,0			

Quantidade de Habitação:	Casarão Histórico			Sequel			Cidade Nova		
	MA	%	População	MA	%	População	MA	%	População
"Vilas" Grandes (180 m ²)	42	1,1%	356	122	8,0%	2.574	2.023	14,4%	16.184
"Vilas" Pequenas (150 m ²)	76	2,1%	468	309	32,5%	3.018	3.795	27,3%	23.758
Casas (105 m ²)	0	0,0%	-	157	3,3%	542	484	3,3%	2.756
Repúblicas (30 m ²)	0	0,0%	-	180	4,5%	360	1.095	7,4%	2.670
Apartamentos (86 m ²)	846	23,8%	3.384	2.572	58,8%	9.485	2.822	20,1%	11.088
Apartamentos Uso Misto (86 m ²)	1506	72,9%	5.180	500	12,4%	1.000	3.873	27,8%	15.484
TOTAL	3.584	100,0%	9.378	4.034	100,0%	17.384	14.010	100,0%	70.580
Família Média	2,63			4,11			5,04		

Relações	por Habitação	por Habitante	por Habitação	por Habitante	por Habitação	por Habitante
Educação (m ²)	12,3	6,7	11,1	2,5	27,1	3,4
Saúde (m ²)	5,8	2,2	3,9	1,4	4,8	3,3
Equipamentos Públicos (m ²)	6,2	2,3	4,3	3,1	2,6	6,7
Densidade por ha	50,9	136,0	29,7	127,8	22,2	131,7
TOTAL Construção (m²)	203,4	31,0	202,9	23,1	201,4	21,5

{ QUADRO 7.1 } Resumo de áreas e índices do projecto (BM, 2009).



Emprego	Área do terreno (m ²)	Índice de ocupação	Superfície Total de Pavimento (m ²)	Tralhadores	Nº Trabalhadores
Comércio /Uso misto	343.546,0	2,5	858.865,0	1 per 50m ²	11.452
Venda a Retalho/Uso Misto	157.814,0	2,5	394.535,0	1 per 50m ²	7.891
Equipamentos Públicos/Educação/Saúde	331.412,0	1,5	497.118,0	1 per 50m ²	9.942
Total População Activa	832.772,0		1.750.518,0		29.285

{ QUADRO 7.2 } Criação de emprego – Nova Cidade (Fonte: BM, 2009)

Emprego	Área do terreno (m ²)	Índice de ocupação	Superfície Total de Pavimento (m ²)	Tralhadores	Nº Trabalhadores
Comércio /Uso misto	16.028,3	2,5	40.070,8	1 per 50m ²	534
Venda a Retalho/Uso Misto	36.709,0	2,5	91.772,5	1 per 50m ²	1.835
Equipamentos Públicos/Educação/Saúde	110.896,0	1,5	166.344,0	1 per 50m ²	3.327
Total População Activa	163.633,3		298.187,3		5.697

{ QUADRO 7.3 } Criação de Emprego – Sequel (BM, 2009).

Emprego	Área do terreno (m ²)	Índice de ocupação	Superfície Total de Pavimento (m ²)	Tralhadores	Nº Trabalhadores
Comércio /Uso misto	36.432,5	2,5	91.081,3	1 per 50m ²	1.214
Venda a Retalho/Uso Misto	14.664,0	2,5	36.660,0	1 per 50m ²	733
Equipamentos Públicos/Educação/Saúde	101.332,0	1,5	151.998,0	1 per 50m ²	3.040
Total População Activa	152.428,5		279.739,3		4.988

{ QUADRO 7.4 } Criação de emprego – Cacuaco Histórico (BM, 2009).

Governança da cidade

A introdução num projecto urbano de conceitos e regras para a gestão e governança da cidade, surge no sentido de que o projecto seja sustentável em todas as suas vertentes, em particular a vertente social.

Deste modo as contribuições resultantes da componente governança traduzem-se neste caso em recomendações nas áreas de: Combate às fragilidades; Currículos educativos e formativos; realojamento da população; condicionantes ao projecto; monitorização da sustentabilidade.

Acresce a este modelo ainda um conjunto de indicadores desenvolvidos para o projecto Cacuaco Esperança e garantirão a possibilidade de que se avalie de modo regular e efectivo a implementação em todas as fases do ciclo de vida do projecto da aplicação e implementação dos princípios de sustentabilidade.

O conjunto de indicadores referido deverá evoluir e adaptar-se a cada uma das três áreas de intervenção. Deverão ser definidas as metas e a periodicidade a observar para monitorização de cada um dos indicadores. Tal poderá ser efectuado logo que concluída a fase de projecto de execução até à fase de ocupação após a construção.



{ FIG. 7.7 } Proposta de Plano Urbano para a Nova Cidade – Cacuco.

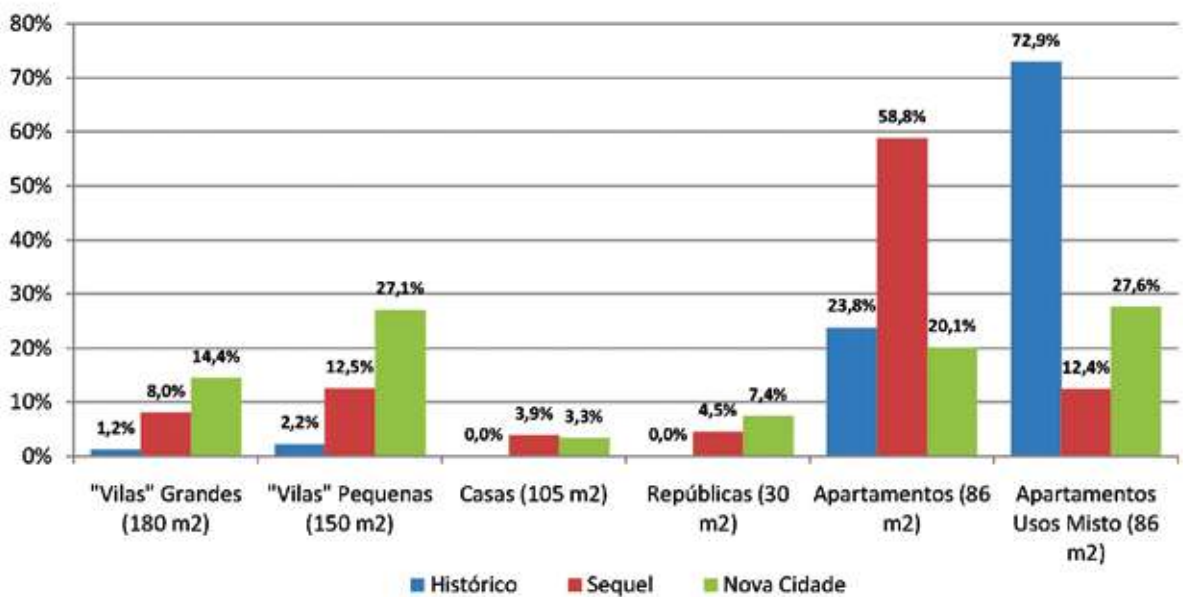


{ FIG. 7.8 } Proposta de Plano Urbano para o Sequel



{ FIG. 7.9 } Proposta de Plano Urbano para o Cacuaço Histórico.

{ FIG. 7.10 } Percentagens de distribuição das tipologias.



Construção de edifícios

O projecto Cacuaco Esperança, prevê para o seu modelo de construção de edifícios a adopção de parâmetros de conforto ambiental articulados com os critérios de sustentabilidade. Deste modo a utilização da denominação de construção sustentável associada ao emprego da definição teórica e adaptação do mesmo ao território em questão e ao continente africano, fez com que fossem estabelecidos desde o início os sistemas de avaliação da construção que iriam ser adoptados para a avaliação e reconhecimento da construção sustentável e do ambiente construído.

Do mesmo modo a articulação entre modelo territorial e construção de edifícios nos quais o clima e o conforto ambiental se interligavam, resultou numa série de considerações sobre as tipologias a adoptar para os futuros edifícios dos centros urbanos em projecto.

Viabilidade técnica, económica e financeira

O desenvolvimento do projecto tal como até aqui descrito, em termos de processo operativo de concepção, incorporando na sua estrutura uma abordagem à viabilidade técnica e económica e financeira que incidiu sobre a concretização dos sistemas e modelos dos serviços urbanos, a sua concretização, fontes de financiamento e estrutura económica para a gestão futura destas três novas áreas urbanas, vem apenas tornar mais robusta a garantia de que os princípios de sustentabilidade são observados, face à equidade social no acesso a bens e ser-

viços vitais para o Homem, como seja a água, a alimentação e o trabalho, que em todo o projecto foi observado e se garantiu que viesse a acontecer.

Impactes ambientais do projecto

Enquadrada foi ainda, neste projecto, a componente ambiental em toda a sua dimensão, efectivando-se em todas as acções e decisões tomadas, sendo que para a sua validação se procedeu à implementação de uma prévia avaliação de impactes e da sustentabilidade global do projecto com base nas decisões efectivadas. Essa análise de impactes observou os mesmos sobre os três principais pilares da sustentabilidade: ambiente, economia e social.

Conclusão

O modo e o processo operativo delineado e implementado para o projecto Cacuaco Esperança, garante que mesmo em áreas fragilizadas e com recursos parcos é possível adoptar desde a fase de projecto atitudes que conduzam e garantam acções de planeamento urbano sustentáveis e a construção de edifícios, também eles seguindo o conceito da construção sustentável.



{ Bibliografia }



- ALLARD, Francis; SANTAMOURIS, M. (eds.) (1988), *Natural Ventilation in Buildings: A Design Handbook*, James and James, London.
- AMADO, Miguel P. (2005), *Planeamento Urbano Sustentável*. Caleidoscópio, Lisboa.
- ANINK D; BOONSTRA C; MAK J (1996). *Handbook of sustainable building*. James & James, London.
- ARENT, R. (1999), *Growing Greener, Pit Conservation into Local Plans and Ordinances*, Island Press, Washington.
- ASHRAE (Ed.), AAVV (2006), *ASHRAE Green Guide: The Design, Construction and Operation of Sustainable Buildings*, Elsevier, Butterworth-Heinemann, Burlington.
- AULICIEMS, A.; SZOKOLAY, S.V. (1997), *Thermal Comfort*, ed. PLEA (PLEA notes) in association with the Department of Architecture of the University of Queensland, Brisbane.
- BAKER, Laurie, (1986) *Houses: How to reduce building costs*, Centre of Science and Technology for Rural Development (COSTFORD), Kerala, India
- BAKER, Nick; STEEMERS, K. (2000), *Energy and Environment in Architecture: A Technical Design Guide*, E&FN Spon, London.
- BAKER, N.; FANCHIOTTI, A.; STEEMERS, K. (1993) *Daylighting in Architecture: A European Reference Book*, produced for the Commission of the European Communities, ed. James and James, London.
- BAKER, Nick (1987) *Passive and Low Energy Building Design for Tropical Island Climates*, Ed. Commonwealth Science Council, London.
- BLOWERS, A. (1993), *Planning for a Sustainable Environment, a report by the Town and Country Planning Association*, Earthscan, London
- BRECSU (1995) Report 31 "Avoiding or minimising the use of air-conditioning", ed. BRE, Energy Efficient Office, Department of the Environment, Garston.
- CARTWRIGH, L. (2000), *Selecting Local Sustainable Development Indicators: does consensus exist in their choice and propose?*, in Planning Practice and Research, BRE, Garston.
- CHING, Francis D.K. (2000) – *Dicionário Visual de Arquitectura*. Ed. Martins Fontes, São Paulo.
- CIB/UNEP-IETC (2002), Du Plessis, C. (ed.), *Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries*. CIB, Discussion Document, Brussels.
- CLEMENTS-CROOME, D. (ed.) (1997) *Naturally Ventilated Buildings; Buildings for the Senses, the Economy and Society*, E&FN Spon, London.
- COOK, Jeffrey (1989) *Passive Cooling*, ed. MIT press, Cambridge Massachusetts.
- CORBELLA, O.; YANNAS, S. (2003) *Em busca de uma Arquitectura Sustentavel para os Trópicos*, Editora Revan, Rio de Janeiro.
- CORREIA GUEDES, M; ALVES, L. (2008) "The SURE-Africa project: Sustainable Urban Renewal – Energy Efficient Buildings for Africa", in *Proceedings of 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia, e 2º Congresso de Engenharia de Moçambique: A Engenharia no Combate à Pobreza, pelo Desenvolvimento e Competitividade* (CLME 2008 – IICEM), Maputo 2–4 Setembro 2008, Ed. INEGI, Porto.



- CORREIA GUEDES, M., (2000) "Passive Cooling Design in Southern European Office Buildings", Ph.D. Thesis., The Martin Centre for Architectural and Urban Studies – Faculty of Architecture of the University of Cambridge, Cambridge, UK.
- COUGEY, Samuel; OLIVA, Jean-Pierre, (2006) *La conception bioclimatique: Des maisons économes et confortables en neuf et en réhabilitation*, ed. Terre Vivante, Grenoble.
- DE DEAR, R.; BRAGER, G. (1998) "Developing an Adaptive Model of Thermal Comfort and Preference" (Final Report on ASHRAE RP – 884 project), in *ASHRAE Transactions*, V. 104, Pt.1, Atlanta.
- DOAK, J. (2000), *Consensus-building for environmental sustainability, in Integrating Environment + Economy*, Routledge, New York.
- DRESSER, Peter Van (1996), *Passive Solar House Basics*, Ancient City Press, Ink, New México.
- EDWARDS, Brian (2008) *O Guia Básico para a Sustentabilidade*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.
- EDWARDS, Brian; TURRENT, David (eds.) (2000): *Sustainable Housing: Principles and Practice*, E&FN Spon, London.
- EICHLER, M. (1999), *Sustainability from a Feminist Sociological Perspective: A Framework for Disciplinary Reorientation*, in *Sustainability and the Social Sciences*, Zed Books, New York.
- FATHY, Hassan (1973) *Architecture for the poor: an experiment in rural Egypt*, The University of Chicago Press, Chicago.
- FRANCIS, E. (2000) "The application of passive down-drawght evaporative cooling (PDEC) to non-domestic buildings" In *Proceedings of PLEA 2000 – Architecture and City Environment, Cambridge June 2000*, ed. Koen Steemers and Simmos Yannas, James and James, London.
- GIVONI, Baruch (1994) *Passive and Low Energy Cooling for Buildings*, Van Nostrand Reinhold, New York.
- GIVONI, Baruch (1969) *Man, Climate and Architecture*, ed. Henry Cowan, ASP, London.
- GONZÁLEZ, F. (2004) *Arquitectura Bioclimática en un entorno sostenible*. Editorial Munilla-Lería, Madrid.
- GOULDING, J.; LEWIS, J.O.; STEEMERS, T. (eds.) (1993), *Energy Conscious Design – A Primer for Architects*, Batsford for the Commission of the European Communities, London.
- GOULDING, J.; LEWIS, J.O.; STEEMERS, T. (eds.) (1992), *Energy in Architecture – The European Passive Solar Handbook*, Batsford for the Commission of the European Communities, London.
- GOULDSON, A.; ROBERTS, P. (2000), *Integrating Environment + Economy*, Routledge, New York.
- HIGUERAS, Ester (2006) *Urbanismo Bioclimático*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.
- HYDE, Richard (Ed.) (2008) *Bioclimatic Housing: Innovative Designs for Warm Climates*, Earthscan, Cromwell press, Trowbridge.
- JENKS, M, DEMPSEY, N (eds). (2005). *Future Forms and Design for Sustainable Cities*. Architectural: Oxford.
- JPPA – Junta Provincial de Povoamento de Angola, AAVV (1964) *A habitação em núcleos de povoamento*, ed. JPPA, Luanda.
- KIBERT, C. J. (1994). "Principles of Sustainable Construction". In *Proceedings of the International Conference on Sustainable Construction*, Tampa, Florida.
- KIENDL, Anthony (2008) *Informal Architectures – Space and Contemporary Culture*. Black dog publishing, London.
- KNOX, P. L. & Mayer, H. (2009). *Small Town Sustainability: Economic, Social, and Environmental Innovation*. Birkhäuser, Basel.
- KOCH-NIELSEN, H. (2002) *Stay Cool: A Design Guide for the Built Environment in Hot Climates*, Earthscan, Cromwell Press, London.



- KOENISBERGER, O.H.; INGERSOLL, T.G.; MAYHEW, A.; SZOKOLAY, S.V. (1973) *Manual of Tropical Housing and Building: Part One – Climatic Design*, Ed. Longman, Hong Kong.
- LAUBER, Wolfgang, (2005) *Tropical Architecture: Sustainable and Humane Building in Africa, Latin America and South-East Asia*, Prestel Publishing, New York.
- LENGEN, Johan Van (2004) *Manual do Arquitecto Desçaço*, Livraria do Arquitecto, Porto Alegre.
- LOPES, Leão (2001) *Manual Básico de Construção – Guia ilustrado para a construção de habitação*. Ed. Ministério das Infra-estruturas e Habitação, Mindelo.
- LYNCH, K. (1977). *Site planning*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- MARKUS, T.A., MORRIS, E.N. (1980) *Buildings, Climate and Energy*, Pitman Publishing limited, London.
- MARTINEZ-ALIER, J. (1999), “The Socio-ecological Embeddedness of Economic Activity: The Emergence of a Transdisciplinary Field”, in *Sustainability and the Social Sciences*, Zed Books, New York.
- MENDLER, S.; ODELL, W. (2000) : *The HOK Guidebook to Sustainable Design*, John Wiley & Sons, New York.
- METEOTEST (2005), computer software; *METEONORM: Global Meteorological Database for Solar Energy and Applied Climatology*, ed. Swiss Federal Office of Energy, Bern.
- MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (eds., 2010) *Ecological Urbanism*, Harvard School of Design, Lars Muller Publishers, Baden.
- NICOL, F.; HUMPHREYS, M.; SYKES, O.; ROAF, S. (eds.) (1995) *Standards for Thermal Comfort – Indoor temperature Standards for the 21st Century*, published by E & F Spon, London.
- NICOLOPOULOU, M. (1998), *Thermal Comfort In Outdoor Urban Spaces*, PhD Thesis, The Martin Centre for Architectural and Urban Studies, Cambridge University, Cambridge.
- OLGYAY, Victor (1963) *Design With Climate – Bioclimatic Approach to Architectural Regionalism*, Princeton University Press, Princeton.
- OLIVER, Paul (2003) *Dwellings*, ed. Phaidon, London.
- ONG, Boon-Lay; BAY, Joo-Hwa (2006) *Tropical Sustainable Architecture: Social and Environmental Dimensions*, Architectural Press, Oxford.
- OSELAND, N.A.; HUMPHREYS, M.A.; NICOL, J.F.; BAKER, N.V.; PARSONS, K.C. (1998) *Building Design and Management For Thermal Comfort*, Report prepared for CIBSE, ed. BRE (CR 203/98), Garston.
- PAIVA, J. Vasconcelos; DUARTE, J. Pinto; (1994). *Revisão das recomendações técnicas para habitação social (1ª fase)*, Ed. LNEC, Lisboa.
- PEDRO, J. Branco (1999). “Programa habitacional. Habitação”. In *Colecção Informação Técnica Arquitectura*, n.º5. Ed. LNEC, Lisboa.
- PEZZI, Carlos Hernandez (2007) *Un Vitruvio Ecológico Principios y práctica del proyecto arquitectónico sostenible*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- PINHEIRO, M. D. (2006). *Ambiente e Construção Sustentável*. Instituto do Ambiente. Lisboa.
- PLAINIOTIS, Stellios; JI, Yan (2006) *Design for Sustainability*. Ed. China Architecture & Building Press, Beijing.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997), *Relatório de Desenvolvimento Humano*, UN, Geneve.
- REDCLIFT, M. (1999), “Sustainability and Sociology: Northern Preoccupations”, in *Sustainability and the Social Sciences*, Zed Books, New York.
- REDINHA, J., (1973) *A habitação tradicional Angolana, Aspectos da sua Evolução*, Fundo de Turismo e Publicidade de Angola, Luanda.



- REDINHA, J., (1975) *Distribuição Étnica de Angola* (9ª ed), Fundo de Turismo e Publicidade, Luanda.
- ROAF, Sue; CRICHTON, D.; NICOL, F., (2005) *Adapting Buildings and Cities for Climate Change: a 21st Century Survival Guide*, ed. Elsevier, Architectural Press, Oxford.
- ROAF, S.; FUENTES, M.; THOMAS, S.; (2003) *Ecohouse 2: A Design Guide*, ed. Elsevier, Oxford.
- ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip (2001), *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, Madrid.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos (2001) *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora UnB, Rio de Janeiro.
- SALMON, Cleveland (1985) *Architectural Design for Tropical regions*, ed. John Wiley & Sons, New York.
- SANOFF, H. (2000), *Community Participation Methods in Design and Planning*, John Wiley & Sons, Inc. New York.
- SANTAMOURIS, M; Asimakopoulos (eds.) (1996) *Passive Cooling of Buildings*, James and James, London.
- SZOKOLAY, S.V. (1975) *Solar Energy and Building*, The Architectural Press, London.
- SZOKOLAY, S.V. (1985), "Passive and low energy design", in *proceedings of the PLEA 1985 conference*, Pergamon press, London.
- SZOKOLAY, S.V. (2004) *Introduction to Architectural Science: The basis of Sustainable Design*, ed. Architectural Press, Oxford.
- TIRONE, L.; NUNES, K. (2008) *Construção Sustentável*. Ed. Tirone Nunes, Lisboa.
- THERMIE PROGRAMME ACTION (1994), *Natural and Low Energy Cooling in Buildings*, ed. Panos Liveres, for the European Commission Directorate – General for Energy, Centre for Renewable Energy sources, Pikerimi.
- THERMIE PROGRAMME ACTION (1995), *Tools and Techniques for the design and evaluation of Energy Efficient Buildings*, ed. University College Dublin – Energy Research group for the European Commission Directorate – General for Energy, Dublin.
- THOMAS, K. (1994), "Planning for sustainable development: an exploration of the potential role of town planners and the planning system" in Williams, C., Haughton, G. (Ed) *Perspectives Towards Sustainable Environmental Development, Avebury Studies in Green Research*, Aldershot, London,.
- THOMAS, Randall (1996), *Environmental Design: An Introduction for Architects and Engineers*, ed. Randall Thomas, published by E & F Spon, London.
- THOMAS, Randall (ed., 2003) *Sustainable Urban Design*, published by E & F Spon, London.
- UN-Habitat, (2008) *Housing for all: The challenges of affordability, accessibility and Sustainability – The Experiences and Instruments from the Developing and Developed Worlds*, United Nations Human Settlements Programme, Nairobi.
- VELOSO, António J.T. Moreira, (1969) *Contribuição para o estudo do habitat económico em África*, in Segundas Jornadas de Engenharia e Arquitectura do Ultramar, Laboratório de Engenharia de Angola, Luanda.
- WATSON, D.; LABS, K. (1983) *Climatic Building Design*, ed. Mc Graw-Hill, New York.
- WILSON, E. (2000), *Strategies for local and regional government, in Integrating Environment + Economy*, Routledge, New York.

{ Anexos }



A1 Desempenho bioclimático: programas de análise.

Existem hoje diversos programas de *software* para análise do desempenho energético e de conforto em edifícios, que são importantes ferramentas de apoio ao projecto de arquitectura. Estes programas permitem dimensionar e quantificar níveis de conforto interior e consumos de energia do edifício, informando também sobre quais as melhores estratégias de projecto a implementar em relação, por exemplo, à orientação do edifício, sombreamento, dimensão de áreas de envidraçado, materiais de construção, ou regimes de ventilação. Para além do apoio ao projecto arquitectónico, que deve integrar as estratégias bioclimáticas desde a sua concepção inicial (em termos de nova construção e também de reabilitação), estas ferramentas poderão ser úteis na decisão sobre normas e recomendações a determinar ao nível da construção no País.

Entre vários softwares disponíveis, como o Energy Plus, o DOE ou o Ecotect, a escolha para a realização das simulações a apresentar neste manual recaiu sobre o Ecotect, por ser o programa mais adequado para Arquitectos, oferecendo uma utilização mais simplificada e uma interface visual apelativa. Apesar de não ter a robustez e precisão de cálculo dos outros programas referidos, mais

vocacionados para áreas de Engenharia, permite identificar as soluções de projecto que mais influenciam o futuro desempenho energético e de conforto do edifício. Paralelamente, foram também realizadas as mesmas simulações com o *software* Energy Plus, sendo os resultados obtidos semelhantes aos produzidos pelo Ecotect.

São primeiro apresentados os dados climáticos de referência, estimados pelo *software* Meteonorm, e inseridos depois no Ecotect.

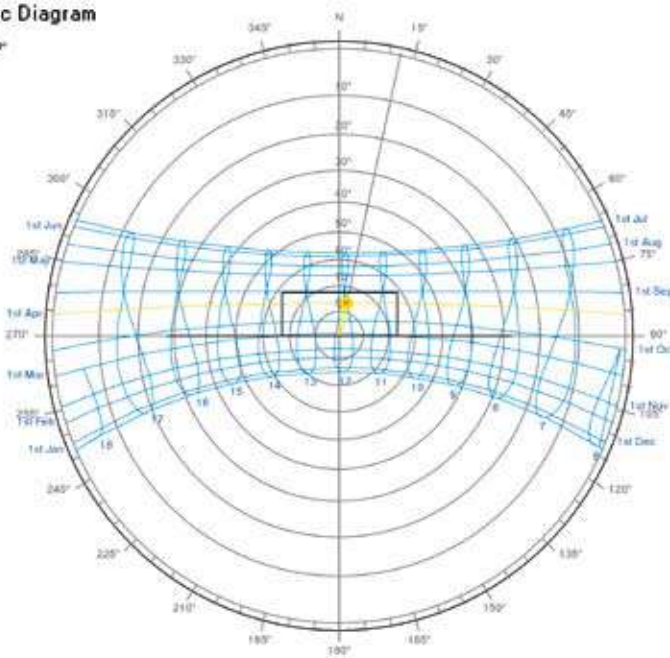
Descrevem-se depois os resultados das simulações realizadas utilizando o *software* Ecotect para um pequeno caso de estudo, um modelo de edifício de habitação unifamiliar para a cidade de Luanda; mostrando uma sequência de análises para optimização do desempenho energético e de conforto. Estas simulações devem ser consideradas a título indicativo, como demonstração sucinta das capacidades do programa. Os resultados identificam as principais medidas passivas a implementar, e a sua importância relativa – informando desta forma o processo de projecto de Arquitectura. No âmbito de trabalhos de investigação, em que é requerido um maior nível de precisão de resultados, será necessário desenvolver um estudo mais aprofundado, incluindo, por exemplo, monitorizações *in situ*, envolvendo medições e questionários numa amostra significativa de edifícios e utilizadores.

A1.1 Contexto climático

A.1.1.1 Luanda

Stereographic Diagram

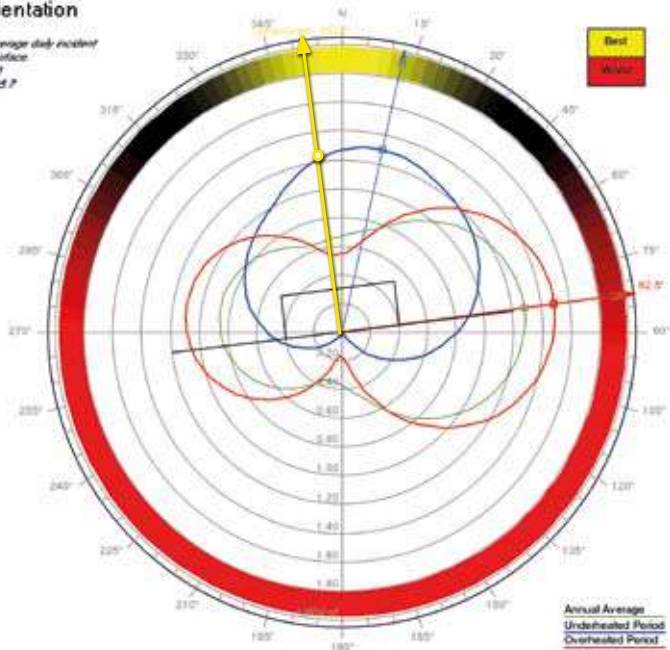
Location: LUANDA
 Sun Position: 12.2°, 76.6°
 HSA: 12.2°, VSA: 77.1°
 © A.J. Marsh 20



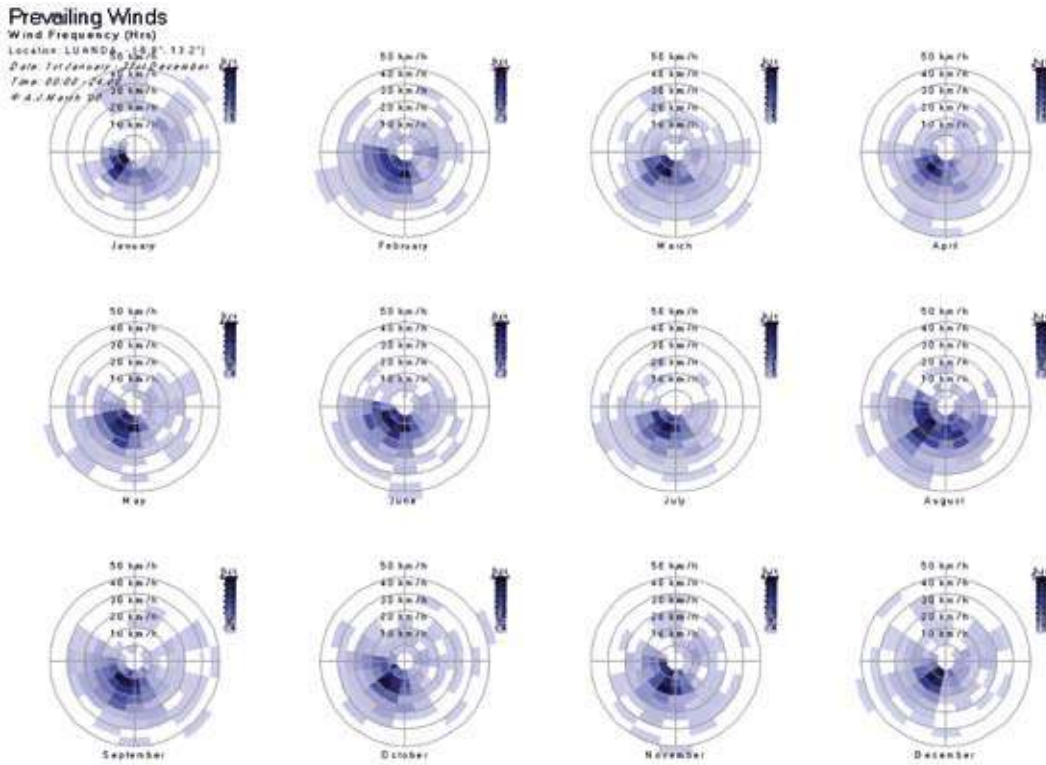
{ FIG. A1.1 } Diagrama estereográfico para a cidade de Luanda, mostrando o percurso solar nos vários períodos do ano.

Optimum Orientation

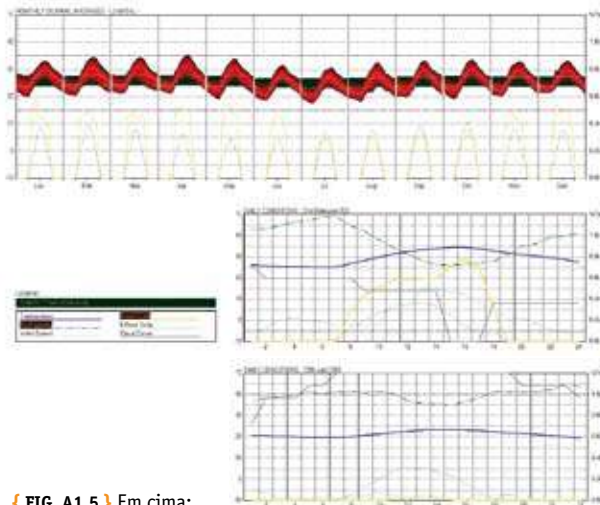
Location: LUANDA
 Orientation based on average daily incident radiation on a vertical surface
 Underheated Status: 0.0
 Overheated Status: 2268 P
 Compromise: 357.5°
 © A.J. Marsh 20



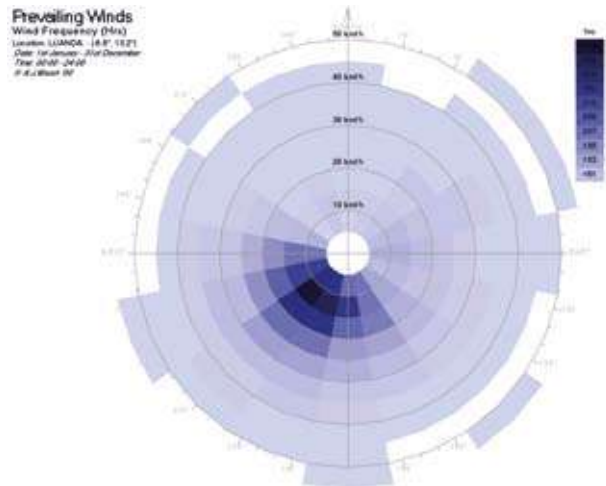
{ FIG. A1.2 } Orientação solar otimizada para a cidade de Luanda (352° 5'N).



{ FIG. A1.3 } Diagramas dos ventos dominantes em Luanda, nos diferentes meses do ano.



{ FIG. A1.5 } Em cima: gráfico com o perfil de temperatura para Luanda. Em baixo: valores de valores médios de temperatura para Luanda. Em baixo: valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), velocidade do vento (tracejado azul claro), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracejado), para um dia quente (21 de Fevereiro), e para um dia frio (15 de Julho).

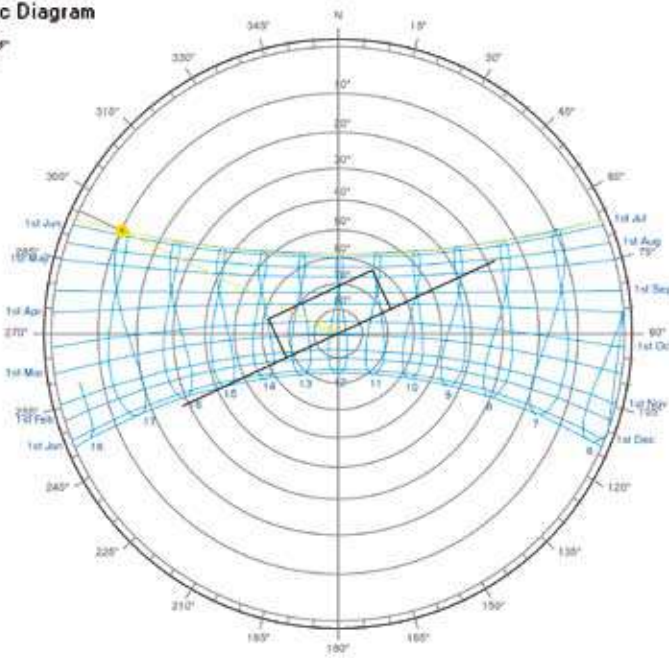


{ FIG. A1.4 } Diagrama do regime anual de ventos em Luanda, mostrando a frequência dos ventos dominantes.

A.1.1.2 Uíge

Stereographic Diagram

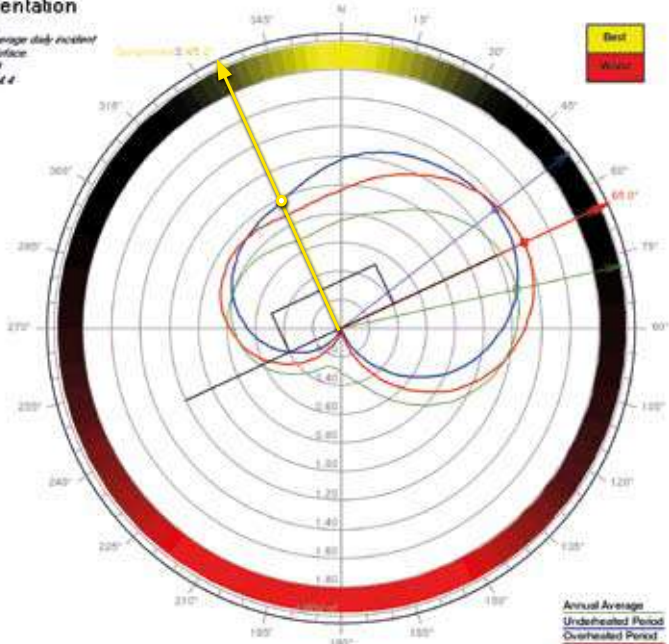
Location: Uíge, Angola
 Sun Position: 64.8° , 18.8°
 HSA: -39.8° , VSA: $1.3.8^\circ$
 © A.J. Marsh 20



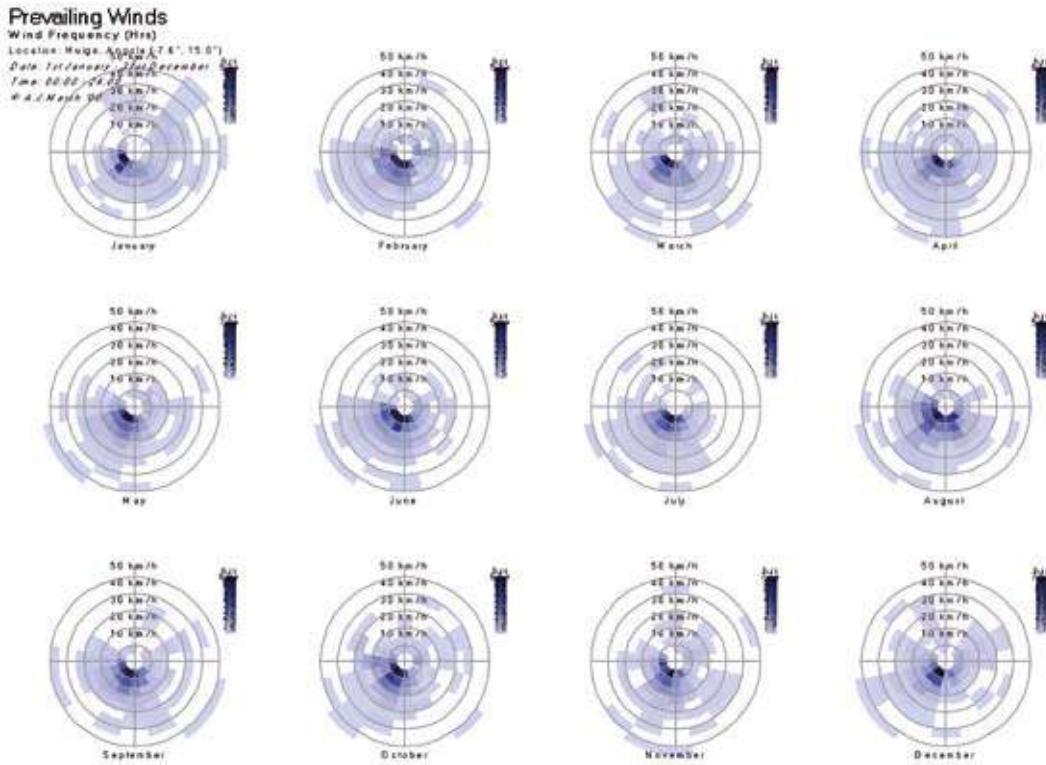
{ FIG. A1.6 } Diagrama estereográfico para a cidade de Uíge, mostrando o percurso solar nos vários períodos do ano.

Optimum Orientation

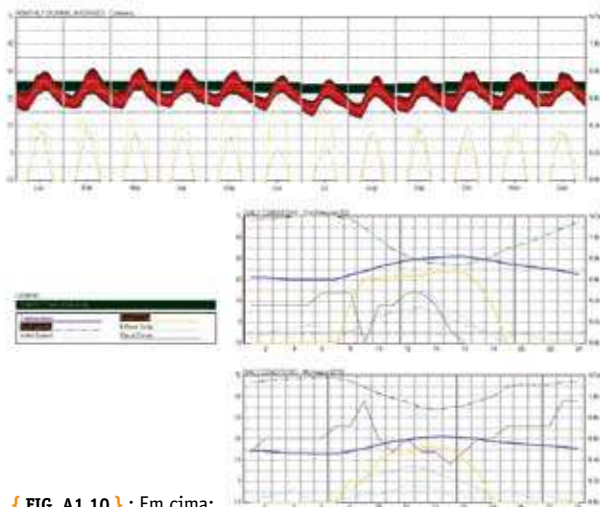
Location: Uíge, Angola
 Orientation based on average daily incident radiation on a vertical surface
 Underheated Status: 0.0
 Overheated Status: 1504.4
 Compromise: 335.0°
 © A.J. Marsh 20



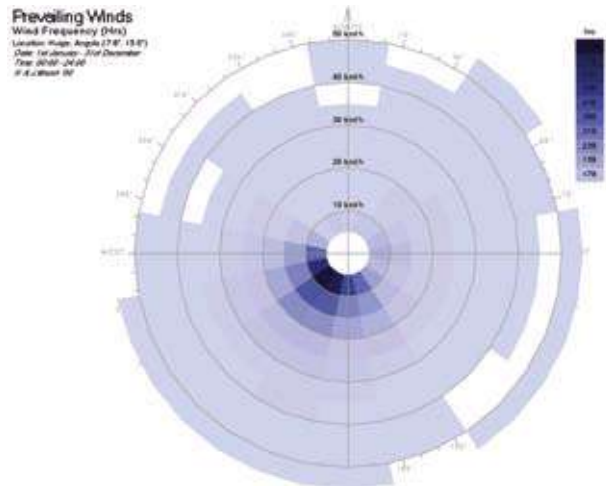
{ FIG. A1.7 } Orientação solar otimizada para a cidade de Uíge (305° N)



{ FIG. A1.8 } Diagramas dos ventos dominantes em Uíge, nos diferentes meses do ano.



{ FIG. A1.10 } : Em cima: gráfico com o perfil anual de valores médios de temperatura para Uíge. Em baixo: valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), velocidade do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracejado), para um dia quente (21 de Fevereiro), e para um dia frio (15 de Julho).

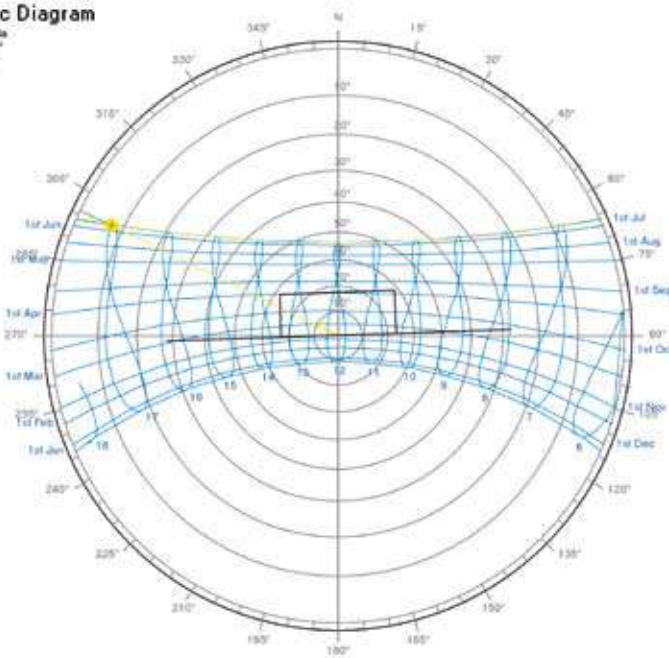


{ FIG. A1.9 } Diagrama do regime anual de ventos em Uíge, mostrando a frequência dos ventos dominantes.

A.1.1.3 Huambo

Stereographic Diagram

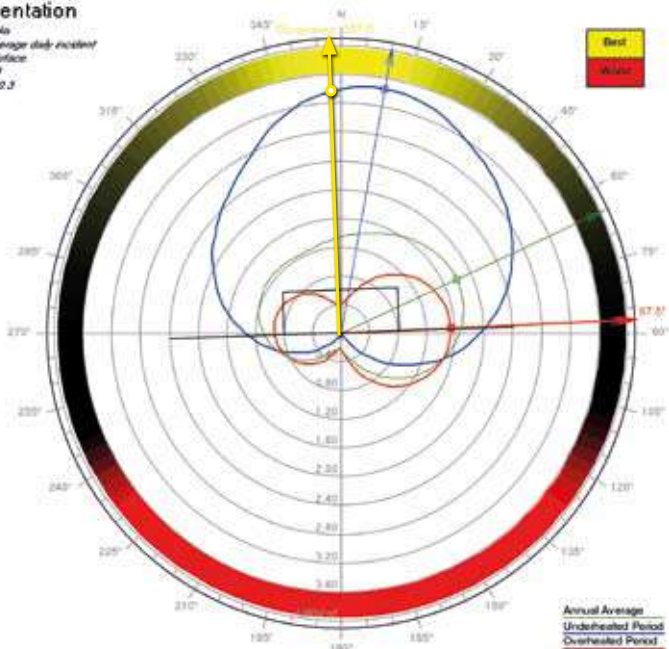
Location: Huambo, Angola
 Sun Position: 84.2° , 7.6°
 HSA: -82.3° , VSA: 16.8°
 © A.J. Marsh 20



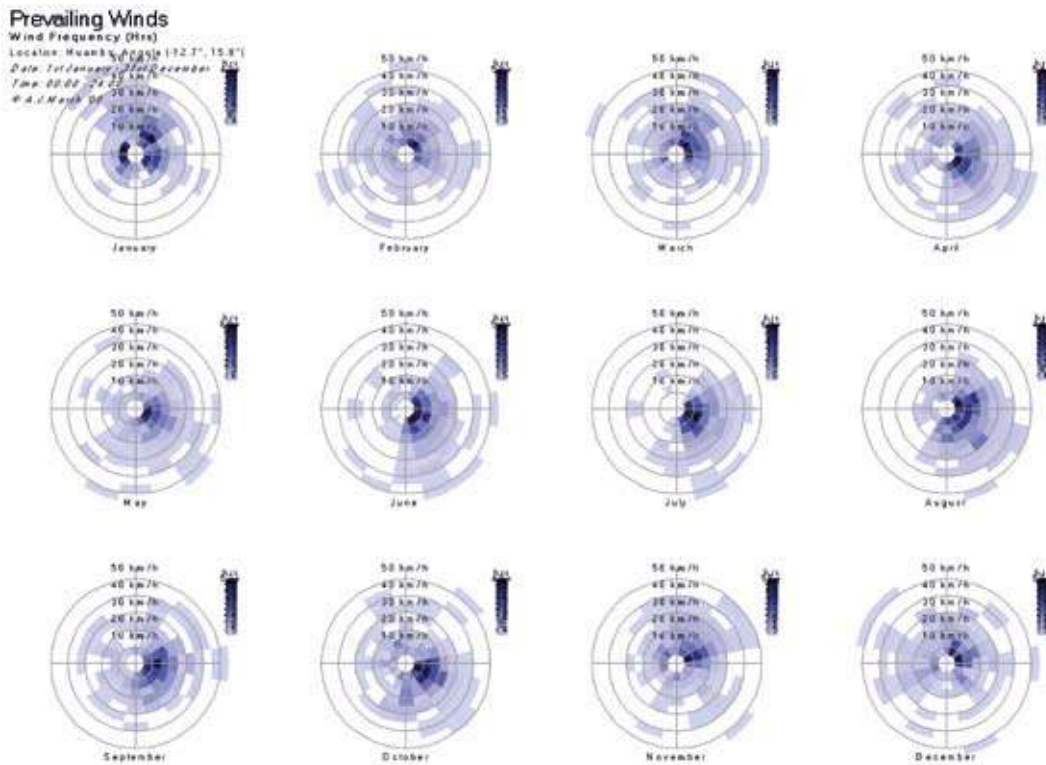
{ FIG. A1.11 } Diagrama estereográfico para a cidade de Huambo, mostrando o percurso solar nos vários períodos do ano.

Optimum Orientation

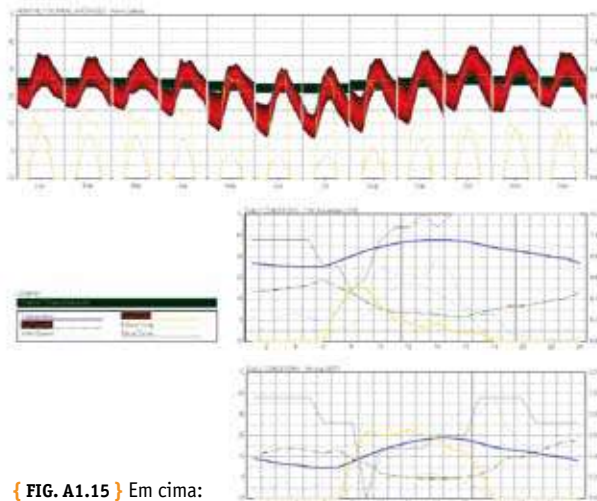
Location: Huambo, Angola
 Orientation based on average daily incident radiation on a vertical surface
 Underheated Status: 0.0
 Overheated Status: 2350.3
 Compromise: 357.5°
 © A.J. Marsh 20



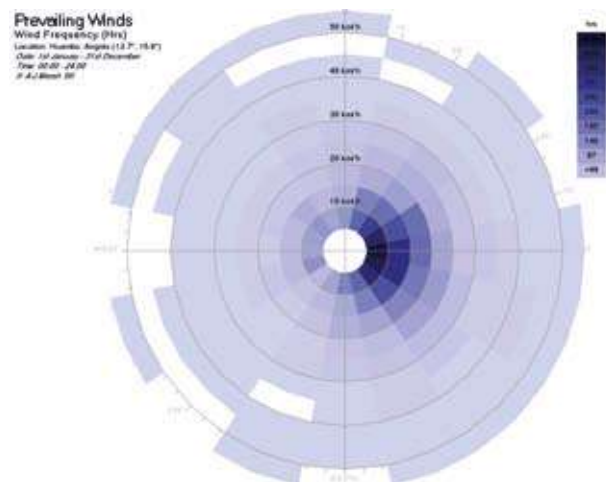
{ FIG. A1.12 } Orientação solar otimizada para a cidade de Huambo ($357^\circ 5' N$)



{ FIG. A1.13 } Diagramas dos ventos dominantes em Huambo, nos diferentes meses do ano.



{ FIG. A1.15 } Em cima: gráfico com o perfil anual de valores médios de temperatura para Huambo. Em baixo: valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), velocidade do vento (tracejado azul claro), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracejado), para um dia quente (21 de Fevereiro), e para um dia frio (15 de Julho).

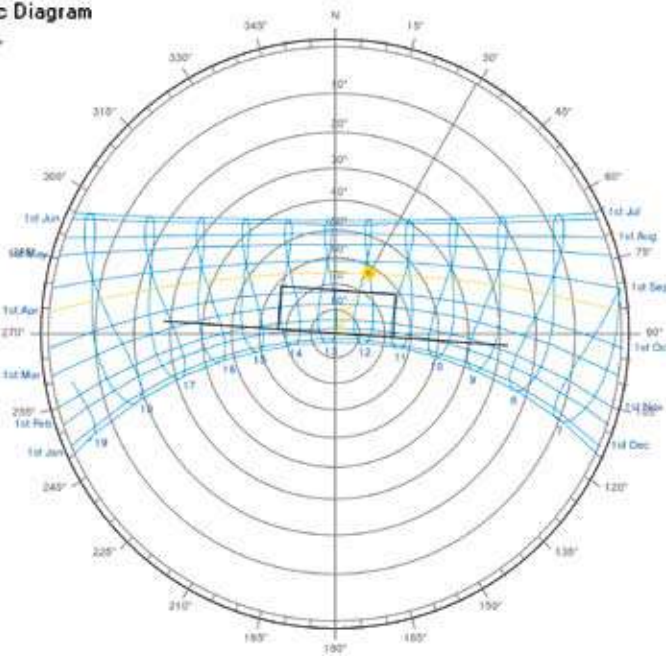


{ FIG. A1.14 } – Diagrama do regime anual de ventos em Huambo, mostrando a frequência dos ventos dominantes.

A.1.1.3 Cunene – Ondjiva

Stereographic Diagram

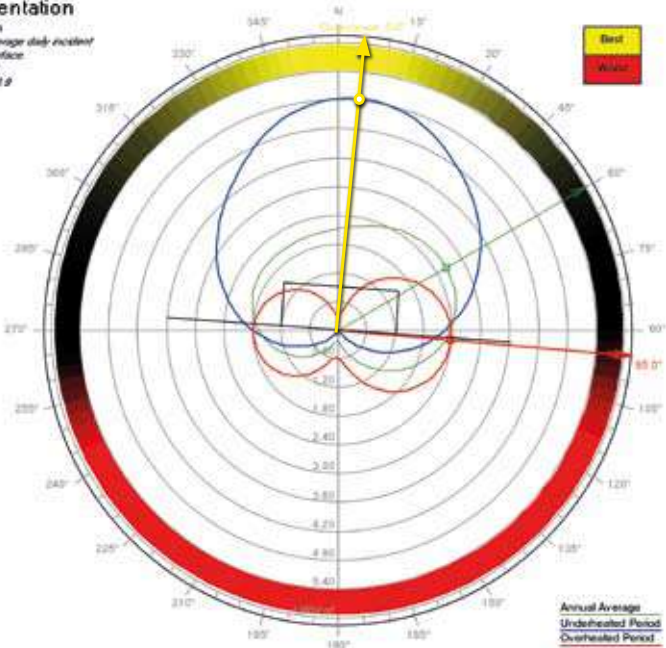
Location: Ondjiva, Angola
 Sun Position: 28.5° 63.1°
 HSA: 25.5° VSA: 65.4°
 © A.J. Marsh 20



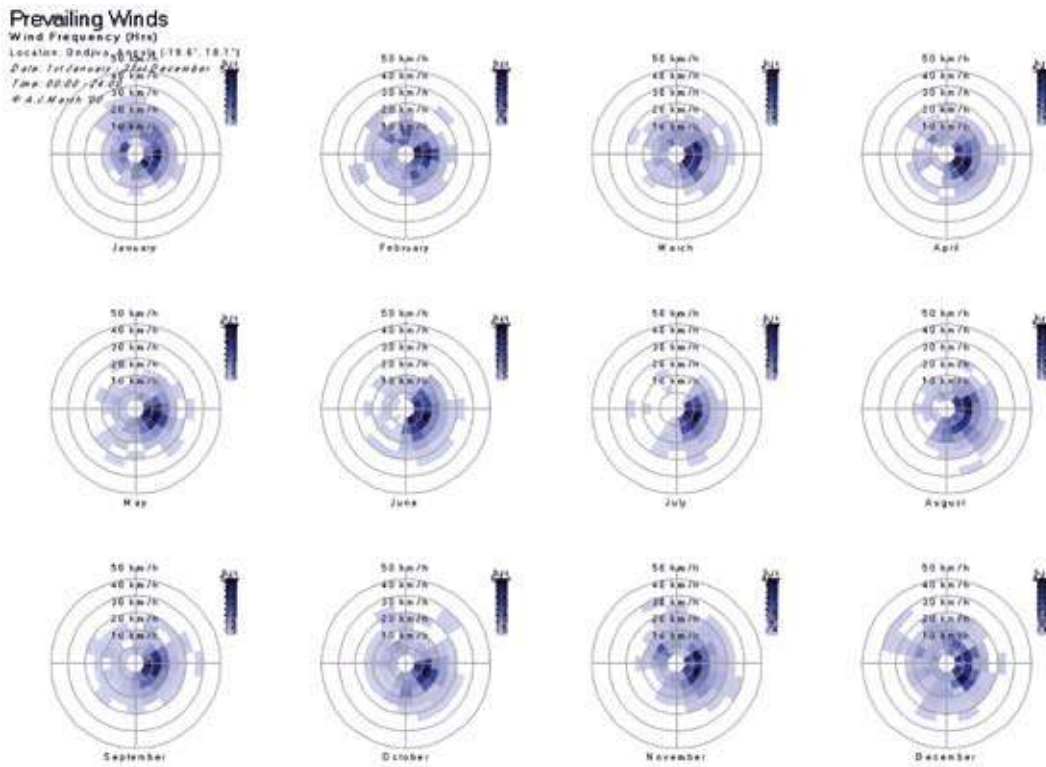
{ FIG. A1.16 } Diagrama estereográfico para a cidade de Ondjiva, mostrando o percurso solar nos vários períodos do ano.

Optimum Orientation

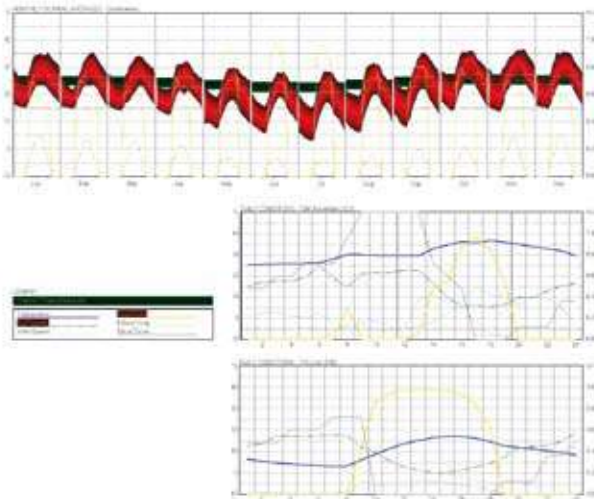
Location: Ondjiva, Angola
 Orientation based on average daily incident radiation on a vertical surface
 Underheated Status: 0.0
 Overheated Status: 1868.9
 Compromise: 5.0°
 © A.J. Marsh 20



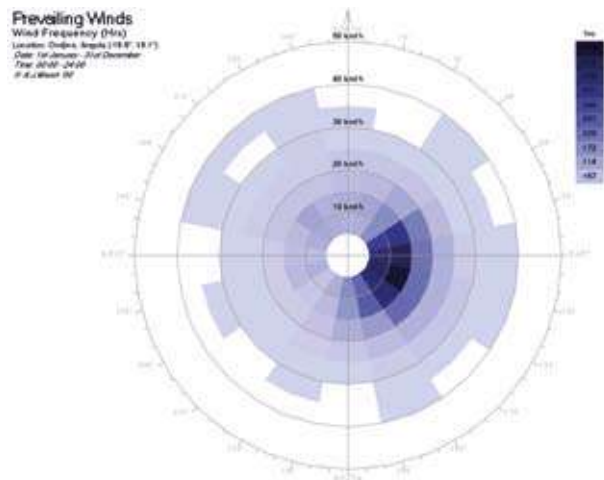
{ FIG. A1.17 } Orientação solar otimizada para a cidade de Ondjiva (5° N)



{ FIG. A1.18 } Diagramas dos ventos dominantes em Ondjiva, nos diferentes meses do ano.



{ FIG. A1.20 } Em cima: gráfico com o perfil anual de valores médios de temperatura para Ondjiva. Em baixo: valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), velocidade do vento (tracejado azul claro), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracejado), para um dia quente (21 de Fevereiro), e para um dia frio (15 de Julho).



{ FIG. A1.19 } Diagrama do regime anual de ventos em Ondjiva, mostrando a frequência dos ventos dominantes.

A1.2 Modelo de habitação unifamiliar

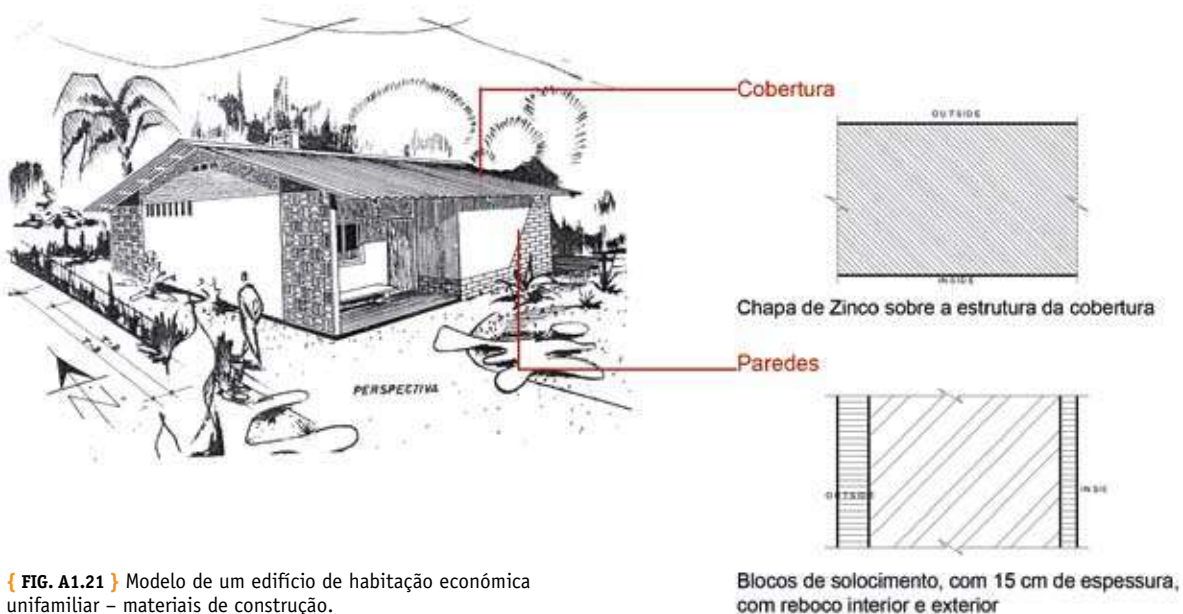
O projecto de um edifício de habitação económica unifamiliar de um piso foi introduzido no Ecotect, e desenvolvido de forma expedita e simplificada, como seria numa situação corrente num gabinete de Arquitectura. Já de acordo com a orientação óptima dada pelo mesmo programa, foram inseridos os dados de elementos construtivos e arquitectónicos, como o tipo de materiais de construção a utilizar, nível de isolamento, área de envidraçado ou sombreamentos. A planta dos pisos foi desde o início concebida por forma a maximizar a área passiva. É de seguida ilustrado este processo de análise – desde a solução ini-

cial à solução otimizada – sendo apresentados os resultados das etapas mais significativas.

Na situação inicial, os materiais considerados foram, para as paredes, blocos de solocimento, com 15cm de espessura, rebocadas pelo exterior e interior, e, para a cobertura, chapa metálica sem isolamento. A área de envidraçado é de 20% a Norte e Sul, e de cerca de 10% a Nascente, sendo o valor das aberturas a Poente negligenciável. Com estas características, foram realizadas análises referentes à projecção solar de Verão e Inverno, à iluminação natural, à temperatura radiante, e aos consumos energéticos que seriam necessários se o edifício tivesse um sistema de climatização.

Análise de um edifício de Habitação Económica Unifamiliar – 1 piso (existente)

Materiais de construção



{ FIG. A1.21 } Modelo de um edifício de habitação económica unifamiliar – materiais de construção.



O valor do consumo anual resultante para o cenário inicial é de aproximadamente 228 kWh/m², o que constitui um gasto energético elevado para uma habitação. Na Europa Central, uma família comum consome aproximadamente 70 kWh/m²/ano, enquanto que um domicílio com um montante energético otimizado não ultrapassa os 40 kWh/m²/ano.

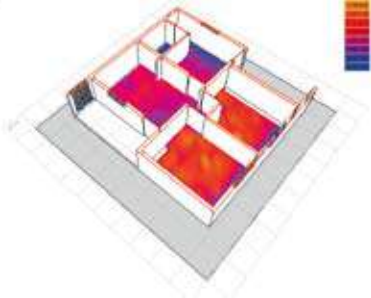
De modo a melhorar o desempenho energético e de conforto do edifício, foram de seguida testadas novas alterações ao projecto do edifício. Estas mudanças foram muito simples e consistiram na alteração dos materiais de construção das paredes e da cobertura, no redimensionamento da área de envidraçados e elementos de sombreamento. Para cada alternativa foram calculados os respectivos consumos energéticos.



{ FIG. A1.22 } Percurso solar de verão, dia 15 de Março.

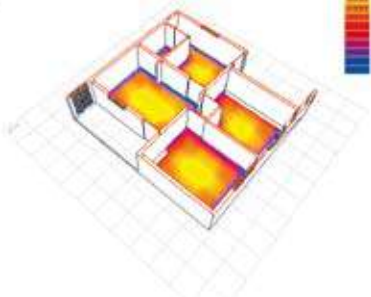
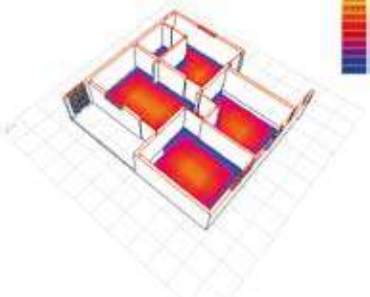
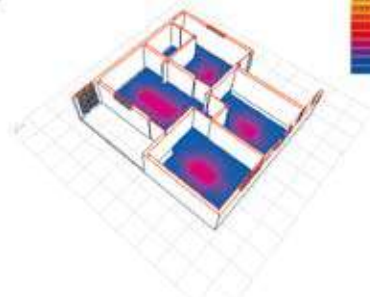


{ FIG. A1.23 } Percurso solar de Inverno, dia 15 de Julho

Daylight Analysis
 Daylight Factor
 15/07/2018 10:00:00


{ FIG. A1.24 } (à esquerda) Análises de Iluminação Natural: situação inicial. Factor luz e iluminâncias para um dia frio (15 de Julho). Os valores do Factor Luz do Dia encontram-se, em média, entre 2 e 4%, correspondendo a uma variação entre 150 e 800 Lux. Os valores são aceitáveis, dentro dos limites recomendados, e a distribuição de luz no espaço é relativamente uniforme.

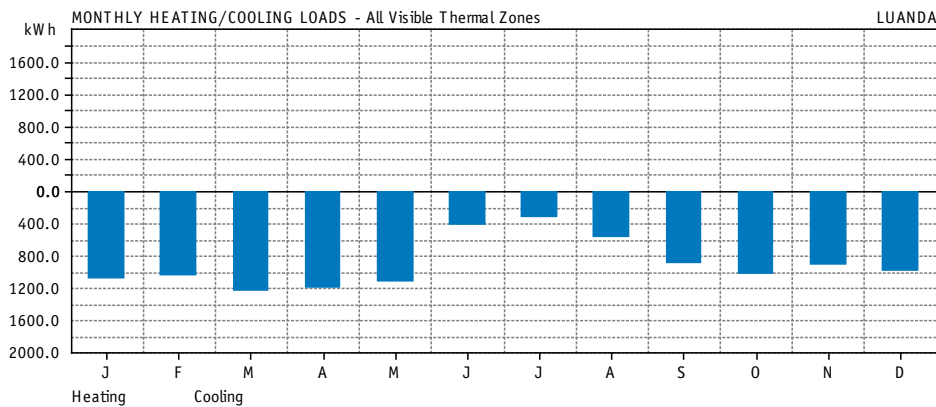
{ FIG. A1.25 } (em baixo) Análise do desempenho térmico: situação inicial. Temperatura radiante para um dia quente, 11 de Abril (esquerda), um dia intermédio, 15 de Novembro (centro) e um dia frio, 15 de Julho (direita). No dia frio as temperaturas variam entre os 20° e os 23°C, mantendo-se bem dentro dos limites de conforto. A mesma situação ocorre no caso do dia intermédio, representativo das situações ocorrentes em grande parte do ano: a temperatura média é cerca de 24°C. Contudo, no dia quente as temperaturas são mais elevadas, com valores que podem indicar algum desconforto por sobreaquecimento.

 Thermal Comfort
 Mean Radiant Temp
 11/04/2018 10:00:00

 Thermal Comfort
 Mean Radiant Temp
 15/11/2018 10:00:00

 Thermal Comfort
 Mean Radiant Temp
 15/07/2018 10:00:00


Consumos para arrefecimento resultantes

A solução final mostra uma descida dos consumos de energia de cerca de 18%, dos 228 para os 189,2 kWh/m² por ano.

Por fim, com base no modelo adaptativo de conforto (cf. 3.12), foi considerada uma ampliação da zona de conforto entre os valores entre 18°C e 28°C, em sintonia com o contexto climático local, substi-



{ FIG. A1.26 } Consumo energético estimado para climatização. Observa-se que o consumo se deve exclusivamente ao arrefecimento, não havendo necessidade de aquecimento. Nesta simulação consideraram-se limites de conforto entre 18°C e 26°C, i.e. o sistema de climatização entra em funcionamento quando o limite de 26°C é atingido. O valor do consumo anual é de aproximadamente 228 kWh/m².



COBERTURA						
PAREDE	Espessura (cms)		Chapa de zinco sem isolamento	Chapa de zinco com isolamento (poliuretano extrudido)	Telha Cerâmica	Telha Cerâmica com isolamento (poliuretano extrudido)
	Solocimento	15	Solução Inicial	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
	Solocimento	30	Alternativa 4	Alternativa 5	Alternativa 6	Alternativa 7
	Tijolo furado, pano simples	15	Alternativa 8	Alternativa 9	Alternativa 10	Alternativa 11
	Tijolo furado, pano duplo, com caixa de ar	30	Alternativa 12	Alternativa 13	Alternativa 14	Alternativa 15
	Tijolo furado, pano duplo, com caixa de ar e isolamento	30	Alternativa 16	Alternativa 17	Alternativa 18	Alternativa 19
	Bloco de Cimento	23	Alternativa 20	Alternativa 21	Alternativa 22	Alternativa 23
	Bloco de Cimento com isolamento	25	Alternativa 24	Alternativa 25	Alternativa 26	Alternativa 27

COBERTURA						
PAREDE	Espessura (cms)		Chapa de zinco sem isolamento	Chapa de zinco com isolamento (poliuretano extrudido)	Telha Cerâmica	Telha Cerâmica com isolamento (poliuretano extrudido)
	Solocimento	15	228.55	209.35	214.59	208.88
	Solocimento	30	217.22	193.47	195.27	192.58
	Tijolo furado, pano simples	15	224.21	203.26	212.25	202.44
	Tijolo furado, pano duplo, com caixa de ar	30	218.94	194.06	199.88	192.80
	Tijolo furado, pano duplo, com caixa de ar e isolamento	30	219.26	191.61	200.64	190.72
	Bloco de Cimento	23	227.77	206.85	213.99	206.18
	Bloco de Cimento com isolamento	25	221.03	194.64	202.79	193.43

{ **QUADROS A1.1** } Matriz das diversas soluções construtivas consideradas na análise (em cima) e respectivos consumos para arrefecimento.

Envidraçado/ Sombreamento	Sombreamento igual	Extensão da Cobertura	Extensão + Palas Horizontais
Modelo sem Alterações	190.72	190.33	189.29
30% Envidraçado	209.77	208.63	207.33
60% Envidraçado	228.48	226.32	224.91

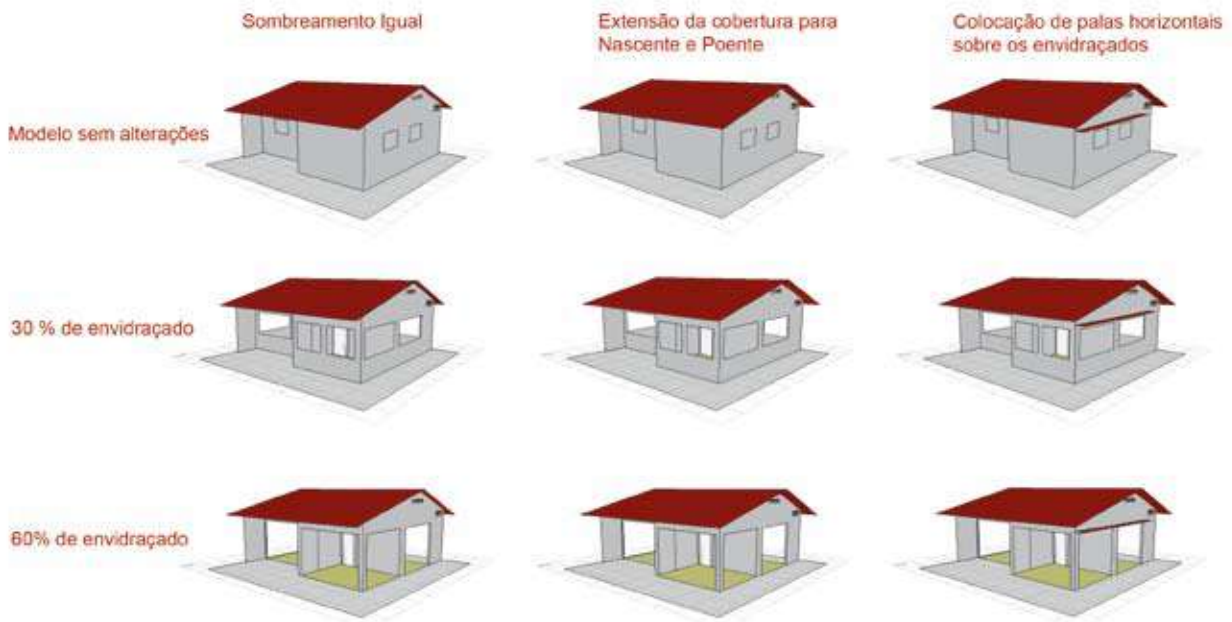
{ **QUADRO A1.2** } Consumos energéticos resultantes das alterações.

tuindo a zona convencional usada (por defeito) nas simulações anteriores (entre 18°C e 26°C). O resultado obtido foi de 165.1 kWh/m², correspondendo a uma redução de 28% no consumo anual de climatização comparativamente à solução inicial.

A presente análise serve para demonstrar que caso se tivesse optado pela utilização de um sistema mecânico convencional de ar condicionado teria, mesmo assim, sido possível uma redução substancial dos consumos anuais através da utilização de algumas estratégias passivas. Neste cenário, re-

duções ainda mais expressivas poderiam ser obtidas com o recurso, por exemplo, a um sistema de modo misto, i.e. o edifício a funcionar em regime de ventilação natural (diurna/nocturna), complementado pelo uso de ventoinhas (de baixo consumo).

É importante relembrar que, como referido na secção 3.12, para os diversos contextos climáticos existentes em Angola, em teoria, se correctamente aplicadas, o uso de estratégias bioclimáticas pode gerar ambientes confortáveis durante quase todo o ano, dispensando o uso de aparelhos de ar condicionado.



{ FIG. A1.27 } Variação de percentagem de envidraçados e sombreamento, para a solução construtiva com paredes em tijolo furado, pano duplo, com caixa de ar e isolamento.



A2 O sistema LiderA

SISTEMA VOLUNTÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DOS AMBIENTES CONSTRUÍDOS

A2.1 Enquadramento: a importância de utilizar sistemas integrados para a procura da sustentabilidade no projecto e construção

As actividades humanas, de que é um exemplo a construção, têm acompanhado o crescimento populacional. De acordo com a UNEP e a UNDP a população mundial atingiu os 6 464 milhões em 2005 (UNEP, 1999; UNDP, 1998) e segundo as mesmas fontes, a economia mundial quintuplicou o seu tamanho, nomeadamente por via do aumento do nível de vida individual das populações, da maior capacidade de mobilizar recursos e do conseqüente impacte ambiental.

A construção é um vasto processo/mecanismo para realizar os ambientes construídos e infra-estruturas que suportem o desenvolvimento das sociedades. Esta pode incluir a extracção e beneficiação de matérias-primas, a produção de materiais e componentes, o ciclo do projecto da construção, da viabilidade do projecto, as obras de construção, operação e gestão, até a desconstrução do ambiente construído (CIB, 2002).

Os países africanos de língua oficial Portuguesa têm diferentes condições climáticas, culturais e económicas, apesar de existirem muitos aspectos

em comum entre eles. É possível, tal como definido pela Agenda 21 (CIB, 2002), focarem-se aspectos comuns e reconhecer a diversidade no facto de cada solução dever ser ajustada e apropriada ao contexto local.

Estes países partilham também de barreiras comuns para a implementação da construção sustentável (CIB, 2002), como incertezas ambientais e económicas, por vezes reduzida compreensão e capacidade da área da sustentabilidade da construção, pobreza e subseqüentemente baixo investimento urbano, falta de dados precisos e envolvimento dos vários agentes.

Os desafios envolvem a rápida urbanização, a existência de práticas, infra-estruturas, soluções construtivas e urbanas inadequadas, sendo as oportunidades a procura de habitação, infra-estruturas e zonas urbanas sustentáveis, fomento de desenvolvimento rural, educação, aposta em valores tradicionais ajustados e na inovação para a sustentabilidade.

Em muitos casos, esse aumento quantitativa-mente significativo das construções não se reflectiu num aumento das preocupações ambientais, nem na procura de eficiência em termos dos consumos energéticos e de materiais, colocando assim na agenda a necessidade de uma abordagem mais activa da dimensão ambiental na procura sustentabilidade.

Nesta lógica e associado à perspectiva de desenvolvimento sustentável e da sua aplicação às construções, promove-se a procura de soluções ar-

quitectónicas de bom desempenho bioclimático, devendo, nesse aspecto estrutural, alargar as questões da sustentabilidade a serem consideradas nos ambientes construídos.

A sustentabilidade da construção significa que os princípios do desenvolvimento sustentável são aplicados de forma compreensível ao ciclo da construção. Este processo global (holístico) deseja restaurar e manter a harmonia entre os ambientes naturais e construídos, enquanto se criam aglomerados urbanos que afirmam a dignidade humana e encorajam a equidade económica (CIB, 2002).

A Construção Sustentável é, ainda hoje, um conceito novo para a Indústria da Construção, dispondo de múltiplas perspectivas, o que desafia o aparecimento de instrumentos que permitam avaliar a procura da sustentabilidade.

As formas práticas de avaliar e reconhecer a construção sustentável são cada vez mais uma realidade nos diferentes países, destacando-se as que fomentam a construção sustentável através de sistemas voluntários de mercado (CIB, 1999; Silva, 2004) e as que permitem avaliar desde logo o desempenho ambiental dos edifícios.

A nível internacional, existem já vários sistemas (Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América, Austrália, Canadá, França, Japão, entre outros), para reconhecer a construção sustentável. Entre essas abordagens destaca-se o sistema de apoio e avaliação da construção sustentável para Portugal e para os Países de Língua Oficial

Portuguesa, denominado de LiderA (www.lidera.info), isto é liderar pelo ambiente, que seguidamente se apresenta.

A2.2 LiderA como instrumento para avaliar o caminho para a Sustentabilidade nos Países de Língua Oficial Portuguesa

O sistema LiderA

O sistema LiderA (Pinheiro, 2004) tem como objectivo liderar a procura de boas soluções ambientais e de sustentabilidade nas diferentes fases, desde o plano ao projecto e à obra, manutenção, gestão, reabilitação, até à fase final de demolição.

Para esse objectivo considera-se relevante que os planos, projectos, actividades construtivas, edifícios, infra-estruturas e ambientes construídos olhem a sustentabilidade de uma forma integrada, abrangendo várias vertentes, já que basta uma delas não estar assegurada para que a sustentabilidade efectiva seja difícil de atingir.

No LiderA a procura da sustentabilidade engloba a integração local, o consumo de recursos (como por exemplo a energia, a água, os materiais e a produção alimentar), as cargas ambientais, o conforto ambiental, a vivência socioeconómica e o uso sustentável.

Para cada uma destas seis vertentes, são consideradas áreas (no total vinte e duas, ver { **FIGURA A2.1** }). Em cada uma área são definidos critérios (que na versão de aplicação aos Países de Língua Oficial Portuguesa considera vinte e dois critérios).



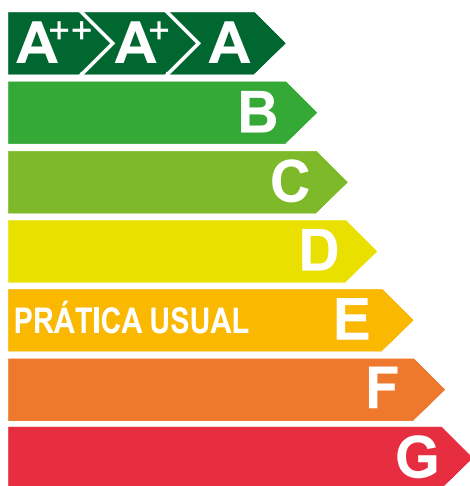
{ FIG. A2.1 } Vertentes e áreas (subdivisão das vertentes) consideradas pelo Sistema LiderA para a procura da sustentabilidade.

A procura da sustentabilidade (nas vertentes, áreas e critérios) pode ser classificada em níveis maiores ou menores do desempenho nesse caminho para a sustentabilidade, nomeadamente das classes de menor desempenho G, E até às classes

de maior desempenho A, A+ e A++, que revelam uma maior sustentabilidade.

Esta escala é definida tendo em consideração a prática usual não sustentável, que é classificada como classe E, até uma boa prática que assuma necessidades de consumos ou reduções da ordem de 2 vezes (classe A), da ordem das 4 vezes (Classe A+) ou da ordem das 10 vezes (Classe A++).

Por exemplo, a utilização de grandes áreas envidraçadas na fachada do edifício origina consumos energéticos e necessidades de arrefecimento muito elevados. Assim, através da área envidraçada (solução adoptada) ou através dos consumos de energia (quilogramas equivalentes de petróleo (kgep) por m² ou kWh/m²) tal é classificada como classe E. A redução da área envidraçada no edificado e a utilização de princípios bioclimáticos (adequada orientação, sombreamento, fomento da ventilação natural,



{ FIG. A2.2 } Níveis de Desempenho Global.

entre outros) permite melhorias energéticas nesse edifício que podem chegar a reduções dos consumos de 2 a 10 vezes (Classes entre A e A++).

Esta classificação pode ser efectuada de forma **qualitativa**, nomeadamente se estão considerados os princípios da sustentabilidade em cada vertente (ver explicação da aplicação desta abordagem no capítulo 4.1) de forma **semi-quantitativa**, através da resposta a um conjunto de questões dentro de cada vertente e abrangendo as diferentes áreas (ver capítulo 4.2) ou através de uma base **quantitativa** com o valor do desempenho definido em cada critério (ver capítulo 4.3).

Esta lógica permite a aplicação do sistema, desde as fases iniciais de planeamento e projecto, até fases de projecto mais detalhadas, culminando na fase de operação do edificado e ambientes construídos. Tal permite avaliar e procurar melhorias, mesmo com níveis de informação reduzidos e ir progredindo até níveis de informação elevados.

Essa lógica assume que o nível de sustentabilidade, por exemplo no consumo de energia, varia de uma habitação para um escritório, ajustando os diferentes níveis de desempenho ao tipo de serviço do ambiente construído e potenciando a procura de soluções ajustadas e eficientes.

Assim, o sistema, ao definir princípios e níveis de desempenho na sustentabilidade, diferencia as soluções a considerar, contribuindo para adoptar soluções e propostas mais eficientes no caminho da sustentabilidade pretendida.

Princípios para a Sustentabilidade

Para o LiderA a procura de sustentabilidade nos ambientes construídos – edifícios, infra-estruturas e outros espaços construídos – baseia-se em procurar bom desempenho em seis vertentes a serem adoptados através dos seguintes princípios:

- { 1 } Valorizar a dinâmica local e promover uma adequada integração. Para tal sugere-se que a integração local procure essa dinâmica no que diz respeito às áreas do Solo, dos Ecossistemas Naturais e da Paisagem e Património;
- { 2 } Fomentar a eficiência no uso dos recursos, abrangendo as áreas da Energia, da Água, dos Materiais e da Produção Alimentar;
- { 3 } Reduzir o impacte das cargas ambientais (quer em valor, quer em toxicidade), envolvendo as áreas dos Efluentes (esgotos), das Emissões Atmosféricas (poeiras e gases), dos Resíduos (lixos), do Ruído Exterior e da Poluição térmico-lumínica (efeito de ilha de calor e excesso de luz);
- { 4 } Assegurar a qualidade do ambiente, focada no conforto ambiental, nas áreas do Conforto Térmico, Iluminação, Qualidade do Ar, e Acústica;
- { 5 } Fomentar a vivência socioeconómicas sustentável, passando pelas áreas do Acesso para Todos, da Diversidade Económica, das Amenidades e Interação Social, da Participação e Controlo, e dos Custos no Ciclo de vida;
- { 6 } Assegurar a melhor utilização sustentável dos ambientes construídos, através da Gestão Ambiental e da inovação.



A2.3. Que aspectos considerar

Esses princípios podem ser avaliados e implementados considerando a aplicação nas várias áreas e critérios, que seguidamente se explicam de forma sumária, abrangendo as seis vertentes consideradas.

A2.3.1 Assegurar uma boa Integração Local

Na perspectiva da sustentabilidade, a localização dos empreendimentos, constituindo a fase inicial de desenvolvimento do projecto, assume-se como um dos aspectos chave do mesmo. Efeitos como a ocupação do solo, as alterações ecológicas do território e da paisagem, a pressão sobre as infra-estruturas e as necessidades de transportes, estão associados à escolha do local e condicionam o seu desempenho ambiental.

No geral, a decisão da escolha do local é da responsabilidade do promotor e deve estar associada ao conhecimento das sensibilidades e particularidades ambientais do mesmo. É útil proceder a uma avaliação das perspectivas de sustentabilidade ao nível da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) se for um plano ou um programa, ou ao nível do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), no caso de ser um projecto de dimensões significativas, ou ainda ao nível de uma análise ambiental expedita, no caso de empreendimentos de dimensão reduzida.

A escolha do local associa-se ao modelo de desenvolvimento perspectivado, o qual se deve

inter-relacionar com a dinâmica local e regional. O modelo adoptado deve integrar-se na perspectiva de desenvolvimento sustentável, ou seja de acordo com o princípio “pensar globalmente, agir localmente”.

A forma de crescimento sustentável (sua localização e integração) é um aspecto muito questionado. Uma solução pode assentar, por exemplo, nos princípios de um crescimento inteligente (referenciado na literatura anglo-saxónica como *smart growth*) que considera a aplicação de 10 princípios (ICMA e *Smart Grow Network*, 2003a; ICMA e *Smart Grow Network*, 2003b):

- { 1 } Uso misto do solo;
- { 2 } Adoptar as vantagens de projectar edifícios compactos;
- { 3 } Criar uma gama de oportunidades de habitações e de escolhas;
- { 4 } Criar uma vizinhança baseada na distância que se pode percorrer a pé;
- { 5 } Criar aspectos distintivos, ou seja, comunidades atractivas com uma forte noção do local;
- { 6 } Manter os espaços abertos, as zonas cultivadas, a beleza natural e as áreas ambientais críticas;
- { 7 } Focar e desenvolver em direcção às comunidades existentes;
- { 8 } Fornecer variedades de opções de transporte;
- { 9 } Tornar decisões de desenvolvimento previsíveis, justas e efectivas em termos de custos;
- { 10 } Encorajar a comunidade e a colaboração dos vários agentes envolvidos (*stakeholder*) nas decisões de desenvolvimento.



Os aspectos ambientais particulares da localização (por exemplo, a topografia, geologia, geotecnia) devem ser entendidos não como um problema, mas como uma oportunidade de desenvolver essas especificidades locais, devendo ser equacionados.

Para contribuir para a sustentabilidade na vertente da Integração Local, considera-se relevante considerar a dinâmica do solo, valorizar e preservar a ecologia local, assegurar a integração na paisagem e a valorização e preservação do património.

No quadro seguinte { **QUADRO A2.1** } sumarizam-se os principais aspectos considerados na vertente da Integração Local. No quadro apresenta-se uma indicação da importância através da ponderação, ou seja do peso de cada área/critério (w_i); por exemplo o solo tem um peso de 7%. Simultaneamente, deve-se verificar se aplicam requisitos legais (notação de Pre-req, significa que se deve ver se existem pré requisitos legais) e apresenta-se o número do critério, no caso de 1 a 6 (A1 a A3).

É essencial dispor de informação ambiental da zona. Complementarmente e em função das características do local e do empreendimento, pode ser relevante considerar outros aspectos, tais como a condição dos solos.

A2.3.2 Reduzir as necessidades de Recursos

O consumo de recursos, como a energia, a água, os materiais e os recursos alimentares, associa-se a impactes muito significativos do ponto de vista do edificado, sendo este um aspecto fundamental no que se refere à sustentabilidade, nas diferentes fases do ciclo de vida dos empreendimentos.

Os Recursos constituem uma vertente que, numa perspectiva da sustentabilidade, assume um papel fundamental para o equilíbrio do meio ambiente, uma vez que os impactes provocados podem ser muito significativos e podem ocorrer nas diferentes fases do ciclo de vida dos empreendimentos.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Integração local 3 Critérios 14%	Solo	7%	S	Valorização territorial	A1
	Ecosistemas naturais	5%	S	Valorização ecológica	A2
	Paisagem e património	2%	S	Valorização paisagística e patrimonial	A3

{ **QUADRO A2.1** } Integração Local: Áreas e Critérios de base considerados.



A possibilidade de produção alimentar pontualmente para a disponibilização de alimentos, para a que, apesar de não afectar directamente a operação dos edificios e das zonas, pode contribuir pontualmente para a disponibilização de alimentos, para a ocupação de tempo ligada à natureza e para a redução da pegada do transporte, é um aspecto a considerar.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Recursos 4 Critérios 32%	Energia	17%	S	Gestão da energia	A4
	Água	8%	S	Gestão da água	A5
	Materiais	5%	S	Gestão dos materiais	A6
	Produção Alimentar	2%	S	Produção local de alimentos	A7

{ QUADRO A2.2 } Recursos: áreas e critérios de base considerados.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Cargas ambientais 5 Critérios 12%	Efluentes	3%	S	Gestão dos efluentes	A8
	Emissões atmosféricas	2%	S	Gestão das emissões atmosféricas	A9
	Resíduos	3%	S	Gestão dos resíduos	A10
	Ruído exterior	3%	S	Gestão do ruído	A11
	Poluição ilumino-térmica	1%	S	Gestão ilumino-térmica	A12

{ QUADRO A2.3 } Cargas Ambientais: áreas e critérios de base considerados.

A2.3.3 Reduzir e valorizar as Cargas Ambientais

As cargas ambientais geradas decorrem das emissões dos efluentes líquidos, das emissões atmosféricas, dos resíduos sólidos e semi-sólidos, do ruído e dos efeitos térmicos (aumento de temperatura) e luminosos.

Os impactes das cargas geradas pelos ambientes construídos e actividades associadas decorrem das emissões de efluentes líquidos, das emissões atmosféricas, dos resíduos sólidos e semi-sólidos produzidos, do ruído e complementarmente da poluição térmico-lumínica. Esta vertente foca-se nos edifícios e nas estruturas construídas, bem como na estreita relação que estes estabelecem com o exterior.

A2.3.4 Assegurar um bom nível de Conforto Ambiental

No que diz respeito aos edifícios e ambientes construídos, alguns dos problemas de conforto associados à má qualidade da construção e acabamentos, à fissuração, ventilação deficiente e a falta de manutenção, são os problemas menos identificados.

Desta forma, verifica-se que mesmo em edifícios com uma qualidade construtiva superior, os problemas são muitos e, em grande parte, dizem respeito ao conforto para os ocupantes. Nesta perspectiva, reforça-se a ideia de que o que se anda a construir não só não obedece aos critérios de eficiência energética, como não proporciona a satisfação dos ocupantes.

À luz dos modos de vida actuais e tendo em conta a consciência mais ponderada sobre as questões ambientais e económicas por parte da sociedade em geral, torna-se essencial que os edifícios e os ambientes exteriores respondam não só às exigências de eficiência energética mas também à satisfação dos utentes, pelo que a intervenção nesta área assume um papel relevante e necessário, que deve ser equacionado. Não há regras rígidas e rápidas ou soluções únicas para criar ambientes que respondam ao conforto e ao bem-estar humanos.

No entanto, devem existir métodos de quantificação que demonstrem a eficácia e a eficiência das soluções adoptadas. Essas soluções devem estar associadas a estratégias específicas que dependam dos ocupantes, das actividades e do programa. Os factores seguintes podem ser úteis na consideração de diferentes escalas e questões, facilitando desta forma a capacidade dos ocupantes modificarem as suas condições de conforto nos espaços interiores e exteriores.

A2.3.5 Contribuir para a Vivência Socioeconómica

A criação de ambientes construídos pode contribuir também, de forma relevante, para uma melhor vivência. A questão da vivência económica está relacionada directamente com a sociedade e abrange vários aspectos sociais e económicos, ao garantir o acesso para todos, a dinâmica económica, as amenidades e a interacção social, a participação e o controlo, e os baixos custos no ciclo de vida.



Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Conforto ambiental 3 Critérios 15%	Qualidade do ar	5%	S	Gestão da qualidade do ar	A13
	Conforto térmico	5%	S	Gestão do conforto térmico	A14
	Iluminação e acústica	5%	S	Gestão de outras condições de conforto	A15

{ **QUADRO A2.4** } Conforto Ambiental: áreas e critérios de base considerados.

A vivência socioeconómica é uma vertente que relaciona directamente a sociedade com o espaço em que esta se situa. Dos vários aspectos sociais e económicos que compõem esta interacção fazem parte:

} no Acesso para Todos – a acessibilidade e a mobilidade, que abrangem o tipo e a facilidade de movimentos e deslocações realizados pela população;

} nas Amenidades e Interação Social – a qualidade e o tipo de amenidades que compõem o espaço, influenciando a qualidade de vida da população e o tipo de interacção social que se fomenta entre a população;

} na Diversidade Económica – a dinâmica económica que, tal como o nome indica, abrange uma maior ou menor variedade de espaços com diferentes tipos de funções e economia;

} na Participação e Controlo – o controlo e a segurança, que garante uma maior ou menor segurança da população e desta com o espaço envolvente, e

as condições de participação nas decisões importantes, que influenciam a sua qualidade de vida;

} nos Custos no Ciclo de Vida – a garantia de baixos encargos durante o ciclo de vida dos ambientes construídos, que estabelecem uma relação mais adequada entre o preço e qualidade.

Pretende-se que estes aspectos sejam abordados de forma a garantir crescentemente uma estrutura e vivência socioeconómica mais versátil e eficiente para a qualidade de vida da população residente e flutuante.

A2.3.6 Contribuir para o Uso sustentável

A gestão e uso sustentável, quer através da informação a fornecer aos agentes envolvidos, quer através da aplicação de sistemas de gestão, pode assegurar a consistência e concretização dos critérios e soluções com reflexos no desempenho ambiental, uma dinâmica de controlo e melhoria

contínua ambiental dos empreendimentos, e a promoção da inovação. Entre os aspectos relevantes estão o nível de informação e a sensibilização dos utentes (através da criação de, por exemplo, um manual), a adopção de um Sistema de Gestão Ambiental e a inovação de práticas, quer nas soluções, quer na integração e na operação.

Um dos elementos que se pretende reforçar e incentivar aquando da aplicação de soluções que

promovam a sustentabilidade é a adopção de medidas inovadoras. A capacidade para apresentar elementos inovadores na projecção, construção, operação e demolição dos edifícios tem de ser enaltecida, já que cada vez mais os projectos têm a necessidade de se tornarem cada vez mais sustentáveis, pelo que os desafios adquirem uma dimensão de desempenho muito superior à que actualmente se regista.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Vivência socioeconómica 5 Critérios 19%	Acesso para todos	5%	S	Contribuir para acessibilidade	A16
	Diversidade económica	4%	S	Contribuir para a dinâmica económica	A17
	Amenidades e interacção social	4%	S	Contribuir para as amenidades	A18
	Participação e controlo	4%	S	Condições de controlo	A19
	Custos no ciclo de vida	2%	S	Contribuir para os baixos custos no ciclo de vida	A20

{ QUADRO A2.5 } Vivência sócio-económica: áreas e critérios de base considerados.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Uso sustentável 2 Critérios	Gestão ambiental	6%	S	Promover a utilização e Gestão	A21

{ QUADRO A2.6 } Uso sustentável: áreas e critérios de base considerados.



A2.4 Aplicar o LiderA no desenvolvimento dos Planos, Projectos e Soluções

A2.4.1 Aplicar de forma preliminar

O sistema LiderA, através da sua aplicação nos empreendimentos, permite suportar o desenvolvimento de soluções que procurem a sustentabilidade. Ou porque se encontra numa fase inicial ou porque o nível de informação é reduzido, a abordagem é qualitativa. Pode assim avaliar-se o edifício ou zona existente e procurar soluções, utilizando para o efeito dois conjuntos de questões que abrangem, as primeiras, os seis princípios referidos (vertentes), e as segundas o conjunto de questões quanto à abrangência da aplicação (ver { QUADRO A2.7 }).

Analisar se estão assumidos os princípios de sustentabilidade no caso de análise

Para aplicar os princípios da sustentabilidade sugere-se um processo iterativo de análise, para verificar se estão a ser aplicados os princípios e em caso de não serem que aspectos devem ser incluídos no plano ou projecto para os concretizar.

Ao efectuar a análise identificam-se soluções que podem dar resposta a estes princípios (ver as questões colocadas na segunda coluna e inserir a resposta na quarta coluna do { QUADRO A2.7 }) indicando (na terceira coluna do { QUADRO A2.7 }) se foi considerado o princípio parcialmente (atribuindo-lhe um valor de 1) ou totalmente (atribuindo-lhe o valor de 2).

Os valores atribuídos devem ser somados no final. No caso de a soma ser superior a 6 indica que se está a caminhar para a sustentabilidade, mas que importa considerar outros aspectos. Se tiver um valor de 12 então é porque estão assumidos os princípios chave da sustentabilidade. Caso seja inferior a 12 deve ser considerado que aspectos poderão vir a ser incorporados e que oportunidades de melhoria existem para o caso em análise, sendo de considerar a possibilidade de as incorporar.

Analisar se princípios de sustentabilidade estão a ser aplicados nas diferentes áreas de sustentabilidade no caso de análise

Para analisar a abrangência da aplicabilidade dos princípios às várias áreas da sustentabilidade, também através de um processo iterativo de análise, deve verificar-se em primeiro lugar se se abrange as diferentes áreas e, no caso de não serem abrangidas, que aspectos devem ser incluídos no plano ou projecto para as incluir.

Ao efectuar a análise, identificam-se soluções que podem dar resposta para estas áreas (ver as questões colocadas na quinta coluna e inserir a resposta na oitava coluna do { QUADRO A2.7 }) indicando (na sétima coluna do { QUADRO A2.7 }) se foi considerado o princípio parcialmente (atribuindo-lhe um valor de 1) ou totalmente (atribuindo-lhe o valor de 2).

Os valores atribuídos devem ser somados no final. No caso de a soma ser superior a 6 indica que se está a caminhar para a sustentabilidade, mas com uma abrangência parcial, pelo que é de

Assumir dos princípios?			Abrangência da Aplicação?				
Vertente	Questões iniciais?	NPT	Descrição	Área	Abrangência da aplicação	NPT	Descrição
Integração local	Está prevista a valorização da dinâmica local e promover uma adequada integração?			Solo	A integração local procura essa dinâmica no que diz respeito à área do Solo, aos Ecossistemas naturais e Paisagem e ao Património?		
				Ecossistemas naturais			
				Paisagem e património			
Recursos	Está assumido o fomentar da eficiência no uso dos recursos naturais?			Energia	Abrange a área da Energia, a Água, os Materiais e os recursos Alimentares?		
				Água			
				Materiais			
				Produção alimentar			
Cargas ambientais	Está previsto o reduzir do impacte das cargas ambientais (quer em valor, quer em toxicidade)?			Efluentes	Envolve as áreas dos Efluentes (esgotos), as Emissões Atmosféricas (poeiras e gases), os Resíduos (lixos), o Ruído Exterior e a Poluição Ilumino-térmica (excesso de luz e efeito de ilha de calor)?		
				Emissões atmosféricas			
				Resíduos			
				Ruído exterior			
				Poluição ilumino-térmica			
Conforto ambiental	Está assegurada a qualidade do ambiente, focada no conforto ambiental?			Qualidade do ar	Está considerada a Qualidade do Ar, do Conforto Térmico, da Iluminação e Acústica?		
				Conforto térmico			
				Iluminação e acústica			
Vivência socio-económica	Assume-se fomentar as vivências socioeconómicas sustentáveis?			Acesso para todos	É abrangido o Acesso para Todos (incluindo a transportes públicos), considera os Custos no Ciclo de vida, a Diversidade Económica, as Amenidades e a Interação Social e Participação e Controlo?		
				Diversidade económica			
				Amenidades e interação social			
				Participação e controlo			
				Custos no ciclo de vida			
Uso sustentável	Estão assumidos condições de boa utilização sustentável?			Gestão ambiental	Estão assumidos modos de gestão sustentável e possibilidades de inovação?		
				Inovação			

{ QUADRO A2.7 } Princípios e abrangência da aplicação. NPT Não (0), Parcial (1), Total (2).



analisar se não se devem considerar outros aspectos. Se tiver um valor de 12, então é porque estão assumidos princípios chave da sustentabilidade, abrangendo as diferentes áreas. Caso seja inferior a 12 deve ser considerado que aspectos podem vir a ser incorporados e que oportunidades de melhoria existem para o caso em análise sendo de considerar a possibilidade de incorporar essas intervenções dando uma abrangência alargada.

Esta abordagem do LiderA agora referida contribui assim nesta fase para compreender qual é o âmbito da procura da sustentabilidade posicionando e identificando áreas de intervenção a desenvolver.

A2.4.2 Aplicar de forma detalhada

Numa fase de análise mais detalhada, pode ser avaliado o desempenho através de uma avaliação ao nível dos critérios do LiderA, nomeadamente identificando quais os níveis de desempenho, valores ou soluções, que permitem implementar a sustentabilidade.

Assim, vertente a vertente, área a área, critério a critério, cada empreendimento procura desenvolver as soluções mais ajustadas ao seu posicionamento económico e de mercado, registar os comprovativos dessa solução e sempre que possível do desempenho que consegue atingir. Este processo utiliza o sistema LiderA e os seus níveis Classe E a A++, como base para orientar e concretizar a procura da sustentabilidade e sua implementação.

Análise detalhada: Critérios e níveis de desempenho

Como apoio à procura da sustentabilidade, sugere-se um conjunto de critérios nas diferentes áreas. Os critérios propostos pressupõem que as exigências legais são cumpridas e que são adoptadas como requisitos essenciais mínimos nas diferentes áreas consideradas, incluindo a regulamentação aplicada ao edificado, sendo a sua melhoria a procura da sustentabilidade.

Para orientar e avaliar o desempenho, o sistema possui um conjunto de critérios que operacionalizam os aspectos a considerar em cada área. Na versão LiderA África estão predefinidos 22 critérios, um por cada área. Os critérios estão numerados de 1 a 22 (isto é, um critério sugerido como N°C).

Níveis de desempenho: Factor 1, 2, 4 e 10 e Classes E a A++

Tal como noutros sistemas internacionais de avaliação, de que são exemplo o BREEAM, o LEED, o HQE e o CASBEE (Pinheiro, 2006), estas propostas evoluem com a tecnologia, permitindo assim dispor de soluções ambientalmente mais eficientes. No entanto, os critérios e as orientações apresentadas pretendem ajudar a seleccionar, não a melhor solução existente, mas a solução que melhore, preferencialmente de forma significativa, o desempenho existente, também numa perspectiva económica.

Para cada tipologia de utilização e para cada critério são definidos os **níveis de desempenho considerados**, que permitem indicar se a solução é

ou não sustentável. A parametrização para cada um deles segue, ou a melhoria das práticas existentes, ou a referência aos valores de boas práticas, tal como é usual nos sistemas internacionais.

Estes níveis são derivados a partir de dois referenciais chave. O primeiro assenta no desempenho tecnológico, pelo que a prática construtiva existente é considerada como nível usual (Classe E) e o melhor desempenho decorre da melhor prática construtiva viável à data, o que tem como pressuposto que uma melhoria substantiva no valor actual é um passo no caminho da sustentabilidade. Decorrentes desta análise, para cada utilização, são estabelecidos os níveis de desempenho a serem atingidos.

Às classificações nos critérios é atribuído um nível global de desempenho ambiental que se encaixa num dos escalões de avaliação, sendo que as avaliações iguais ou superiores a A são aquelas que mais se evidenciam em termos de desempenho ambiental. Como referencial no valor global final, considera-se que o melhor nível de desempenho é A, significando uma redução de 50% face à prática de referência (no geral a prática actual), que é considerada como E.

O reconhecimento é possível de ser efectuado nas classes C a A. Na melhor classe de desempenho existe, para além da classe A, a classe A+, associada a um factor de melhoria de 4 e a classe A++ associada a um factor de melhoria de 10.

As soluções que sejam regenerativas do ponto de vista do ambiente, isto é com balanço positivo, enquadrando-se numa lógica de melhoria, classificada como superior a 10, associam-se à classe A+++.

A título indicativo, apresentam-se no quadro seguinte { **QUADRO A2.8** } as vertentes, áreas e critérios, da versão Lidera África, sendo que se resumizam os principais aspectos a considerar para as diferentes áreas consideradas na procura da sustentabilidade, num caso de análise detalhada.

Como sugestão de aplicação deve olhar-se para a proposta de intervenção (em projecto) ou caso de análise (edifício ou ambiente construído existente) e procuram-se identificar quais as soluções a adoptar ou presentes e qual será o seu nível de desempenho.

O foco central da análise na avaliação aos ambientes construídos assenta no desempenho em situação normalizada do ambiente construído, do edifício, do espaço público, etc. Isto é, como funciona o edificado numa utilização padrão, por exemplo uma sala de aulas durante as 8 horas previstas, ou a habitação no período usual, ou o espaço público.

Esta utilização normalizada revela como funciona o edificado projectado ou construído, tal como quando se indica um automóvel consome 6 litros aos 100 km se está a indicar que num circuito específico, parte urbano e parte rural, esse é o consumo médio. Naturalmente, em função do tipo de utilização o valor pode ser maior o menor. Da mesma forma, os valores de desempenho normalizado são utilizados para a avaliação, posicionamento, reconhecimento/certificação pelo LiderA, e permitem ver as possibilidades de melhoria, nomeadamente através da adopção de soluções construtivas.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc	C.A.	F.A.
Integração local 3 Critérios 14%	Solo	7%	S	Valorização territorial	A1		
	Ecosistemas naturais	5%	S	Valorização ecológica	A2		
	Paisagem e património	2%	S	Valorização paisagística e patrimonial	A3		
Recursos 4 Critérios 32%	Energia	17%	S	Gestão da energia	A4		
	Água	8%	S	Gestão da água	A5		
	Materiais	5%	S	Gestão dos materiais	A6		
	Produção alimentar	2%	S	Produção local de alimentos	A7		
Cargas ambientais 5 Critérios 12%	Efluentes	3%	S	Gestão dos efluentes	A8		
	Emissões atmosféricas	2%	S	Gestão das emissões atmosféricas	A9		
	Resíduos	3%	S	Gestão dos resíduos	A10		
	Ruído exterior	3%	S	Gestão do ruído	A11		
	Poluição ilumino-térmica	1%	S	Gestão ilumino-térmica	A12		
Conforto ambiental 3 Critérios 15%	Qualidade do ar	5%	S	Gestão da qualidade do ar	A13		
	Conforto térmico	5%	S	Gestão do conforto térmico-condições de conforto	A14		
	Iluminação e acústica	5%	S	Gestão de outras condições de conforto	A15		
Vivência socioeconómica 5 Critérios 19%	Acesso para todos	5%	S	Contribuir para acessibilidade	A16		
	Diversidade económica	4%	S	Contribuir para a dinâmica económica	A17		
	Amenidades e interação social	4%	S	Contribuir para as amenidades	A18		
	Participação e controlo	4%	S	Condições de controlo	A19		
	Custos no ciclo de vida	2%	S	Contribuir para os baixos custos no ciclo de vida	A20		
Uso sustentável 2 Critérios 8%	Gestão ambiental	6%	S	Promover a utilização e Gestão	A21		
	Inovação	2%	S	Promover a inovação	A22		

{ **QUADRO A2.8** } Aplicação do LiderA – nível detalhado. **C.A.** Classe de avaliação; **F.A.** Fundamentação da avaliação.



Como se avalia: Prescritivo *versus* Desempenho

No caso da aplicação dos critérios, estes podem ter uma lógica prescritiva, isto é, referenciar a solução a adoptar ou podem ser de desempenho, isto é, associarem-se a valores de desempenho, por exemplo percentagem de energias renováveis utilizadas para aquecimento das águas quentes sanitárias.

As vantagens dos critérios prescritivos é que apresentam logo a solução a adoptar, sendo fácil este passo; as desvantagens é que restringem a solução a adoptar. Os critérios de desempenho apresentam a vantagem de permitir escolher a gama de soluções mais ajustadas, embora seja por vezes difícil de avaliar o desempenho em fases iniciais do projecto, onde é muito importante que a sustentabilidade comece a ser considerada.

Assim, a solução adoptada para a versão LiderA África assenta num conjunto de critérios prescritivos, pressupondo a capacidade de integração e valorização da paisagem e assumindo uma perspectiva de qualidade arquitectónica. Os critérios propostos são uma base (núcleo) passível de ser ajustada, face ao tipo de utilização do empreendimento e aos aspectos ambientais considerados.

Por exemplo, no caso de uma habitação social, a acessibilidade à comunidade pode e deve ser entendida como o acesso aos utentes e o respectivo custo. No caso de um edifício de um banco o critério da acessibilidade pode ser entendido como segurança, e assim sucessivamente.

A lógica é, no geral, que o valor ou solução se for superior a 50 % às práticas usuais (e em mui-

tos casos não adequadas, excepto nas soluções vernaculares) se classifica como classe A e se for quatro vezes superior como classe A+ e dez vezes superior como classe A++. Para a aplicação em casos concretos é de referir que pode ser contactado o sistema LiderA (geral@lidera.info) para obter mais informação.

A2.4.3 A certificação pelo Sistema LiderA

A aplicação para certificação pelo LiderA assenta no acordo para a candidatura, com a equipa de desenvolvimento do LiderA, durante a qual serão aferidos os critérios aplicados e respectivos limiares, em função dos usos e da fase em causa. Para a respectiva aplicação e instrução do processo, é relevante a participação dos assessores do sistema, que apoiem o desenvolvimento das soluções do empreendimento, bem como sistematizem os comprovativos.

O seu reconhecimento em fase de projecto ou certificação em fase de construção ou operação, decorre da obtenção de provas quanto ao nível atingido e é efectuado através de um processo de verificação desses comprovativos e nível do nível de desempenho atingido, por uma terceira parte (independente face ao empreendimento) e indicada pelo sistema LiderA.

O reconhecimento é possível ser efectuado quando se comprova que, para as diferentes áreas ou no global, o empreendimento se encontra nas classes C (superior em 25% à prática), B (superior em 37,5 % à prática) e A (50% superior à prática). Na melhor



classe de desempenho existe, para além da classe A, a classe A+, associada a um factor de melhoria de 4 e a classe A++ associada a um factor de melhoria de 10 face à situação inicial considerada, sendo esta última equivalente a uma situação regenerativa.

Para cada tipologia de utilização são definidos os **níveis de desempenho considerados**, que permitem indicar se a solução é ou não sustentável. A parametrização para cada um deles segue, ou a melhoria das práticas existentes, ou a referência aos valores de boas práticas, tal como é usual nos sistemas internacionais.

Exemplo de Certificações pelo Sistema LiderA

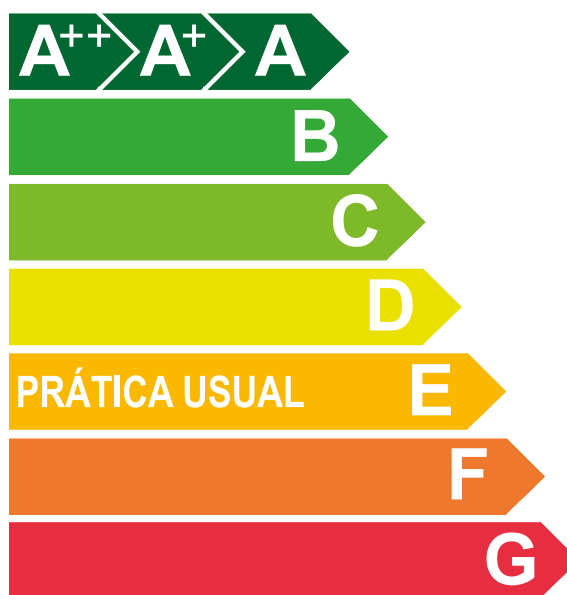
Em Outubro de 2007, em Lisboa, foram atribuídos os primeiros cinco certificados de bom desempenho ambiental (Classe A) pela marca portuguesa registada LiderA – Sistema de Avaliação da Sustentabilidade. Desde essa altura, o sistema Lider A têm sido utilizado para o reconhecimento e certificação de empreendimentos pelo seu bom desempenho, abrangendo uma diversidade de situações; no sector residencial, empreendimentos turísticos de vulto, edifícios de serviços, ou intervenção em planos de pormenor de novas áreas de expansão urbana. Os exemplos mais representativos dos certificados atribuídos são apresentados no *website* www.lidera.info.

Actualmente estão em curso candidaturas muito inovadoras de avaliação para países africanos de língua oficial portuguesa, quer em termos de planeamento urbano, quer em termos de projecto de arquitectura (nova construção e reabilitação).

A2.5 Concluindo

A procura da sustentabilidade começa a abranger diferentes empreendimentos e desafia estruturalmente o sector da construção. O Sistema LiderA tem como objectivo liderar a procura de boas soluções ambientais e de sustentabilidade nas diferentes fases, desde o plano ao projecto, à obra, manutenção, gestão, reabilitação e até à fase final de demolição. Para efeito define um conjunto de seis princípios, que se subdividem em vinte e duas áreas e em 22 critérios. Os critérios estão numerados de 1 a 22 (isto é, um critério sugerido com N°C).

Para o sistema LiderA o grau de sustentabilidade é mensurável e passível de ser certificado em classes de bom desempenho (C, B, A, A+ e A++) que incluem uma melhoria de 25% (Classe C) face à prática (Classe E), passando por uma melhoria de 50% (Classe A), melhoria de factor 4 (Classe A+) até uma melhoria de factor 10 (Classe A++).



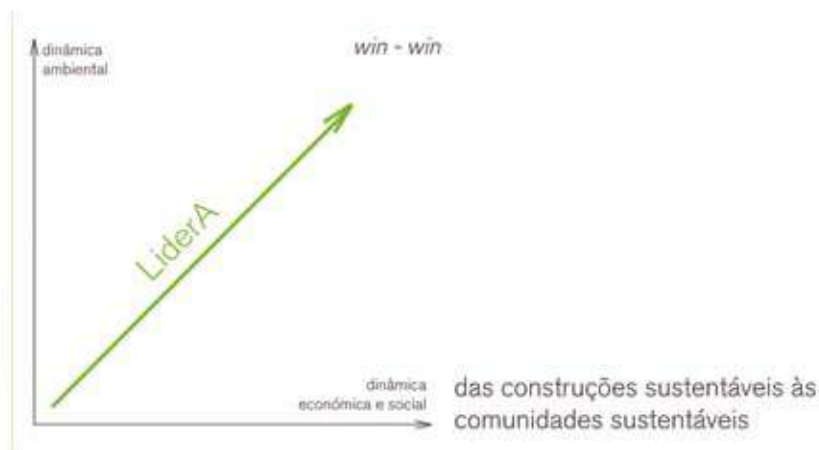
{ FIG. A2.3 } Níveis de Desempenho Global.

O sistema LiderA pode ser utilizado para efectuar o desenvolvimento e a procura de soluções, de forma integrada e eficiente, quer nas fases preliminares ou qualitativas, quer nas fases detalhadas e quantitativa, permitindo assim um apoio estrutural ao longo das várias fases dos projectos.

O LiderA assume-se assim como um instrumento de apoio ao desenvolvimento de soluções sustentáveis integradas e de certificação, dando assim ao mercado uma referência da boa procura da sustentabilidade.



{ FIG. A2.4 } Sistema Lidera.



Autor: Manuel Duarte Pinheiro, *Instituto Superior Técnico. Responsável do Sistema LiderA (www.lidera.info)*

Bibliografia

BRANCO, F., Brito, J. (2003). Materiais, Durabilidade na Construção, Renovação e Demolição – Comunicação in Curso: “Construção Sustentável – Estratégias, Projectos e Sistemas de Apoio, Coord. Manuel Duarte Pinheiro, Maio 20 – 22 de 2003 Fundec/ IST, Lisboa.

CIB – Conseil International du Bâtiment. (1999). Agenda 21 on sustainable construction. CIB Publication 237, 121 p. Rotterdam, Holland.

CIB & UNEP-IETC (2002). Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries. WSSD edition, Published by the CSIR Building and Construction Technology, Pretoria, South Africa,

COLE, R. (2003, May 14). Building environmental assessment methods: A measure of success. International electronic journal of construction (IeJC). Special Issues: Future of Sustainable Construction, 8–22 p. Disponível em <http://www.bcn.ufl.edu/iejc/pindex/si/10/index.htm>

ICMA – International City/County Management Association e Smart Growth Network. (2003a). Getting to smart growth – 100 policies for implementation. Smart Growth Network, 104 p. Disponível em: <http://www.smartgrowth.org/pdf/gettosg.pdf>

ICMA – International City/County Management Association e Smart Growth Network. (2003b). Getting to Smart Growth – 100 more policies for implementation. Smart Growth Network, 122 p. Disponível em: <http://www.smartgrowth.org/pdf/gettosg2.pdf>.



INE – Instituto Nacional de Estatística. (2004). Estatísticas do ambiente 2003.

MAZRIA, E. (1979). The passive solar energy book. Rodale Press, Emmaus, Pennsylvania.

MENEZES, M. (2000). A satisfação residencial. Tópicos de reflexão acerca do estudo de análise. LNEC, Lisboa.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (1994). The contribution of amenities to rural development. Paris.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2001). Environmental Outlook. OCDE, Paris.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2003). Environmental sustainable building – challenge and policies. OCDE, 194p. Paris, France.

PINHEIRO, M. D. (2004, Outubro 27 – 29). Linhas gerais de um sistema nacional de avaliação da construção sustentável. 8ª Conferência Nacional do Ambiente, Centro Cultural de Lisboa, Lisboa.

PINHEIRO, M. D. (Revisão Científica Correia, F.N.; Branco, F.; Guedes, M. C.) (2006). Ambiente e Construção Sustentável. Instituto do Ambiente, Amadora, Portugal.

PINHEIRO, M. D. (2007). Sistemas de Gestão Ambiental para a Construção Sustentável. Tese Doutoramento em Engenharia do Ambiente. IST/ UTL, Lisboa.

UNEP – United Nations Environment Programme. (1999). Global environment outlook 2000. New York, USA.

UNPD – United Nations Population Division. (1998). World population prospects 1950–2050 (The 1998 Revision). United Nations. Disponível em <http://esa.un.org/unpp/>

A3 Vegetação e Conforto Microclimático

COM REFERÊNCIA A PAÍSES AFRICANOS



{ FIG. A3.1 } Benefícios da vegetação: sombreamento, arrefecimento do microclima (evapotranspiração), redução da poluição e conforto psicológico.

Esta secção visa mostrar a possibilidade de melhorar o microclima local através da vegetação. Foca em particular o microclima exterior associado a edifícios localizados no meio urbano, em países africanos lusófonos, durante a estação quente e seca. É referido o potencial microclimático da vegetação em condicionar um espaço para reduzir as altas temperaturas, minimizando a sensação de desconforto.

Alguns factores que influenciam as variações de temperatura e humidade são: o tipo e tamanho

da vegetação, formato de copa, a qualidade e permeabilidade de sombra projectada, e também a fisiologia vegetal. O uso da vegetação é uma estratégia de arrefecimento passivo eficiente, de baixo custo e baixa manutenção. O seu uso gera espaços mais confortáveis, salubres, humanos e dignos, elevando a qualidade de vida da população.

Como a maioria das questões na sociedade moderna, a arquitectura também foi influenciada pelo processo de globalização, onde a cultura e identidade local tem dado lugar à voz maciça da ignorância e o poder do mais forte. Grandes caixas de vidro, totalmente seladas, estão sendo construída nos trópicos, ignorando qualquer recurso natural ou potencial bioclimático. A África não é,

infelizmente, excepção. As “caixas de vidro” seladas estão proliferando pelas cidade, sem noção do seu absurdo e efeitos negativos. Importar ideias, tipologias e conceitos arquitectónicos de países estrangeiros, onde a geografia, o meio ambiente e o clima são absolutamente diferentes do contexto local, tem levado a soluções arquitectónicas impróprias e inadequadas.

É importante, se não essencial, que se faça uso ao máximo do potencial do meio ambiente, para se obter o maior benefício possível, de uma maneira inteligente e sustentável

Para muitos, a questão da habitação de baixa renda é meramente um exercício matemático de economia e estatística, resultando muitas vezes em



{ FIG. A3.2 } Conforto microclimático – vegetação no espaço urbano, em Luanda (esquerda); o efeito da vegetação como factor de agregação social (direita).



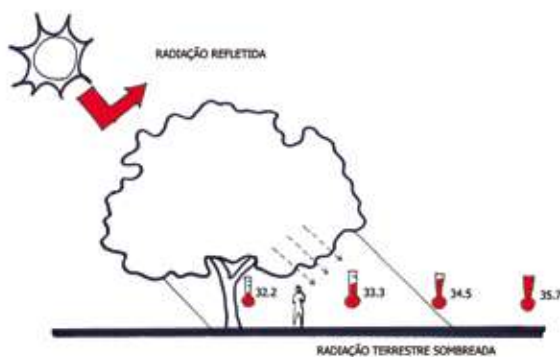
soluções indevidas. A solução apropriada para uma comunidade não é necessariamente apropriada para outra. Há milhares de pessoas com problemas habitacionais e urbanos, e por isso deveria haver milhares de soluções. As ideias devem ser abundantes e apropriadas para cada contexto. O conhecimento não deve jamais ser ignorado, sempre se aperfeiçoando de experiências passadas. Consequentemente, valores culturais, tradições e memória histórica, tudo que faz pessoas e cidades distintas, interessantes e únicas, devem ser preservados. As árvores e vegetação de um modo geral, podem melhorar condições microclimáticas indesejáveis em torno de edificações. Todavia, seu potencial tem sido ignorado, principalmente pela falta de informações sobre as suas vantagens em termos de providenciar conforto e bem estar, além dos benefícios em termos energéticos e ambientais.

Muitas vezes o processo de urbanização tem sido caracterizado por devastação, onde toda a co-

bertura vegetal nativa é removida de forma irresponsável, na tentativa de simplificar a implementação urbana. O processo de devastação traz um enorme impacto negativo no meio ambiente deixando a terra vulnerável a erosões, escassez de sombreamento e muita poeira. O maior problema porém é a exposição à excessiva e castigante radiação solar. Essa combinação agrava ambientes já secos resultando em áreas de muita pouca humidade, sendo os baixos valores considerados alarmantes para a saúde pela World Health Organisation (WHO). Estas condições tornam algumas tarefas do cotidiano urbano impraticáveis em certas épocas do ano. Para se criarem ambientes internos e externos confortáveis, ou para se reduzir a carga de arrefecimento, construir com o controle solar em mente é essencial. É vital o melhoramento do microclima externo para se alcançarem espaços mais confortáveis, principalmente para pessoas que não tem nenhum outro recurso ou meio para explorar a



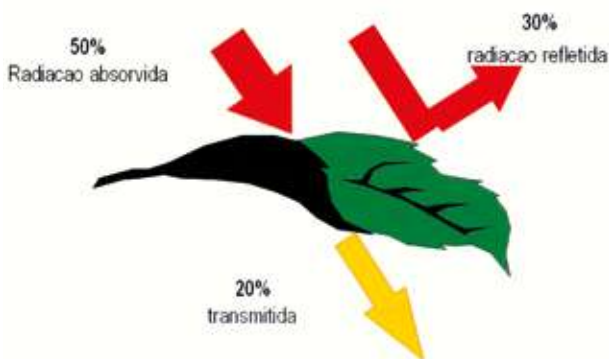
{ FIG. A3.3 } Processos de sombreamento (protecção da radiação solar) e evapotranspiração.



{ FIG. A3.4 } Sombreamento: redução de temperaturas.

não ser o entorno imediato. Analisando o clima e vegetação local, podemos perceber o potencial que a implantação de árvores ao redor da casa tem para o controle ambiental microclimático, providenciando arrefecimento passivo através do sombreamento e da humidificação do ar através da evapotranspiração. Com a vegetação urbana há ainda benefícios psicológicos e culturais, além de ganhos sustentáveis como retenção de poluição, absorção de barulho e poluição, filtração dos raios solares e produção de frutos.

Da mesma forma que não há nenhuma luz melhor do que a luz solar natural, e não há nenhuma brisa melhor do que a brisa de vento, não há também nenhuma sombra melhor do que a de uma árvore. Os benefícios associados ao microclima com árvores são descritos posteriormente, em especial a importância da utilização de árvores e seus efeitos em diminuir a temperatura e aumentar os níveis de humidade relativa por meio de bloqueio do sol e da transpiração da folha. Extremo calor e secura são as principais causas de condições fisiológicas desconfortáveis em locais quentes. Bernatzky (1978) afirma que “o sobreaquecimento provoca distúrbios da saúde: congestionamento de sangue para a cabeça, dor de cabeça, náusea e fadiga.” Projectar com vegetação está directamente relacionado e afecta o conforto térmico das pessoas. Nesses casos é crítico o controle da radiação solar, e a maximização do ganho por evaporação. São seguidamente descritos os efeitos microclimáticos das árvores.

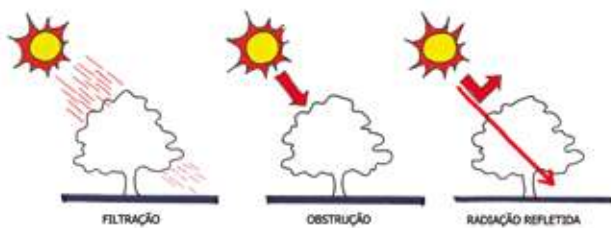


{ FIG. A3.5 } Radiação reflectida, absorvida e transmitida por uma folha.

As variáveis do microclima incluem a radiação solar e terrestre, velocidade de vento, humidade, temperatura do ar e precipitação. O microclima da subcopa é o espaço térmico em baixo da folhagem que é determinado pelas características da árvore, relacionado as condições ambientais circundantes

{ FIGURA A3.3 }.

A vegetação é um elemento ideal para a obstrução de radiação solar pois tem baixa transmitância; evitando a passagem da radiação para os espaços adjacentes. Não sobreaquece acima da temperatura do ar devido à sua capacidade auto-regulação. Em geral, é considerado que, da radiação entrando em uma folha, aproximadamente 50% é absorvida, 30% reflectida e 20% transmitida (Robinnette, 1983) { FIGURA A3.5 }. Como a maioria das copas são constituídas por múltiplas camadas, a radiação é filtrada, resultando em uma transmitância muito baixa, quando atinge a parte inferior da copa. Grande parte da radiação é reflectida para outras folhas, reduzindo assim o montante que se reflecte a espaços adjacentes. A maioria da radiação absorvida pelas



{ FIG. A3.6 } Contributo da vegetação para a filtração do ar, e obstrução e reflexão da radiação solar.

árvores e plantas é perdido pela evaporação da humidade que é transpirada pelas folhas ou absorvida pela terra e lentamente liberada.

A evapotranspiração é um processo natural da bioquímica das plantas, que tem o efeito de influenciar o arrefecimento. Durante este processo as árvores absorvem água através de suas raízes, que atravessa seu tronco e pela transpiração das folhas, lentamente introduzem água para a atmosfera circundante. Por conseguinte, o ar perto de espaços verdes tende a ser mais húmido. Enis (1984) descreve que uma árvore madura de grande porte pode criar um efeito de arrefecimento de 2500kcal/h, que equivale a cinco aparelhos de ar condicionado de tamanho convencional funcionando 20 h/dia. Federer (1976), também, confirma que a sombra de uma grande árvore urbana de 20 metros pode fornecer tanto frio quanto aparelhos de ar condicionado funcionando praticamente o dia todo. Sendo assim, a evapotranspiração pode providenciar um melhoramento local da ilha de calor urbana, e reduzir a energia necessária para o arrefecimento de espaços em edificações.

A grande fonte de energia no microclima de qualquer local, é radiação solar. O excesso de calor e luz que evitamos, geralmente é bem vinda pela vegetação. A quantidade de radiação recebida e mantida em um microclima irá depender de suas características como tamanho, localização e orientação do sítio e os objectos nesse sítio; as características de superfície; o tamanho e tipo de vegetação. Copas finas e leves podem interceptar 60–80% da radiação solar e copas densas podem interceptar até 99%. Morfologias diferentes de árvores e folhas terão variações. Galhos e ramos também ajudam a bloquear a radiação solar. No caso de locais quentes, a obstrução eficiente dos excessos solares é uma necessidade e a árvore uma eficiente aliada, de baixo custo e manutenção.

Elementos de paisagem têm diferentes albedos e espécies de árvores diferentes interceptam radiação em níveis diferentes, dependendo da época do ano. Sua altura, transmissividade da copa, sazonalidade, folhagem e desfolhação são algumas maneiras como as árvores se diferenciam na sua capacidade de influenciar a radiação directa. Radiação solar directa incidindo em paredes e janelas é a principal fonte de ganhos de calor, mas dois outros factores também são importantes: calor do ar ambiente radiação indirecta decorrente das imediações. Todos os três desses factores podem ser moderados por plantação de árvores próximas à residência.

As árvores ajudam especialmente no sombreamento de telhados e muros. Pode ser usada de três



{ FIG. A3.7 } Uso de vegetação para sombreamento, num complexo turístico recente, na zona da barra do Kuanza.

maneiras para proteger o edifício da radiação solar, sendo elas: adjacente ao edifício, sobre a construção e independente do edifício. Telhados com vegetação podem diminuir o fluxo de calor através da laje na cobertura. Alguns estudos de Cantuária (2001) exemplificam bem as variações de temperatura em microclimas com árvores. Nos exemplos estudados, a mangueira apresentou ser um excelente condicionador de ar natural.

As árvores têm também uma influência benéfica na saúde. A presença de árvores nas cidades foi associada à redução de stress mental e física dos

seus habitantes. Paisagens com árvores e vegetação “produzem estados fisiológicos mais relaxados nos seres humanos do que paisagens que carecem de recursos naturais” (Ulrich, 1984). O ar mais puro também deverá melhorar a saúde.

As árvores trazem benefícios sociológicos, contribuindo para a vitalidade de uma cidade ou de uma vizinhança. Elas podem dominar a paisagem urbana e contribuir para seu carácter e imagem de um ambiente habitável e atraente. O paisagismo urbano traz uma responsabilidade ambiental, ética e um forte senso de comunidade, capacitação, para os resi-



dentes. Plantar árvores melhora as condições da vizinhança e reforça o sentimento da comunidade de identidade social, auto-estima, territorialidade e promove a educação ambiental e sensibilização. A vegetação urbana ajuda a aliviar algumas das dificuldades da cidade especialmente para grupos de baixa renda, e podem fornecer uma oportunidade tão necessária para crianças de cidade de experimentar a natureza.

Através da sua rede de raízes e efeitos hidrológicos, as árvores afectam também substancialmente a estabilidade de encostas inclinadas, e impedem a erosão. Funcionam também como estruturas de retenção e detenção, quando reduzindo o escoamento, que é essencial em muitas comunidades, como assentamentos urbanos populares onde a tubulação de drenagem não é inexistente. O custo do tratamento de água das chuvas em assentamentos pode ser diminuído, reduzindo o escoamento devido a intercepção de chuvas. Portanto reduzindo a taxa e o volume de escoamento de água das chuvas, danos de inundação, custos de tratamento de água de tempestade e problemas de qualidade da água, árvores urbanas pode desempenhar um importante papel nos processos hidrológicos urbanos.

Quando bem projectadas, plantações de árvores e arbustos podem reduzir significativamente o ruído, agindo como abafadores de som. As folhas absorvem o som e reduzem o tempo de reverberação.

Reduções de 50% ou mais podem ser alcançadas na intensidade aparente por amplos cintos de árvores densas e altas combinados com superfícies macias de terreno (Cook, 1989).

Recomendações de design:

} Uma árvore deve ser localizada por forma a fornecer o máximo de sombreamento para as fachadas, particularmente a Nascente e Poente. As fachadas com maior área de janela devem ser privilegiadas em sombreamento.

} O potencial de arrefecimento da sombra tende a diminuir com a distanciamento do seu tronco. Devem ser plantadas árvores considerando que quando maduras, a parte externa da copa esteja perto da fachada. Neste processo devem ser também consideradas restrições em termos de segurança, relacionadas com o sistema de raízes e a resistência do ramo.

} Deve-se buscar o sombreamento das coberturas por altas e grandes copas. Danos ao edifício, ou de paredes, podem ser evitados, seleccionando as espécies correctas para o espaço disponível.

} Em locais onde a necessidade de refrigeração do ambiente está presente quase todo o ano recomenda-se o plantio de espécies perenes, com rápido crescimento.

Autor: Gustavo Cardoso Cantuária,
University of Cambridge



Bibliografia

- BERNATZKY, Aloys (1978). Climatic influences of the green and city planning. *Journal of Arboriculture*, vol. 3, pp. 121–127.
- CANTUARIA, G. A. C. (2001). *Vegetation and Environmental Comfort* PhD thesis, Architectural Association School of Architecture, London.
- ENIS, Ruth (1984). Landscape and climate – the interdependence of some of their factors. *Energy and Buildings*, vol. 7, pp.77 – 85.
- FEDERER, C. A. (1976). Trees modify the urban climate. *Journal of Arboriculture*, vol. 2, pp. 121–127.
- FITCH, J. M. (1971). *The Environmental forces that shape it*. Schocken books, New York.
- KAPLAN, R. and KAPLAN (1989). *The Experience of nature: A Psychological perspective*. Cambridge University Press, Cambridge, England. JONES, Hamlyn G. (1992). *Plants and Microclimate: a quantitative approach to environmental plant physiology*. 2nd ed., Cambridge University Press, Cambridge, England.
- LAWSON, M. (1996). *Vegetation and Sustainable Cities*. *Arboricultural Journal*, vol. 20, pp. 161–171. MACKENZIE, Dorothy (1991). *Green Design: Design for the environment*. Laurence King, London.
- OLGYAY, Victor (1960). *Design with Climate – Bioclimatic approach to architectural regionalism*. Princeton University Press, USA.
- PALLASMAA, Juhani (1991). From Metaphorical to Ecological Functionalism. *Architectural Review*, 1156, pp. 74–79.
- PALLASMAA, Juhani (1996). *The Eyes of the skin – Architecture and the senses*. Academy Editions, London.
- RICE, Marilyn and RASMUSSEN, Elizabeth (1992). *Healthy cities in developing countries*. In John Ashton (ed.) *Healthy cities*. Open University Press, Milton Keynes, England.
- ROBINETTE, Gary O. (1983a). *Landscape Planning for energy conservation*. Van Nostrand Reinhold Company, New York.
- SAINI, Balwant Singh (1973). *Building Environment: an illustrated analysis of problems in hot, dry lands*. Angus and Robertson, Sydney, Australia.
- ULRICH, R. S. (1984). View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, vol. 224, pp. 420–421. WILLEKE, Donald C. (1989). From ‘nicety’ to ‘necessity’. *Journal of Arboriculture*, vol. 15(8), pp. 192–197.
- ZION, Robert L. (1995). *Trees for Architecture and Landscape*. Van Nostrand Reinhold, New York.



A4 A gestão urbana e o licenciamento: revisão bibliográfica

Neste anexo é apresentada e comentada a bibliografia actual e relevante na área da gestão urbana – numa perspectiva de sustentabilidade. São também sumariamente descritos conceitos essenciais. A literatura que indicamos serve como fonte de inspiração para todos, e os diversos títulos mencionados são facilmente acessíveis.

A4.1 O processo de promoção imobiliária

Definição

Na promoção imobiliária identificamos o papel dos agentes principais – o promotor imobiliário e o Município (autarquia local). Também há outros agentes, como por exemplo os construtores individuais, incluindo os auto-construtores. Neste grupo encontramos as construções legais e clandestinas. Uma forma identificar o papel destes agentes é definir a participação nalgumas partes do processo de promoção imobiliária.

O processo de promoção imobiliária pode ser definido em várias formas, por exemplo:

“A transformação da forma física, conjunto de direitos, e valor material e simbólico de terrenos e edifícios, através da acção de agentes com interesses e propósitos na aquisição e utilização de

recursos, nas regras de funcionamento, e na aplicação e desenvolvimento de ideias e valores” (Healey 1991)

“...um processo que envolve a alteração ou a intensificação do uso da terra para produção de edifícios para ocupação.” (Wilkinson & Reed 2008)

Estas duas definições focam a transformação do terreno com a construção. Começa-se com uma ideia e uma análise da possibilidade mudar o uso do terreno para ter um aproveitamento melhor. A construção vem como consequência desta análise, e do investimento.

Esta perspectiva do processo de promoção imobiliária não é apenas aplicável na Europa ou noutros países industrializados. É evidente que a urbanização também se enquadra em processos de promoção imobiliária em países africanos. As formas podem ser diferentes, mas os fundamentos são os mesmos.

As fases da promoção imobiliária

Um modelo de actividades (*event-sequence*) pode ter um certo número de actividades típicas. Não é uma lista de cada passo que se toma, mas uma classificação das actividades principais. Kalbro (2010) descreve o processo em oito fases:

- } Iniciação de um projecto
- } Planeamento e projecto de uso de terreno, edifícios e equipamento
- } Processo de licenciamento por autoridades
- } Aquisição de terreno

- } Financiamento
- } Construção
- } Avaliação

Também descreve mais duas fases que são importantes para completar a lista:

- } Acordos de implementação
- } Cedência e manutenção

Mesmo num país com capacidade limitada de planeamento físico pelo Município, há outras formas planear e levar projectos para a frente. O licenciamento através do alvará de loteamento e de construção é a forma usada, quer os para ambos os alvarás, quer apenas para o de construção. Este processo de licenciamento também exige uma capacidade urbanística do Município, e nem sempre existe para satisfazer em quantidade suficiente. A qualidade na apreciação dos projectos de loteamento e/ou construção também é uma questão importante para satisfazer as exigências da sociedade e do ambiente.

Significa que as urbanizações se podem desenvolver apenas com iniciativas privadas, dos indivíduos ou famílias, e também dos promotores priva-

dos. Mesmo nestes casos, sem a intervenção do Município na área de planeamento e de licenciamento, pode haver outros actores locais que satisfazem as necessidades de organização do espaço físico, transferência de terrenos para construir e do enquadramento das infraestruturas.

O objectivo de um processo de planeamento urbano e de licenciamento do Município é promover uma perspectiva global da sociedade, coordenando diversos interesses sociais, económicos e ambientais.

Existe uma variedade de situações onde o planeamento urbano e o licenciamento são factores essenciais. A ambição e capacidade real do Município variam. Não é aconselhável ter uma ambição muito além da capacidade da administração do Município, pois poderia causar demoras no processo, e incentivos para desviar os pedidos da tramitação normal. Tal situação pode criar oportunidades de corrupção, construções clandestinas e outras formas de gestão não desejada. Deve-se procurar um equilíbrio entre as exigências e a capacidade administrativa, com directrizes bem claras e transparência na tramitação.

As estratégias de construção sustentável têm de ser enquadradas no contexto do processo de promoção imobiliária. Têm de se encaminhar os indivíduos numa direcção comum, definida pela sociedade. Entendemos que a indústria imobiliária está progressivamente disposta a integrar aspectos de sustentabilidade. Resumimos esta secção sugerindo a leitura de dois livros de referência sobre a produção imobiliária { **QUADRO A4.1** }.

- } Healey, P, 1991, Models of the development process: a review. *Journal of Property Research*, 9, 219–238.
- } Wilkinson, S & Reed, R, 2008, *Property Development*, Taylor & Francis Ltd. 5th edition.

{ **QUADRO A4.1** } Publicações de referência sobre o processo de promoção imobiliária. Na quinta edição do livro "Property Development" foi introduzido um capítulo sobre o impacto ambiental na promoção imobiliária, com vários exemplos práticos.



A4.2 A gestão urbana e do território

Perspectivas internacionais

Nesta parte apresentamos algumas publicações que consideramos úteis para compreender melhor a área de planeamento urbano, o licenciamento e o processo de promoção imobiliária. A maior parte das publicações é de instituições das Nações Unidas, sendo a nossa base comum como países membros, independentemente do país e continente do mundo. Por isso, têm o peso e autoridade da comunidade global. Os comentários são nossos, como interpretações e enquadramento no contexto local.

As instituições com documentos de interesse nesta área são várias. Apresentamos estas organizações com as suas páginas Web de publicações visto que muitos são documentos electrónicos, em pdf, e assim acessíveis sem nenhum custo. A nossa escolha é a seguinte:

} FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations (www.fao.org)

} WB, World Bank/Banco Mundial (www.worldbank.org)

} International Institute for Environment and Development (www.iied.org)

} UN Habitat, the United Nations Human Settlements Programme (www.unhabitat.org)

com três redes de internet:

GLTN, Global Land Tenure Network (www.gltn.net)

SUD-NET, Sustainable Urban Development Network

(<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=570>)

GENUS, Global Energy Network for Urban Settlements

(<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=631>)

Cada organização tem a sua tarefa, com um ou alguns departamentos com publicações que nos interessam. Tomamos a FAO como exemplo. Tem várias áreas e séries de publicações. A ênfase é no desenvolvimento rural, mas existem partes gerais que se aplicam também no contexto urbano. Na página <http://www.fao.org/corp/publications/en/> há listas de publicações, incluindo os documentos acessíveis como documentos electrónicos ou impressos.

A maior parte dos documentos da FAO são escritos em Inglês, mas muitos documentos também são escritos em Francês, Espanhol e outras línguas. As publicações em Português são poucas. A FAO tem várias áreas de acção, e várias séries de publicações. Uma área é “Sustainable Natural Resources Management” com mais de 100 publicações. Uma série de publicações é “Land Tenure Working Paper”.

Gestão urbana e a política de ordenamento territorial.

Cada construção no meio urbano tem de ser integrada neste contexto. Significa que tem de existir uma coordenação entre as construções individuais, isto é uma política de ordenamento territorial. Baseados na literatura apresentada no { QUADRO A4.3 }, são apresentados alguns aspectos mais relevantes sobre o tema.

Há vários níveis de gestão urbana e ordenamento territorial. O nível mais directo é o alvará ou licença de construção. Mas há outros níveis, com exigências e princípios que devem integrar os alvarás num contexto mais alargado. Pode-se definir estes níveis, desde uma escala do pormenor até o geral:

- } Alvará/licenciamento (de obras, de loteamento)
- } Planos urbanísticos (loteamento, de pormenor, plano director municipal)
- } Outros planos de desenvolvimento e planos sectoriais (gerais, regionais, do meio ambiente, zona costeira, sociais, etc.)
- } Nacional: política nacional, legislação (lei de terra, lei de ordenamento territorial, lei de planeamento, lei de obras), códigos (de obras, municipal, etc.)
- } Enquadramento científico (sobre o território, posse de terra, gestão/governança)

Começando pelo nível geral, apresentamos seguidamente algumas definições básicas sobre os recursos fundiários (Suaréz et al, 2009, p 19):

- { 1 } *“A posse da terra é a relação, definida legalmente ou culturalmente, entre as pessoas com respeito à terra.”*
- { 2 } *“Administração da terra é a forma como que as regras da posse da terra são aplicadas e operacionalizadas.”*
- { 3 } *“A prevenção da corrupção é um aspecto óbvio da boa governança”.*

Num relatório elaborado pela FAO faz-se a seguinte definição de governança:

“Governança é o sistema de valores, políticas e instituições através das quais uma sociedade administra as suas acções em termos económicos, políticos e sociais, entre o Estado, a sociedade civil e o sector privado. A administração da terra diz respeito às regras, processos e organizações através das quais são tomadas decisões sobre o acesso à terra e seu uso, a maneira pela qual as decisões são implementadas, e a forma como os interesses concorrenciais sobre a terra são geridos”. (Sotomayor, 2008, p. 8)

Estas definições identificam os recursos fundiários como essenciais para a governança da sociedade. A sociedade é desenvolvida com uma boa gestão dos recursos fundiários. No caso contrário, as perspectivas de futuro da sociedade são piores.

A partir daqui importa abordar a questão da gestão destes recursos ao meio urbano. Suaréz et al (op cit) usam uma descrição do conceito boa gestão urbana, proposta pela UN-Habitat:

“A boa gestão urbana deve ser baseada no conceito de «cidades inclusivas», em que as decisões são globalmente participadas e há uma devolução do poder do governo central para o local. A base conceptual para a descentralização deve ser a transferência de responsabilidades para o nível mais perto da realidade local. A pedra angular para uma boa administração urbana – a participação directa e ampla das comunidades na tomada de decisões – é uma forma de melhorar a eficácia das políticas locais e dar prioridade às iniciativas e necessidades dos cidadãos”



} Conor Foley, 2007, Land rights in Angola: poverty and plenty. Humanitarian Policy Group (HPG) Working paper Overseas Development Institute (ODI). http://www.glt.n.net/index.hp?option=com_docman&gid=172&task=doc_details&Itemid=24

} FAO, 2007, Good governance in land tenure land administration. Publication series: FAO Land and Tenure Studies 9. <http://www.fao.org/docrep/010/a1179e/a1179e00.htm>

} Forjaz, José (red), 2006, Moçambique, Melhoria dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), Universidade Eduardo Mondlane. Edição em Português e Inglês. <http://www.unhabitat.org/content.asp?cid=4399&catid=283&typeid=3&subMenuId=0>

} Nélson Saule Jr, Letícia Marques Osori, 2007, Brazil – Direito À Moradia No Brasil. GLTN. http://www.glt.n.net/index.php?option=com_docman&gid=73&task=doc_details&Itemid=24

} Smolka, Martim O. & Mullahy, Laura (Ed), 2007, Perspectivas urbanas – Temas críticos en políticas de suelo

en America Latina. Edição em Inglês e Espanhol. http://www.lincolninst.edu/pubs/1180_Perspectivas-urbanas

} Sottomayor, O, 2008, Governance and tenure of land and natural resources in Latin America. FAO <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak017e/ak017e00.pdf>

} Suárez, S.M, Osorio, L M, Langford, M, 2009, Voluntary Guidelines for Good Governance in Land and Natural Resource Tenure – Civil Society Perspectives. FAO Publication Series: Land Tenure Working Paper 8. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak280e/ak280e00.pdf>

} UN Habitat, 2009, Global Report on Human Settlements 2009. Planning Sustainable Cities. UN Human Settlements Program. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2831>

} UN Habitat, 2007, Global Report on Human Settlements 2007. Enhancing Urban Safety and Security. UN Human Settlements Program. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2432>

} UN Habitat & Global Urban Observatory, 2003, Improving the lives of 100 Million Slum Dwellers: Guide to Monitoring Target 11. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1157>

{ **QUADRO A4.2** } Publicações sobre a gestão urbana e a política de ordenamento territorial.

Significa que se deve procurar um balanço entre o nível central e local, e que a descentralização também deve abranger os cidadãos, de uma forma democrática. A descrição inclui a sociedade civil e o sector privado, isto é, não pode ser uma área onde o Estado (Governo central e os Municípios)¹ tem um poder exclusivo, sem interacção com os outros que desempenham um papel nesta área.

1. Os Municípios fazem uma gestão pública. Podem fazer parte da estrutura do Estado, ou ser mais independentes como autarquias locais. Nesta explicação usamos o contexto do Estado, sem distinguir de uma eventual autonomia municipal.

A UN-Habitat (2009), faz uma caracterização do conceito boa gestão urbana em sete critérios:

} sustentabilidade – equilibrando as necessidades sociais, económicas e ambientais das gerações presentes e futuras;

} subsidiariedade – a atribuição de responsabilidades e recursos para o nível adequado mais próximo da realidade local;

} equidade de acesso aos processos de decisão e às necessidades básicas da vida urbana;

} eficiência na prestação dos serviços públicos e na promoção do desenvolvimento económico local;

- } transparência e responsabilização dos decisores políticos e de todas as partes interessadas;
- } responsabilização cívica e de cidadania – reconhecendo que as pessoas são o bem principal das cidades, indispensável para um desenvolvimento sustentável;
- } segurança dos indivíduos e do contexto onde vivem.

Depois desenvolve-se mais sobre o planeamento físico, enquadramento legal e a política de gestão urbana. Aqui queremos mencionar algumas publicações com exemplos concretos. Smolka & Mullahy (2007) apresenta diversos artigos sobre países na América Latina, abordando assuntos como as tendências e perspectivas das políticas de uso da terra, a informalidade, legislação e direitos de propriedade, imposto predial, recuperação de mais-valias, uso do solo e desenvolvimento urbano, participação e gestão pública. Estes artigos são práticos e acessíveis para usar como exemplo na gestão urbana em países africanos. O livro é indicado pela GLTN como uma colecção de bons exemplos. Na nossa lista de literatura, apresentada no { **QUADRO A4.2** }, também propomos algumas publicações em Português, do Brasil, Moçambique e Angola.

A UN-Habitat & Global Urban Observatory (2003) identificam quatro critérios para identificar o grau de progresso de melhorar a vida urbana do meio habitacional:

- } estabilidade no acesso e posse de terra
- } durabilidade e qualidade e de edifícios
- } acesso a água potável
- } acesso a infraestruturas sanitárias

Significa que os edifícios fazem parte de um sistema urbano, incluindo as infraestruturas técnica e fundiária.

Contexto global do urbanismo

A gestão do território tem de ser enquadrada num contexto global. As perspectivas são várias, e aqui queremos indicar umas partes que são mais relacionadas com o urbanismo.

Começamos pela perspectiva geral sobre as cidades no mundo. O Banco Mundial promove estudos e análises sobre a gestão urbana, com a perspectiva de sustentabilidade (Leautier, ed., 2006). Exige-se uma gestão das cidades, para enquadrar as iniciativas dos actores neste meio urbano. Tem de existir uma gestão com directrizes (regimes regulatórios), integrando infraestruturas e serviços sociais. Também é dada a ênfase à participação dos cidadãos, e dos agentes deste mercado. A acção pública é uma necessidade para se conseguir criar cidades sustentáveis. Esta acção também inclui uma interligação entre as áreas do clima mundial e da gestão fundiária. Significa que a mudança gradual do clima tem implicações no sistema fundiário e da sua política (land policy; Quan 2008).

O Banco Mundial (World Bank 2003) também desenvolve a ideia da terra como recurso, a sua integração no sistema fundiário e o papel para o desenvolvimento económico: “A definição de direitos, conferindo segurança sobre a posse de terra é um factor crucial para os esforços de desenvolvimento”. Notamos que o Banco Mundial considera a



gestão pública essencial, e que há uma necessidade de criar uma política de terra (land policy) para conseguir o melhor aproveitamento.

Mohlund & Forsman (2010) descrevem o processo de planeamento da zona urbana. Fazem-no como um guia, com uma descrição detalhada e pratico como criar um processo de planeamento a nível de toda a cidade. A figura de plano director municipal (PDM) é desenvolvida para coordenar o uso de terra na área total de um município. A zona urbana e peri-urbana de uma cidade está no foco de interesse de investimentos de todas as camadas da população e empresas. O guia pretende mostrar exemplos e conselhos como o planeamento pode ser feito com a participação de todos os actores locais, incluindo a população pobre, mulheres, políticos, técnicos e outros. Um exemplo deste tipo de planeamento é apresentado separadamente por Forsman (2007). As publicações fazem parte das publicações da UN Habitat.

Assim, começamos com uma perspectiva global mas mesmo assim existem conselhos à nível prático como desenvolver este contexto global numa situação local.

O mercado imobiliário e o financiamento do meio urbano

A gestão municipal do meio urbano é essencial, mas o papel do mercado imobiliário também tem de ser considerado. O mercado tem movimento e actua em relação às regras e estruturas criadas. Temos de entender que o mercado reage conforme os custos

e benefícios que entendem, isto é, com a melhor lógica. Banco Mundial (World Bank 1993) faz uma análise do mercado imobiliário em países em desenvolvimento, e descreve o fracasso do seu funcionamento. Propõe que se dever criar estruturas para o sector privado, incluindo o sector informal. Também explica o papel de uma gestão pública, e uma política de urbanismo e de habitação. Apresenta dados de 52 países, e tira conclusões dos factores que incentivam e desincentivam investimentos. A seguir apresenta um programa como se pode facilitar aos Governos desenvolver o mercado.

Negrão (ed., 2004) mostra como se pode identificar o papel do mercado de terras nas zonas urbanas. Mostra a importância existir um sistema funcional de alocação de terras para os cidadãos, e o impacto de um desequilíbrio nesta área é essencial para ter uma justiça social. O estudo feito em Moçambique é um bom exemplo como realizar um estudo num país lusófono na África. Os níveis de valor de terra são bem conhecidos pela população, como uma realidade que se tem de enfrentar para conseguir um terreno para construir, e também no caso de compra de uma casa já construída.

Gilbert (2004) descreve num estudo para o Banco Mundial uma outra parte da gestão urbana, e em especial como se podem encontrar formas de intervenção nas cidades. As intervenções públicas funcionam como incentivos para investimento privado. Descreve 99 projectos urbanos com participação de habitantes e instituições financeiras. Significa que se procura uma participação com vá-

rios actores, e não contam apenas com o município/governo local ou a sua verba do Governo Central. Os projectos foram desenvolvidos nas áreas dos sistemas de água, esgotos e de lixo, bem como em outras áreas. Mostra que o meio urbano pode ser melhorado também nas zonas pobres da cidade, com a participação conjunta destes actores e consumidores dos sistemas urbanos.

A4.3 Gestão municipal do urbanismo

O papel do município

Os estudos sobre a gestão do meio urbano podem ser feitos a nível global, mas a implementação da política é feita a nível local. A gestão municipal é a chave para levar a política nacional à realidade na construção. O ambiente no bairro é um resulta-

} Forsman, Åsa, 2007, Strategic citywide spatial planning – A situational analysis of metropolitan Port-au-Prince, Haiti. UN Habitat & GLTN <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3021>

} Leautier, Frannie (ed.), 2006, Cities in a Globalizing World: Governance, Performance, and Sustainability. World Bank. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=5435493>

} Mohlund, Örjan & Forsman, Åsa, 2010, Citywide Strategic Planning – A Step by Step Guide. UNHabi-

tat/GLTN. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3020>

} Quan, Julian, 2008, Climate change and land tenure. The implications of climate change for land tenure and land policy. FAO Land Tenure Working Paper 2. FAO, IIED and Natural Resources Institute. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/aj332e/aj332e00.pdf>

} World Bank, 2003, Land Policies for Growth and Poverty Reduction. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=939227>

{ **QUADRO A4.3** } Publicações sobre o contexto global do urbanismo.

} Gilbert, Roy 2004, Improving the Lives of the Poor through Investment in Cities: An Update on the Performance of the World Bank's Urban Portfolio. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=2452871>

} Negrão, José (ed.), 2004, Mercado De Terras Urbanas Em Moçambique. Research Institute for Development. http://www.gltn.net/index.php?option=com_docman&gid=196&task=doc_details&Itemid=24

(Inglês, e <http://www.iid.org.mz/html/relatorios.html> (Português))

} World Bank, 1993, Housing: Enabling Markets to Work. A World Bank policy paper. http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000178830_98101911194018&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679

{ **QUADRO A4.4** } Publicações sobre o mercado imobiliário e o financiamento do meio urbano.



{ FIG. A4.1 } Ocupação informal: bairro suburbano.

do da gestão municipal, tanto em casos positivos, como em casos negativos – quando a gestão é ineficiente ou mesmo inexistente.

Lee & Gilbert (1999) apresentam experiências de projectos de desenvolvimento de autarquias locais – municípios, no Brasil e nas Filipinas. O estudo realizado mostra a necessidade haver um funcionamento local da gestão pública. Mostra como se poder avaliar medidas e como implementar as melhores formas de descentralização das funções públicas de gestão. É um bom exemplo, mostrando haver possibilidade de se conseguir uma descentralização em países no terceiro mundo, onde a estrutura municipal muitas vezes é limitada. Davey (1993) também dá muitos bons exemplos da gestão autárquica do meio urbano. Alguns aspectos são o financiamento dos serviços, métodos de avaliação dos serviços e colaboração entre Municípios o sector privado.

UN Habitat & GLTN (2007) descrevem a situação de planeamento urbano num país pobre, a cidade de Port-au-Prince, em Haiti. Analisam o papel do planeamento urbano, com uma gestão activa do território. Também foca a necessidade integrar a perspectiva metropolitana na gestão municipal, isto é, não limitar a acção a cada município na área metropolitana, mas estender a perspectiva a toda a área urbana.

UN Habitat (2004) também apresenta perspectivas sobre a integração dos bairros pobres no planeamento. O papel do Estado e dos municípios é importante, e também de outros agentes locais. As medidas para melhorar os bairros existentes também podem servir de exemplo para as novas urbanizações – e outras ocupações informais de terreno. O processo de licenciamento enquadra muitos projectos novos, e em especial projectos

de carácter prioritário. Todos os exemplos e iniciativas para melhorar o meio urbano, com um planeamento do uso de terra, e com as habitações existentes e novas, devem ser divulgados ao público. O livro da UN Habitat é um bom exemplo que se pode trabalhar com métodos e medidas praticas para as populações pobres. Não devem ser excluídas dos trabalhos urbanísticos.

Sugerimos também a consulta de outros títulos da UN Habitat referidos abaixo, ou directamente na página de Web desta organização. As publicações abrangem vários aspectos de medidas desejadas para melhorar os bairros urbanos existentes, tanto a nível geral, político e financeiro como questões praticas de infraestruturas.

Comparticipação Município – sector privado

A gestão municipal é essencial, mas podem-se procurar formas de colaboração com o sector privado, isto é, no mercado imobiliário e noutras actividades económicas. Significa que se procura integrar o sector privado no contexto global, do urbanismo e do ordenamento do território, e assim alargar a perspectiva do licenciamento de obras, ou de loteamentos. PPIAF & World Bank (2005) descrevem a colaboração com o sector privado na área de infraestruturas em Angola. Na área de urbanismo há uma complexidade maior, e com benefícios comuns, que não se pode cobrar directamente no seu consumo, por exemplo, o uso de terrenos comuns. Mas as experiências numa áreas económicas podem ser usadas para desenvolver a área de urbanismo.

Imparato & Ruster (2003) descrevem um outro processo de colaboração, junto com os cidadãos dos bairros degradados na América Latina, e apresentam várias formas de financiamento, tanto local como externo. Fazem a seguinte definição de colaboração (*participation*):

“A participação é um processo no qual a população, em particular a população carenciada, influencia a alocação de recursos e a formulação e implementação de políticas fundiárias, e é envolvida a diferentes níveis na identificação de soluções durante o projecto de planeamento, e posteriormente na sua implementação, e avaliação pós-ocupação.”

A ênfase inicial no conceito de participação é feita para sublinhar o papel e a possibilidade abranger os cidadãos dos bairros, e neste contexto os proprietários dos prédios.

Godin & Farvacque-Vitkovic (1998), num estudo lançado pelo Banco Mundial, apresentam uma perspectiva do desenvolvimento das cidades na África francófona durante os últimos 25 anos, isto é, durante as décadas 1970–1990. O crescimento das cidades tem sido muito elevado, e tem causado muitos problemas criar estruturas urbanas para acompanhar o desenvolvimento. Mostram questões chaves no que concernem o papel dos parceiros, financiamento, infraestruturas, etc.

Peterson (2008) sublinha as mesmas ideias uma década mais tarde, e com uma ênfase no valor fundiário como recurso para financiamento de infraestruturas. Faz um exame da teoria subjacente a diferentes aspectos financeiros, tais como taxas de melhoria,



} Davey, Kenneth J, 1993. Elements Of Urban Management / Elementos de la Gestion Urbana , World Bank. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=194821> (Inglês – esgotado) <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=217916> (Espanhol – acessível)

} Lee, Kuy Sik & Gilbert, Roy, 1999, Developing Towns & Cities: Lessons from Brazil and the Philippines, World Bank <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=210802>

} UN Habitat, 2008a, How to Develop a Pro-poor Land Policy – Process, Guide and Lessons. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2456>

} UN Habitat 2008b, Manual on the Right to Water and Sanitation. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2536>

} UN Habitat, 2008c, Participatory Budgeting in Africa – A Training Companion (Volume I: Concepts and Principles; Volume II: Facilitation Methods). <http://www.unha->

[bitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2460](http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2460)

} UN Habitat, 2006a, Analytical Perspective of Pro-poor Slum Upgrading Frameworks. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2291>

} UN Habitat 2006b, Financial Resource Mapping. For Pro-Poor Governance Part – I. For Untied Resources Available at City Level Part II. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2391>

} UN Habitat, 2004, Pro-Poor Land Management: Integrating Slums into City Planning Approaches. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1105>

} UN Habitat & GLTN, 2007, Strategic citywide spatial planning – A situational analysis of metropolitan Port-au-Prince, Haiti. http://www.gltn.net/index.php?option=com_docman&gid=209&task=doc_details&Itemid=24

} World Bank, 2009, Improving Municipal Management for Cities to Succeed: An IEG Special Study. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=9199933>

{ **QUADRO A4.5** } Publicações sobre o papel do município no urbanismo.

taxas de impacto, e da troca de activos em terras e infraestruturas públicas e privadas. Estas ideias têm sido desenvolvidas durante os últimos anos considerando o habitat urbano como um recurso financeiro, visto que os investimentos realizados nas construções representam um capital muito maior do que os investimentos de cooperação.

UN Habitat & EcoPlan International (2005/2007) têm uma série de quatro volumes como um manual pratico para entender e trabalhar com a autarquia local, e assim identificar como financiar os investimentos sem depender do Estado Central. A co-participação

com o sector privado, tanto os construtores como os proprietários, pode contribuir nos investimentos para criar o meio urbano desejado. A vantagem com esta série é que tem uma partes gerais e outras partes práticas e que servem bem para usar pelos encarregados nos municípios e nas empresas privadas.

A4.4 A gestão do meio urbano

Espaços verdes no meio urbano

O meio urbano não é constituída apenas pelas construções, mas também pelas partes publicas e



comuns. É evidente que as infraestruturas viárias são públicas, mas também há uma necessidade de espaço verde – como um pulmão na área urbana. A área urbana é desenvolvida como o ‘habitat’ – o nosso meio de viver. As perspectivas de sustentabilidade nas construções é uma parte importante e talvez a parte mais em foco. As zonas verdes no meio urbano também fazem parte deste meio urbano. Aqui limitamos a nossa perspectiva a alguns exemplos práticos. Rukunuddin & Hassan (2003) mostram a necessidade criar um meio ambiente nas cidades grandes, e neste caso numa cidade em Bangladesh com uma percentagem alta de pobreza. Significa que a gestão urbana tem de procurar formas para garantir estes

espaços verdes. Propõe-se o uso de indicadores no planeamento. O artigo foi destacado e publicado pela FAO como um bom exemplo.

Um outro artigo destacado na página Web da FAO foi escrito por um grupo de cientistas do Danish Forest and Landscape Research Institute (Konijnindijk et al, 2003), para dar ênfase aos aspectos verdes no desenvolvimento urbano. O artigo apresenta o conceito de UPF (Urban and peri-urban forestry – zonas verdes/bosque no meio urbano e peri-urbano), e aí inclui-se a participação no processo de planeamento e implementação. Entendemos que a gestão pública é essencial, mas depende de uma boa co-participação de outros agentes, privados, associações e de cidadãos para ter sucesso. Também mostram no artigo

} Godin, Lucien & Farvacque-Vitkovic, Catherine, 1998, *The Future of African Cities: Challenges and Priorities in Urban Development*. World Bank. Também acessível em Francês. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=204720>

} Imparato, Ivo & Ruster, Jeff, 2003, *Slum Upgrading and Participation: Lessons from Latin America*. World Bank. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=1088629>.

} Peterson, George E, 2008, *Unlocking Land Values to Finance Urban Infrastructure*. World Bank. Palgrave Macmillan. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=8811078>

} PPIAF & World Bank, 2005, *Private Solutions for Infrastructure in Angola*. Soluciones Privadas para a Infraestrutura em Angola. Edição em Inglês e Português [\[publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=4281347\]\(http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=4281347\) ou \[4281538\]\(http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=4281538\)](http://pu-</p></div><div data-bbox=)

} UN Habitat, 1996, *Policies and Measures for Small – Contractor Development in the Construction Industry*. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1340>

} UN Habitat e EcoPlan International, 2005/2007, *Local Economic Development (LED) series -Promoting Local Economic Development through Strategic Planning (Four Volumes – 1 Quick Guide, 2 Manual, 3 Toolkit and 4 Action Guide) Promovendo o Desenvolvimento Econômico Local através do Planeamento Estratégico*. Edição em Inglês 2005, em Português 2007. Também acessível em Francês. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2625> (em Português) <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1922> (em Inglês)



que não é apenas uma questão dos países desenvolvidos, mas de todos os países. Mostram exemplos de UPF em várias partes do mundo, e assim entendemos que há condições para implementar o conceito.

A4.5 Financiamento e créditos

Os investimentos no sector imobiliário representam uma grande parte do produto nacional bruto. As formas de financiamento são várias, e variam muito entre as camadas da população. O auto-financiamento é grande nos países em desenvolvimento, em especial nas camadas populacionais médias e pobres. O crédito hipotecário é uma forma muito usada nos países desenvolvidos, e permite um investimento maior para o dono sem recursos na situação actual. Exige um sistema de segurança hipotecária, que se baseia no enquadramento dos prédios num sistema de posse formal de terra, para se poder hipotecar valores da unidade predial. Para funcionar bem têm de existir unidades prediais bem distintas e com valor oficial, que é usado como unidade hipotecária.

Em todos os países existe uma estrutura para hipotecar as propriedades, mas não é usada num nível muito elevado em países em desenvolvimento. O estudo comparativo do economista de Soto (2003) é o mais destacado para identificar um problema específico nesta área. Explica a diferença entre os países latino-americanos e os EUA na confiança no sistema judicial e no desenvolvimento do sector hipotecário. A polémica criada por de Soto tem sido útil para mos-

trar alternativas para financiamento, e com a necessidade de uma infraestrutura financeira. Outros, por exemplo, Home & Lim (2004) mostram mais perspectivas para entender as origens do problema e a variedade de soluções em países africanos e das Caraíbas.

O guia da UN Habitat (2008 a) é uma boa introdução nesta área, como desenvolver as possibilidades financeiras de habitações para toda a população, e em especial para as camadas de rendimento médio e baixo. Descreve e analisa os sistemas formais e informais. Portanto, é um guia para uma política mais abrangente no sector imobiliário. Não se deve pensar apenas nos sistemas formais, a que apenas uma pequena parte da população tem efectivamente acesso.

Também há estudos específicos em vários países, nos continentes Sul-Americano, Africano e Asiático: Bolívia, Chile, Perú, Zimbabwe, África do Sul, Índia, Indonésia, Tailândia e Coreia. O exemplo da África do Sul (UN Habitat 2008 b) pode servir bem. UN Habitat (2002) também apresenta um panorama de vários países na área de financiamento habitacional, e assim serve de exemplo e incentivo para enquadrar e desenvolver os sistemas nacionais de financiamento. As experiências apresentadas mostram que existem soluções para melhorar a situação habitacional para todos, e que o financiamento não é restrito ao sector formal onde o título de propriedade permite a concessão de crédito através da hipoteca formal. As iniciativas na área de construção sustentável exigem tanto um conhecimento melhor de técnicas de construção e design, como investimentos financeiros.



} Rukunuddin, Ahmed Miyan & Hassan, Rakibul, 2003, People's Perception toward Value of Urban Greenspace in Environmental Development. World Forestry Congress, Sept 23–30, 2003, Quebec city, Canada <http://www.fao.org/DOCREP/ARTICLE/WFC/XII/0347-B5.HTM>

} Konijnendijk, Cecil C; Sadio, Syaka; Randrup, Thomas B. & Schipperijn, Jasper, 2003, Urban and peri-urban forestry for sustainable urban development. World Forestry Congress, Sept 23–30, 2003, Quebec city, Canada. <http://www.fao.org/DOCREP/ARTICLE/WFC/XII/0976-B5.HTM>

{ **QUADRO A4.7** } Publicações sobre espaços verdes no meio urbano.

} Home, Robert & Lim, Hilary (ed.) 2004, Demystifying the Mystery of Capital. Land Tenure and Poverty in Africa and the Caribbean. Glasshouse Press.

} De Soto, Hernando, 2003, The Mystery of Capital/El misterio del capital. Basic Books/Editorial Diana Sa.

} UN Habitat, 2008a, Housing for All: The Challenges of Affordability, Accessibility and Sustainability, The Experiences and Instruments from the Developing and developed worlds, 2008. Human Settlement Finance

and Policies (Series title) <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2547>

} UN Habitat, 2008b Housing Finance Systems In South Africa. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2549>

} UN Habitat, 2002, Financing Adequate Shelter for All. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1277>

{ **QUADRO A4.8** } Publicações sobre financiamento e créditos.

A4.6 Construção no meio urbano

As técnicas de construção são descritas noutras partes deste manual. Nesta parte queremos apenas concluir a abordagem de literatura das organizações internacionais com alguns poucos títulos sobre a construção e o seu papel como consumidor de energia. A área é bem vasta, e não pretendemos fazer uma abordagem grande, mas apenas mostrar que faz parte dos programas e iniciativas das organizações internacionais.

A UN Habitat tem uma secção sobre a habitação, e faz a ligação com o terreno, já descrito acima. Chama-se 'Land and Housing', o que indica que fazem a ligação entre o acesso a terreno e a construção. São duas partes interligadas na urbanização.

O tema de 'Land and Housing' tem muitos títulos sobre as técnicas de construção, incluindo a energia, tecnologias, e sustentabilidade na construção. O acesso geral às publicações da UN Habitat: <http://www.unhabitat.org/pmss/>.

Aqui queremos mencionar duas publicações da UN Habitat, para mostrar o desenvolvimento nesta área. UN Habitat (1997) dá uma abordagem global sobre no final da década de 1990. Entendemos que esta área já era importante nessa altura, que se tentava mostrar e fazer chegar conhecimentos de soluções adequadas na construção. Nota-se que o tema é tecnologias para as construções de custos baixos, e assim são adaptadas a pessoas sem grandes recursos financeiros.



Uma década mais tarde, UN Habitat (2007) apresenta opções para melhorar o acesso e consumo de energia em bairros suburbanos pobres. Significa que há soluções para resolver a situação actual nesses bairros. O consumo é individual mas depende do fornecimento do bairro, e como se organiza esta área a nível local. Como se entende da descrição do livro, foi uma reunião de peritos para identificar as limitações em todas as áreas onde a energia é um factor essencial. Também faz uma análise do ambiente local, onde o consumo de energia pode melhorar para evitar a poluição.

A UN Habitat também promove iniciativas na área de energia através de uma rede de internet, GENUS, the Global Energy Network for Urban Settlements. Acesso: <http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=631>.

A rede é nova, e realizou dois encontros em 2009, sobre transportes e electrificação para bairros suburbanos respectivamente, e dois em 2010 sobre transportes urbanos e energia produzida com lixo. Nota-se que estes tipos de técnicas e acções são conhecidos em países desenvolvidos, como por exemplo o programa do urbanismo sustentável da cidade de Malmö (ver a parte inicial deste capítulo).

Uma outra rede de internet criada pela UN Habitat é a SUD-NET – Sustainable Urban Develop-

ment Network: <http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=570>

Os temas desta rede são grandes, e abrange aspectos mais globais sobre as mudanças climáticas, mas também aspectos mais locais e aplicáveis na construção civil e planeamento urbano. A cidade de Maputo é uma de quatro cidades piloto desta rede, e assim tem alguns estudos já feitos e outros por fazer. A análise identifica vários problemas, como por exemplo inundações fluviais, desaparecimento de zonas de mangal, e degradação da qualidade de água.

A4.7 Uma cidade sustentável

O processo de construção sustentável tem de ser apoiado por uma estratégia de sustentabilidade da gestão urbana. É um aspecto prioritário do programa SURE–Africa – Sustainable Urban Renewal – Energy Efficient Buildings in Africa.

Os promotores de construção precisam de uma contrapartida do sector público, tanto a nível local e como a nível nacional, com uma boa orientação sustentável na gestão urbana.

Seguidamente é descrito, de forma sucinta, um exemplo de boas práticas de gestão sustentável, promovida a nível municipal– a cidade de Malmö.

} UN Habitat, 1997, Global Overview of Construction Technology Trends: Energy-Efficiency in Construction. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1452>

} UN Habitat, 2007, Enhancing Access to Modern Energy Options for Poor Urban Settlements. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2354>



A cidade de Malmö – exemplo sustentável

A cidade de Malmö, ao sul da Suécia, é apresentada como inspiração e para mostrar o que o sector público pode fazer para apoiar as actividades dos promotores privados. As condições são diferentes entre a Suécia e os países africanos abrangidos pelo Sure-Africa. Mas apresentam-se umas ideias do trabalho que se faz para orientar a gestão urbana com este objectivo.

Vamos começar com o trabalho do Município na área de sustentabilidade urbana. Aqui encontramos uma visão bem enraizada, em forma de trabalhos já feitos e visões. Foram realizadas duas conferências sobre o tema Sustainable City Development, em 2005 e 2007 respectivamente. Identificaram-se muitas áreas para encaminhar o desenvolvimento urbano nesta direcção. A documentação das conferências está acessível no *website* <http://www.malmo.se/servicemeny/malmostadinenglish/sustainablecitydevel>

[opment.4.33aee30d103b8f15916800024628.html](http://www.malmo.se/servicemeny/malmostadinenglish/sustainablecitydevelopment.4.33aee30d103b8f15916800024628.html). Este website contém também muitos outros documentos, disponíveis em formato pdf, como por exemplo programas gerais de desenvolvimento sustentável, e programas sobre energia e clima. Os temas dos workshops da conferência de 2007 mostram a situação complexa das intervenções, ou seja, as possibilidades de actividades para mudar a gestão urbana.

A cidade de Malmö foi um exemplo destacado pela UN Habitat no World Habitat Day 2009. Outros exemplos do mundo inteiro, incluindo 20 projectos em países africanos, desde o início desta iniciativa em 1989, até 2009, são acessíveis na seguinte direcção: <http://www.unhabitat.org/content.asp?typeid=19&catid=588&cid=7306>.

Autor: Klas Ernard Borges

University of Lund

Workshop

{ 1 } Arquitectura sustentável

{ 2 } Alterações climáticas

{ 3 } Manutenção e operação de edifícios sustentáveis

{ 4 } Parcerias público-privadas no sector da Energia

{ 5 } Sistemas de energias renováveis

{ 6 } Design de edifícios sustentáveis – o desenvolvimento do conceito

{ 7 } Como melhorar a acessibilidade sem aumentar o número de viaturas privadas

{ 8 } Construção sustentável nas regiões do Báltico e Escandinávia

{ 9 } Vegetação urbana como meio de adaptação ao clima

{ 10 } Planeamento urbano

{ 11 } Um futuro sem petróleo

{ 12 } Sistema de saúde sustentável

{ 13 } Como reduzir produção sem reduzir os bens

{ 14 } Integração urbana

{ 15 } Educação e desenvolvimento sustentável das cidades

{ 16 } Ferramentas para a concepção de edifícios sustentáveis

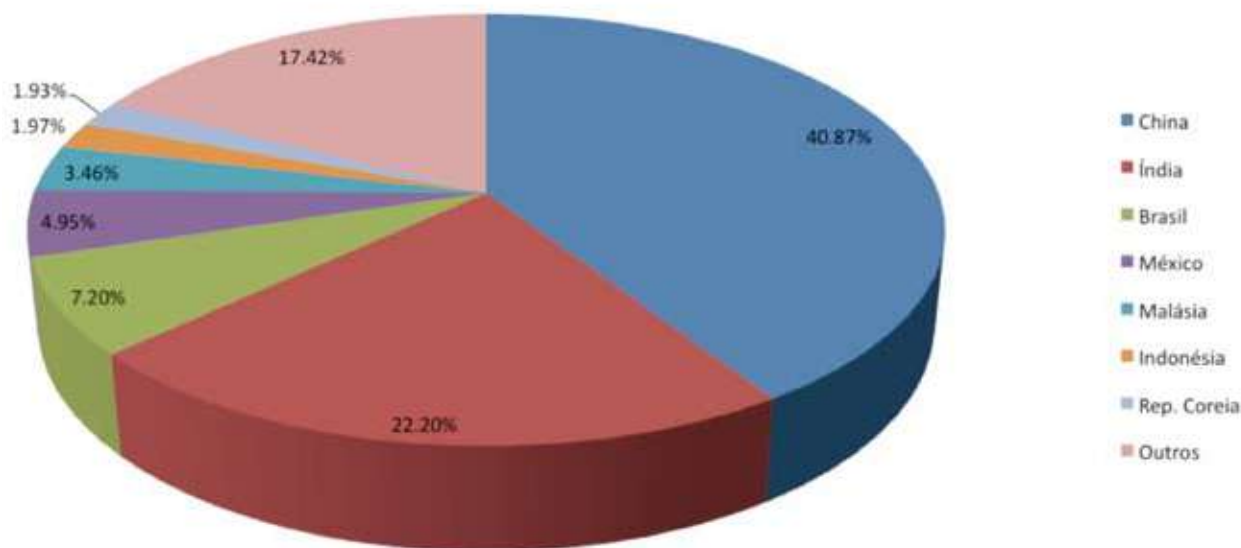
{ A4.10 } Workshops na conferência sobre Sustainable Development, em Malmö, 2007.



A5 Desenvolvimento Limpo nos PALOP: Potencial para energias sustentáveis

O Protocolo de Quioto, as políticas e mecanismos com ele relacionadas deram novo fôlego à ideia de obter um modelo energético sustentável, que contribua ao mesmo tempo para combater as alterações climáticas e para reduzir a pobreza. Enquanto se procura minimizar os efeitos do crescimento económico sobre o planeta, é indefensável negar às populações mais pobres – que não têm acesso a serviços básicos e foram as que menos contribuíram para a situação actual – a melhoria do seu nível de vida.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM na sigla inglesa) é um dos três mecanismos de flexibilidade previstos no Protocolo de Quioto, a par da Implementação Conjunta e do comércio de emissões, e o único que envolve directamente os países mais pobres. Pressupõe o investimento dos países desenvolvidos (Anexo I da Convenção sobre as Alterações Climáticas) em projectos de redução de emissões nos países em desenvolvimento (não Anexo I), contribuindo para o desenvolvimento sustentável destes países e contabilizando esses investimentos nos seus próprios compromissos de redução face ao Protocolo de Quioto (e face a metas regionais como as da União Europeia).



{ FIG. A5.1 } Projectos CDM registados (Fonte UNFCCC).

Existem no entanto obstáculos a esta ideia de “desenvolvimento sustentável”. O CDM, enquanto mecanismo de mercado, e nos moldes actuais, tem-se revelado mais apropriado para projectos de larga escala e países em crescimento económico acelerado. Muito se tem falado do envolvimento de África, que está em último plano, com menos de 2% de projectos CDM registados até hoje. Só a China e a Índia representavam mais de 60% dos projectos registados pelo Comité Executivo do CDM a 8 de Novembro de 2010 (2 486 no total).

Existe uma grande diversidade de tecnologias de redução de emissões consideradas no CDM, mas abordaremos aqui em concretos as que estão relacionadas com o aproveitamento das Fontes de Energia Renováveis (FER).

Para fazer face à necessidade de reduzir emissões em diversas frentes, Portugal recorreu aos mecanismos de flexibilidade e criou um Fundo de Carbono com o objectivo de investir em projectos de redução de emissões, incluindo de Desenvolvimento Limpo. Desde 2007 já foram assinados memorandos de entendimento com os cinco PALOP, que dão grande destaque aos projectos de FER.

A cooperação portuguesa estava até aqui dedicada a outras áreas, mas nos últimos anos o ambiente e a sustentabilidade têm aparecido como preocupações estratégicas, com o ambiente a surgir nos planos anuais e plurianuais de cooperação.

No entanto, ainda não há projectos CDM no terreno e também há pouca informação sobre o real

potencial destes países para receber investimentos deste tipo. Será necessário apostar nos próximos anos em estudos e levantamentos mais exaustivos.

É ainda mais escassa a informação sobre países pequenos como São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau. Angola e Moçambique têm vastos territórios que parecem oferecer um universo de possibilidades. Cabo Verde, por seu turno, assistiu a um grande entusiasmo pelas renováveis, nos anos 70 a 80, mas nos últimos anos tem vindo novamente a afirmar-se neste campo, tendo um conjunto de projectos previstos com apoios internacionais, incluindo de Portugal.

A5.2 O caso dos PALOP: energia e alterações climáticas

O uso de biomassa é dominante em África, com consequências na preservação dos recursos naturais do continente. O consumo de energias fósseis e de electricidade nunca foi generalizado à população e a maior parte dos países não é totalmente servida por uma infra-estrutura energética. Esta fonte de energia permanecerá como a mais importante, mas há formas de atenuar os seus efeitos, por exemplo promovendo a utilização de fornos solares ou mais eficientes, uma vez que a maior parte da energia é utilizada na confecção de alimentos.

Todos os PALOP estão classificados como Países Menos Avançados (PMA) pelas Nações Unidas.



{ FIG. A5.2 } Micro-turbina eólica.

Excepto Cabo Verde que passou a ser considerado um País de Rendimento Médio em 2008. Todos estes cinco países ratificaram já a Convenção sobre as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto, mas apenas Cabo Verde e Moçambique têm as suas Autoridades Nacionais Designadas operacionais, um passo fundamental para poderem receber projectos CDM. Portugal tem dado prioridade à constituição destes organismos na cooperação com os PALOP.

Em termos de potencial de implementação de projectos FER, a biomassa e a energia solar serão as duas fontes mais disponíveis nos PALOP, mas é necessário

proceder a estudos aprofundados para apurar o verdadeiro potencial existente nas diversas áreas. A eólica não terá viabilidade em todas as geografias, sendo adequada por exemplo no caso de Cabo Verde.

Um estudo feito pelo Banco Mundial em 2008, sobre oportunidades de desenvolvimento de projectos CDM em África, abrangeu quatro PALOP (São Tomé e Príncipe não foi incluído) e apenas uma parte das FER, mas ainda assim conclui que o potencial de redução de emissões pode ser significativo.

Cabo Verde

O país revela potencial para o aproveitamento de diversas FER, em particular a solar e a eólica. Cabo Verde tem muito pouca chuva ao longo do ano e o número de horas de Sol pode atingir uma média de 200 por mês (IE4Sahel/IST, 2007). Esta fonte de energia tem sido pouco aproveitada ao longo dos anos, havendo recentemente alguns projectos para as zonas rurais.

Além dos elevados níveis de insolação, um dos elementos climáticos predominantes em Cabo Verde é o vento, que sopra de forma constante dos quadrantes Nordeste e Este. As médias situam-se entre os 4 m/s e os 7 m/s (Alves et al., 2007).

Em 2004, a energia eólica representou cerca de 3% da produção de electricidade. Em 2007 foi elaborado um Atlas Eólico de Cabo Verde pelo laboratório Risø, da Dinamarca. Espera-se que a taxa de utilização da eólica aumente para os 18% com os quatro projectos recentemente aprovados para as ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista.



Angola

A mini-hídrica, solar e aproveitamento da biomassa são as áreas de maior potencial nas FER. Um estudo sobre o perfil ambiental de Angola, realizado pela MHV para a Comissão Europeia em 2006, recomenda a difusão das fontes renováveis (nomeadamente solar, mini-hídrica e biomassa) a iniciar em escolas em meio rural, nos parques naturais e em áreas desérticas (maior utilização solar), assim como a promoção da eficiência energética junto da indústria e da utilização de gás natural, com o objectivo de reduzir a dependência de combustíveis.

O sector dos biocombustíveis tem suscitado interesse por parte das grandes empresas privadas da área da energia.

Moçambique

A biomassa, lenha e carvão vegetal, representa mais de 90% do consumo de energia, mas o país tem potencial para exploração de algumas FER, em particular a hídrica e mini-hídrica, pois é rico neste tipo de recursos, exportando inclusivamente a maior parte da electricidade produzida pela barragem de Cahora Bassa.

A radiação solar global é de 220 W/m², mais que o dobro da do continente europeu, o que permite igualmente o aproveitamento da energia solar (Greenpeace/ITDG, 2002).

Já o potencial para desenvolvimento da energia eólica não é tão significativo neste território, com

uma velocidade média de vento que pouco ultrapassa 2 m/s, excepto nas zonas costeiras onde pode atingir 3 a 4 m/s, como concluíram por exemplo estudos desenvolvidos pelo projecto CDM for Sustainable Africa¹.

O desenvolvimento de biocombustíveis tem suscitado interesse, tal como em Angola, pelo potencial de exploração de produtos como o coqueiro ou a mandioca.

Guiné-Bissau

Essencialmente dependente da biomassa (recursos florestais) e da importação de produtos petrolíferos. A deflorestação é um problema significativo que se tem agravado com o passar dos anos, apesar da política nacional de reflorestação. (MHV/CE, 2007).

Também neste país a produção de biocombustíveis a partir de recursos agrícolas poderá ser uma das FER mais importantes a explorar, mas também a solar e a eólica.

A velocidade média do vento na Guiné-Bissau situa-se 3 e 5 m/s, sendo suficiente para a instalação de parques eólicos. O país dispõe além disso de uma boa radiação solar – 5 a 6 KWh/m²/dia (8 horas diárias).

1. CDM for Sustainable Africa Project – Consórcio formado por instituições de ensino e investigação de países europeus e africanos, com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre o potencial de África para desenvolver projectos de Desenvolvimento Limpo. Dados retirados do mapa CDM de Moçambique: http://www.rgesd-sustcomm.org/CDM_AFRICA/cdm_africa_Mapping_Mozambique.htm. Fontes: IEA Energy Statistics and The World Fact Book.



São Tomé e Príncipe

O potencial do país para utilização das FER está ainda pouco estudado e requer um levantamento exaustivo das potenciais fontes.

O relatório pedido pelo governo de São Tomé ao Earth Institute da Universidade de Columbia, em 2004, recomendava o uso da biomassa florestal, através da gaseificação e posterior aproveitamento do gás na confecção de alimentos. O mesmo estudo defendia inclusivamente que o agroflorestamento poderia levar a produção de biomassa a atingir as 40 mil toneladas anuais, o que equivaleria à produção anual de energia eléctrica do país.

Autora: Carla Gomes

*Mestre em Gestão e Políticas Ambientais
pela Universidade de Aveiro*

Referências:

ALVES, Luís. et al. (2007), Energy for Poverty Alleviation in Sahel/IE4Sahel: Public Report, Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Earth Institute, Universidade de Columbia (2004), Relatório sobre Infra-estrutura de Energia – São Tomé e Príncipe, Columbia.

GOUVELLO, C., Dayo, F., & Thioye, M. (2008), Low-carbon Energy Projects for Development in Sub-Saharan Africa: Unveiling the Potential, Addressing the Barriers, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, DC

MWH, Élaboration du Profil Environnemental de Pays – Guinée Bissau: Rapport final (pour la CE), 31 de Janeiro de 2007.

MHV (to the EC), Update of the Country Environmental Profile of Angola, Julho 2006.

<http://cdm.unfccc.int/>, United Nations Framework Convention on Climate Change

<http://www.wri.org>, World Resources Institute (WRI)

{ Autorias }



{ Texto }

Introdução

Benga Pedro (UAN)

Capítulo 1

Joana Aleixo (IST)

Capítulo 2

Leão Lopes (M_EIA)

Capítulo 3

Manuel Correia Guedes,

Joana Aleixo (IST)

Capítulo 4

Leão Lopes, Ângelo Lopes,

Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 5

Leão Lopes, Ângelo Lopes,

Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 6

Leão Lopes, Ângelo Lopes,

Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 7

Maria Isabel Martins, Francisco Amaro,

Venceslau Mateus (UAN)–7.1;

Miguel Amado (UNL)–7.2

Anexo 1 Joana Aleixo, Luís Calixto (IST)

Anexo 2 Manuel Pinheiro (IST)

Anexo 3 Gustavo Cantuária (U. Cambridge)

Anexo 4 Klas Borges (U. Lund)

Anexo 6 Carla Gomes (U. Aveiro)

{ Quadros }

Capítulo 1 Manuel Correia Guedes (IST)

Capítulo 7 Miguel Amado (UNL)

Anexo 1 Joana Aleixo (IST)

Anexo 2 Manuel Pinheiro (IST)

Anexo 4 Klas Borges (U. Lund)

{ Figuras }

1.1 Desenho Joana Aleixo

1.2 Foto Manuel Correia Guedes

1.3 Fotos Manuel Correia Guedes

1.4 Foto Manuel Correia Guedes

1.5 Fotos Manuel Correia Guedes

1.6 Fotos Joana Aleixo

1.7 Fotos Joana Aleixo

1.8 Fotos Joana Aleixo

1.9 Fotos Manuel Correia Guedes

1.10 Fotos Joana Aleixo

3.1 Fotos Manuel Correia Guedes

3.2 Desenho Joana Aleixo

(adaptado de WMO)

3.3 Gráfico Joana Aleixo

3.4 Desenho Leão Lopes

3.5 Desenho Leão Lopes

3.6 Desenho Leão Lopes

3.7 Desenho Leão Lopes

3.8 Desenho Leão Lopes

3.9 Desenho Leão Lopes

3.10 Desenho Leão Lopes

3.11 Desenho Mariana Pereira

(adaptado de Baker, 2000)

3.12 Desenho Mariana Pereira

3.13 Desenho Joana Aleixo

3.14 Foto Manuel Correia Guedes

3.15 Fotos Manuel Correia Guedes

3.16 Foto Manuel Correia Guedes

3.17 Desenho Leão Lopes

3.18 Desenho Joana Aleixo

(adaptado de Goulding, 1992)

3.19 Fotos Manuel Correia Guedes

3.20 Fotos Manuel Correia Guedes

3.21 Fotos Manuel Correia Guedes

3.22 Fotos Manuel Correia Guedes

3.23 Fotos Manuel Correia Guedes

3.24 Fotos Manuel Correia Guedes

3.25 Desenho Leão Lopes

3.26 Foto Joana Aleixo

3.27 Foto Manuel Correia Guedes



- 3.28 Foto Manuel Correia Guedes
- 3.29 Foto Manuel Correia Guedes
- 3.30 Foto Manuel Correia Guedes
- 3.31 Desenho Joana Aleixo
(adaptado de Goulding, 1992)
- 3.32 Desenho Joana Aleixo
(adaptado de Thomas, 1996)
- 3.33 Fotos Manuel Correia Guedes
- 3.34 Fotos Manuel Correia Guedes
- 3.35 Fotos Manuel Correia Guedes
- 3.36 Fotos Manuel Correia Guedes
- 3.37 Desenho Mariana Pereira
- 3.38 Desenho Joana Aleixo
(adaptado de Thomas, 1992)
- 3.39 Desenho Joana Aleixo
(adaptado de Thomas, 1992)
- 3.40 Desenho Mariana Pereira
(adaptado de Baker, 2000)
- 3.41 Desenho Leão Lopes
- 3.42 Desenho Leão Lopes
- 3.43 Desenho Leão Lopes
- 3.44 Desenho Leão Lopes
- 3.45 Desenho Leão Lopes
- 3.46 Desenho Leão Lopes
- 3.47 Desenho Leão Lopes
- 3.48 Desenho Leão Lopes
- 3.49 Desenho Leão Lopes
- 3.50 Desenho Leão Lopes
- 3.51 Desenho Leão Lopes
- 3.52 Desenho Leão Lopes
- 3.53 Desenho Leão Lopes
- 3.54 Desenho Leão Lopes
- 3.55 Fotos Manuel Correia Guedes
- 3.56 Fotos Manuel Correia Guedes
- 3.57 Diagramas Joana Aleixo
- 3.58 Fotos Manuel Correia Guedes
- 4.1 Desenho Leão Lopes
- 4.2 Desenho Leão Lopes
- 4.3 Desenho Leão Lopes
- 4.4 Desenho Leão Lopes
- 4.5 Desenho Leão Lopes
- 4.6 Desenho Leão Lopes
- 4.7 Desenho Leão Lopes
- 5.1 Desenho Leão Lopes
- 5.2 Desenho Leão Lopes
- 5.3 Desenho Leão Lopes
- 5.4 Desenho Leão Lopes
- 5.5 Desenho Leão Lopes
- 5.6 Desenho Leão Lopes
- 5.7 Desenho Leão Lopes
- 6.1 Desenho Leão Lopes
- 6.2 Desenho Leão Lopes
- 6.3 Desenho Leão Lopes
- 6.4 Desenho Leão Lopes
- 6.5 Desenho Leão Lopes
- 6.6 Tabela Leão Lopes
- 6.7 Desenho Leão Lopes
- 6.8 Desenho Leão Lopes
- 7.1 Foto Francisco Amaro
- 7.2 Fotos Francisco Amaro
- 7.3 Foto Francisco Amaro
- 7.4 Foto Venceslau Mateus
- 7.5 Foto Venceslau Mateus
- 7.6 Imagem GEOTPU
- 7.7 Imagem BM
- 7.8 Imagem BM
- 7.9 Imagem BM
- 7.10 Gráfico BM
- 7.11 Foto Miguel Amado
- A1 Imagens Joana Aleixo e Luís Calixto
- A2 Imagens Manuel Pinheiro
- A3 Imagens Gustavo Cantuária
- A4 Foto Manuel Correia Guedes
- A5 Imagens Carla Gomes



O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (*Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa*), em que participaram quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e três instituições académicas europeias: o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia).

